Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

RAPHAEL SABAINI

Uma cidade entre presídios: ser agente penitenciário em Itirapina – SP

São Paulo
2012

RAPHAEL SABAINI

Uma cidade entre presídios: ser agente penitenciário em Itirapina – SP

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Profª. Drª.
Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer

São Paulo
2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação da Publicação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Sabaini, Raphael Tadeu.
Uma cidade entre presídios: ser agente penitenciário em Itirapina – SP / Raphael T. Sabaini; orientadora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer. – São Paulo, 2012.

Dissertação (Mestrado)--Universidade de São Paulo, 2012.

1. Agentes Penitenciários. 2. Sistema prisional. 3. Prisões

Nome: Sabaini, Raphael T.
Título: Uma cidade entre presídios: ser agente penitenciário em Itirapina – SP

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Aprovado em: _____/ _____/ _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À Gilda, Luzia e Viviane, ou melhor,

À Mãe, Vó e Vi, por todo o carinho, apoio e compreensão.

Agradecimentos

É chegada a hora de finalmente agradecer a todos que me acompanharam nesta pesquisa, direta ou indiretamente, sendo que, cada um à sua maneira, estiveram presentes em algum momento do processo de criação e desenvolvimento desta dissertação. Talvez eu não consiga nomear todos que passaram por este processo, desde seu início e até o momento de sua finalização. A todos, o meu profundo agradecimento.

Agradeço primeiramente a meu primo André Sabaini, por sua acolhida nos três dias de processo de seleção do mestrado, lá pelos idos de 2009, por toda sua ajuda ao primo caipira do interior em sua ida à capital. Agradeço a todos os colegas e amigos de turma, mestrandos e doutorandos do ano de 2010: pelas conversas, ajudas, descobrimentos e aprendizados. Uma turma, nas palavras de minha amiga Denise Pimenta: revolucionária em sua chegada e em sua partida também. À Denise Pimenta, Marina Barbosa, Diana Gómez, pelas idas à Casa do Norte, pelas conversas e desabafos durante todo este período, o meu muito obrigado. Ao amigo Renato Martelli, meus agradecimentos pelas conversas, pelas andanças por esta cidade de São Paulo e por sua companhia. À amiga Camila Mainairdi, pelos seus comentários e leituras, a única colega corajosa a ler meus rascunhos. Aos amigos da República de Alea Domus: Caio Laganá, Guilherme "Tupi" Ferreira e Rodrigo Chiquetto, por sua acolhida na cidade de São Paulo, pelas conversas sobre futebol e antropologia e por aguentarem minhas manias nestes dois anos de convívio (quase) diário. Enfim, a todos com quem cursei alguma disciplina ou dividi alguma conversa nos corredores da FFLCH, o meu muito obrigado!

A todos os integrantes do NADIR, pelos comentários desde a época de minha entrada no PPGAS – USP: pelas leituras cuidadosas de meu projeto e demais textos, também sou muito agradecido. À Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, minha orientadora, pela total liberdade em desenvolver meu trabalho, pelas reuniões, pelo acompanhamento e incentivo, além da paciência despendida durante este tempo. Aos professores Gabriel Feltran e Ana Cláudia Marques, pelas preciosas considerações feitas durante meu exame de qualificação, que foram responsáveis pelo amadurecimento de ideias, contribuindo para um ganho substancial, tanto teórico quanto metodológico, em minha pesquisa.

Aos colegas Karina Biondi e Adalton Marques, pesquisadores pelos quais possuo grande admiração, e que me ajudaram muito em seus comentários, diálogos e comunicações pessoais sobre o meu trabalho. Agradeço também aos meus grandes amigos desde a época da graduação, em São Carlos, da República Marisales: Daniel "Lemão" Furlan, e Helton "Pangá"

Hirata, por sua amizade e apoio irrestritos, além das leituras e comentários sobre meu trabalho, companheiros em todos os momentos.

Agradeço à CAPES, pela concessão da bolsa de Mestrado, viabilizada através do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da FFLCH – USP, que proporcionou o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também aos funcionários do Departamento de Antropologia Social da FFLCH – USP, Rose, Soraya e Ivanete, pela atenção, pelos lembretes de prazos e financiamentos, além da paciência dedicada. Agradeço aos professores do Departamento de Antropologia, tanto aos que ministraram aulas, quanto aos que também me auxiliaram neste percurso: José Guilherme Magnani, Heitor Frúgoli Jr. Beatriz Perrone Moisés, Heloisa Buarque de Almeida, Júlio Assis Simões, Marta Amoroso e Renato Sztutman.

Agradeço a todos os habitantes de Itirapina que participaram desta pesquisa – moradores, amigos, colegas, comerciantes e principalmente os agentes penitenciários que se dispuseram a conceder entrevistas e um pouco das informações sobre seu cotidiano: o meu muito obrigado pelas conversas sempre alegres e pela amizade. Somente através das inúmeras conversas sobre a cidade e a rotinas das prisões é que a realização deste trabalho se tornou viável. A todos, o meu sincero obrigado.

Agradeço à Milena Estorniolo por ser, além de namorada, companheira, amiga, conselheira e leitora; colega de mestrado dividindo as mesmas conquistas e angústias, entre os momentos de leitura, de escrita e de idas a congressos. Nunca atrás ou adiante; sempre lado a lado.

Para finalizar, agradeço principalmente à minha família, começando por minha mãe, por acreditar no meu esforço, por sua irrestrita ajuda material e emocional, além de seu interesse sobre o tema da pesquisa, acompanhando seu desenvolvimento, ajudando a enfrentar e superar as dificuldades. Agradeço sua paciência, seu auxílio e sua compreensão. Agradeço à minha irmã, pelas inúmeras caronas até as rodoviárias mais próximas, pela ajuda e preocupação dispensadas ao irmão rabugento. Agradeço imensamente à minha avó Luzia, à qual dedico este trabalho, que acabou nos deixando um mês antes do depósito desta dissertação. O meu muito obrigado, Vó, por transmitir muitas vezes, entre as inúmeras idas e vindas de seu neto, seu carinho numa simples frase: “Vai com Deus”.

Fear builds walls
Roger Waters

RESUMO

Situado no contexto de incremento das políticas penitenciárias de interiorização de unidades prisionais por todo o estado de São Paulo, este trabalho tem a intenção de analisar o cotidiano e as práticas sociais e profissionais de agentes penitenciários do município de Itirapina, cidade localizada no interior paulista, onde se encontram instaladas duas penitenciárias. Análise parte da ótica de agentes, moradores, comerciantes e demais moradores,para resgatar o modo pelo qual tais políticas de interiorização dos presídios têm afetado a vida no município em questão. Assim como os detentos, os agentes penitenciários têm seu cotidiano ligado à rotina da prisão, criam seu vocabulário e seu modo de agir transitando entre o interior da cadeia e o convívio com demais pessoas na cidade. A dinâmica social recebe grande influência dos valores e das práticas oriundos das penitenciárias construídas na cidade. Portanto, dentro deste contexto, a construção de discursos e valores colocam a profissão de agente penitenciário numa posição de destaque, cercada de privilégios, relativizando o conceito de prestígio, mesmo estando diretamente relacionado com um universo tão estigmatizado como o prisional. Através da observação da rotina desses profissionais e demais pessoas que se relacionam entre si, na intenção de perceber a dinâmica social cotidiana dessas pessoas, este trabalho também realizou entrevistas com agentes, moradores e comerciantes, buscando perceber como o ambiente criado dentro dos limites da prisão ultrapassa suas muralhas até invadir e influenciar a rotina da grande maioria da população local.. Dessa maneira, destaca-se a relevância do agente penitenciário nos mais variados espaços de sociabilidade do município, fazendo deles agentes sociais referenciais no contexto urbano. Esta dissertação volta sua análise para as transformações e consequências engendradas durante esse processo, percebendo o trânsito de agentes penitenciários, sua comunicação do convívio intramuros com o extramuros, ao mesmo tempo em que ambos se coalescem em sua dinâmica social. Percebe-se, portanto, como a cidade e a prisão interligam-se uma à outra, envolvendo todas as pessoas pertencentes a esse contexto.

Palavras-chave: Agentes penitenciários, sistema prisional, prisões.

ABSTRACT

Situated in the context of increase policies internalization of prisons throughout the state of Sao Paulo, this paper aims to analyze the everyday practices of social and professional prison officers of Itirapina the municipality, a town in the interior, where are installed two prisons. Analysis through the views of agents, residents, merchants and other inhabitants of the city such as internalization of prison policies has affected the county in question. Like the inmates, prison officers have linked to their daily routine of prison, they create their vocabulary and their mode of action moving between the inside of jail and living with others in the city. The social dynamics developed in Itirapina receives great influence of the values and practices from the prisons built in the city. Therefore, within this context, the construction of discourses and values put the profession of the prison guard in Itirapina in a prominent position, surrounded by privileges, relativizing the concept of prestige, it is directly related to a universe so stigmatized prison. By observing the routine of these professionals and others who relate to each other, hoping to understand the social dynamics of these people daily, this study also conducted interviews with staff, residents and merchants, seeking to understand how the environment created within the confines of the prison beyond its walls to break the routine and influence of the great majority of the population of the city. Thus, we highlight the relevance of the prison guard in a variety of social spaces in the city, making them agents of social references in the urban context. This essay turns its analysis to the changes and consequences engendered during this process, realizing the transit of prison guards, their communication with the extramural with intramural living, while they both coalesce in its social dynamics. It is clear, therefore, how city and prison are interconnected to each other, involving all those present here.

Keywords: prison officers, prison system, prisons.

Sumário

Introdução **12**
Itirapina e suas duas Penitenciárias 15
O Agente de Segurança Penitenciária (ASP) 20
Trajetória da pesquisa 22
Inserção em campo 25
Teorias e diálogos 30
Construção do texto, desenvolvimento do tema 33
Resumo dos capítulos 35

Capítulo I
"Aqui todo mundo está condenado" – percepções de um contínuo entre cidade e prisão **38**
Família(s) e cadeia 48
Do supermercado à revista: finais de semana 54
O bairro Jardim Nova Itirapina 59
Desconfiança, acima de tudo 69
As *saidinhas* 78

Capítulo II
Circulação das gírias e determinados padrões de conduta: *é nóis que tá* **85**
Palavras entre presos e agentes 85
Palavras da *cadeia* em meio à cidade 96
Comunicação: gíria, celular, família e notícia 109

Capítulo III
Do estigma ao prestígio **115**
A profissão de ASP na cidade grande 115
O trabalho de ASP em Itirapina 121
Limitado espaço de prestígio e reputação 129
Comparações 132
As várias percepções de ser agente 135
Morar na *cadeia* 143

Considerações Finais **149**
Referências Bibliográficas **152**
Anexo A **157**
Anexo B **158**
Anexo C **159**

Introdução

As noites de Itirapina são, de modo geral, muito tranquilas. Não há uma única pessoa nas ruas da cidade; o silêncio é quase total, o silêncio é pleno, senão quando um ou outro carro passa, lentos, na madrugada. Depois de mais uma noite calma, sem o barulho da movimentação de pessoas ou do trânsito característicos dos grandes centros urbanos, começa mais um dia na cidade. Tudo parece muito sossegado, em mais uma manhã ensolarada. Algumas crianças indo à escola com suas mochilas, adultos abrindo as poucas lojas do comércio local, idosos caminhando para ir ao supermercado ou passeando com seus animais de estimação.

Caminhando logo cedo, um senhor de aparência simples, vestindo calça jeans e camisa, usando chinelo e chapéu; ele vai até a padaria da esquina comprar pão para o café da manhã; ao mesmo tempo, do outro lado da rua, vejo uma senhora, de idade um pouco mais avançada, lavando a calçada de sua casa. Tanto ele quanto ela participam desta mesma cena diariamente. Poucos carros passam pela rua, provavelmente são pessoas indo ao trabalho ou tendo que se deslocar até a cidade de São Carlos ou Rio Claro. É algo muito comum entre os moradores de Itirapina viajar para estas cidades, movidos pela necessidade de um serviço especializado. Como Itirapina é muito dependente de produtos e serviços, é comum viajar para cidades maiores para comprar algo que não está disponível, pois o comércio local não atende à demanda da população.

Não há como negar que a cena apresentada acima se encaixaria na descrição de uma pequena cidade pacata do interior paulista: o tímido comércio vai abrindo suas portas, as pessoas vão para seus locais de trabalho – a maioria locomovendo-se em bicicletas, – e as crianças vão à escola. As pessoas que habitam a zona rural, muitas vezes vestindo botas e chapéus, passam com suas camionetes sujas de lama pelo centro da cidade, talvez para comprar remédios ou ração na loja de produtos agropecuários.

Tudo aparenta muita calma e tranquilidade, a não ser por outros elementos que acabam surgindo repentinamente, destoando do conjunto descrito até agora. Da avenida que liga a uma das saídas da cidade, aparece uma viatura da polícia militar, rasgando as ruas em alta velocidade, com as sirenes ligadas e policiais empunhando armamento de modo que os canos das armas chegam a ficar para fora das janelas do veículo. Logo atrás, surge um furgão metálico, se assemelhando a um caminhão de pequeno porte, com detalhes nas cores azul e

branca, seguindo a primeira viatura na mesma velocidade. Para completar o comboio, logo atrás deste furgão, aparece uma segunda viatura da polícia, também em alta velocidade levando outro grupo de policiais militares (PMs) também armados, que não deixam de exibir para fora do automóvel o calibre de suas armas.

O que acabei de descrever acima é o chamado *bonde*[1]: veículo da unidade prisional com características semelhantes às de um pequeno veículo de carga. Este caminhão está sempre entre as duas viaturas da polícia militar, que fazem a escolta dos presos. De alguns anos para cá, este fato tornou-se corriqueiro no cotidiano de Itirapina: é comum assistir, principalmente nas ruas que dão acesso à Penitenciária II de Itirapina, à movimentação diária destes veículos durante toda a semana. Este comboio, composto pelo pequeno caminhão e pelas viaturas, costuma fazer o trajeto entre as Penitenciárias e a entrada principal da cidade para transferir presos que chegam ou saem da unidade prisional, assim como também para levar prisioneiros para audiências no fórum.

Ademais, esta breve descrição é apenas mais um fato que se incorporou ao cotidiano de Itirapina. Este contraste e esta mistura de cenas *a priori* tão distintas acontecendo simultaneamente no cenário urbano do município chamam a atenção, já que, apesar de discrepantes, uma passou a se coalescer à outra, despontando como um indício de uma série de mudanças ocorridas tanto na vida dos moradores quanto na dinâmica social da cidade.

Além de o cenário parecer, à primeira vista, impactante, o que mais impressiona é como este cotidiano, agora marcado pela existência de duas unidades prisionais, se incorporou à vida dos moradores de Itirapina. As pessoas na rua não parecem mais assustadas ou mesmo incomodadas com a violência com que as viaturas cortam as vias públicas ou com a agressividade demonstrada pelo conjunto das imagens: viaturas, armas e sirenes. Treze anos após a construção da segunda unidade prisional, “a cidade é outra”, como afirmam alguns moradores e agentes penitenciários. Para outros, esse ambiente hostil pode até passar despercebido.

Entretanto, com o passar do tempo, a maioria dos habitantes parece ter se acostumado com os novos elementos constituintes do espaço urbano e social de Itirapina. Não há como afirmar que os moradores – tantos os mais antigos quanto os mais recentes – aceitaram isso de maneira passiva, ou que outras instâncias da vida destas pessoas permaneceram inalteradas. O

---

[1] *Bonde* é o veículo que transporta os detentos tanto de uma unidade prisional para outra quanto para audiências no Fórum, ou para o hospital em caso de atendimento médico. Assim como na maioria dos trabalhos que estudam o universo prisional, é de fundamental importância apresentar um glossário dos termos nativos deste universo. Estas palavras estarão grafadas em itálico.

medo e a desconfiança parecem manifestar-se de maneira diferente, apresentando-se em novas configurações estratégicas de evitação e discriminação, conforme será desenvolvido no decorrer dos capítulos. Apesar da rotina da cidade ter mudado muito com a instalação de uma segunda penitenciária e a consequente chegada de um número ainda mais expressivo de detentos, agentes prisionais e seus familiares, estes elementos foram se incorporando à dinâmica social de Itirapina, nutrindo um rearranjo de espaços e de convívio, de fronteiras e de códigos, sob os quais as interações mais recentes passam a se consolidarem.

A manifestação desta mudança se apresenta de múltiplas maneiras: existem pessoas que aprovaram de imediato a construção da chegada de uma nova penitenciária, ao passo que outras reprovaram veementemente. Entretanto, apesar de resistentes num primeiro momento, foram aos poucos se "adaptando" à nova realidade.

Estas novas características acabaram se inserindo na vida das pessoas, mudando também o espaço urbano por elas ocupado. Novos tipos de relações, novos atores sociais, novos espaços de sociabilidade e de interações eclodem neste contexto urbano-prisional fomentado por uma política de expansão e interiorização de unidades prisionais que atinge todo o interior do estado de São Paulo, inclusive Itirapina.

Valores, práticas, palavras e toda uma série de comportamentos ultrapassam os limites impostos pelas muralhas das penitenciárias, influenciando pessoas ligadas tanto de maneira direta (detentos e funcionários) quanto indireta à prisão (moradores da cidade, comerciantes). Posto isso, o objetivo maior foi de analisar esta gama de fenômenos envolvida na percepção de um novo contexto urbano marcado por uma política de segurança pública. A forma de inserção em campo e a observação de alguns pontos de investigação, assim como as limitações impostas por esses posicionamentos serão expostas adiante, bem como minha posição teórico-metodológica em campo.

De maneira sucinta, a introdução mostrará alguns pontos de diálogo entre aspectos ligados à antropologia urbana e a questões como medo, crime e insegurança. O estudo do município de Itirapina visa estabelecer uma aproximação entre uma literatura que abarca questões relacionadas ao ambiente urbano, juntamente com a discussão acerca de prisões, crime e violência. Os temas relacionados a valores, práticas, comunicação e prestígio adquiridos neste contexto pelo agente penitenciário serão desenvolvidos ao longo do trabalho.

Na tentativa de inserir o leitor no universo do tema desta pesquisa, algumas questões referentes ao seu desenvolvimento serão primeiramente apresentadas em linhas gerais, mapeando o tema para que a escrita trate inclusive da política de interiorização das unidades

prisionais paulistas e da cidade de Itirapina - SP. Posteriormente, questões como a relação entre presos (aí se incluem os familiares dos detentos) e não presos, a circulação de gestos e palavras entre prisão e cidade, e a reconfiguração de valores associados ao trabalho nas penitenciárias também serão tratados com profundidade.

Esta pesquisa não se apresenta como uma etapa totalmente explorada e concluída, pois o percurso adotado neste trabalho, com suas idas e vindas, poderia ter sido realizado de inúmeras maneiras, através de outras metodologias, baseado em outras teorias, o que poderia perfazer, portanto, uma infinidade de direções adversas. O que se espera, portanto, é que a escolha desta trajetória de pesquisa possa promover outras oportunidades de trabalho e de reflexão.

Itirapina e suas duas Penitenciárias

> Por volta de 1820, surgiu um pequeno núcleo populacional nas margens do Ribeirão Claro que se chamou Itaqueri da Serra, onde seria construída, em 16 de maio de 1839, a capela de Nossa Senhora da Conceição da Serra. Em 5 de julho de 1852, foi criada a freguesia do município de Rio Claro, com o nome de Nossa Senhora da Conceição de Itaqueri. Em 1873, sua sede foi transferida para Itaqueri da Várzea, localizada na margem do Ribeirão Itaqueri. O impulso definitivo para o desenvolvimento do local ocorreu quando, em 1885, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro inaugurou a linha até São Carlos e um ramal para Jaú, construindo então a estação de Morro Pelado nas terras da freguesia, o que atraiu um significativo número de pessoas para a região. Em 8 de janeiro de 1890, seu nome foi alterado para Morro Pelado e, posteriormente, em 28 de setembro de 1900, para Itirapina (em tupi, tradução de Morro Pelado). A autonomia político-administrativa ocorreu em 25 de março de 1935[2].

Localizada na região central do interior do Estado de São Paulo, Itirapina dista cerca de 220 km da capital paulista, pertencendo à Bacia Hidrográfica de Piracicaba e possuindo 564 km² de área total do município. Itirapina faz limites com os municípios de Corumbataí, Rio Claro, Ipeúna, São Pedro, Brotas, São Carlos e Analândia.

Em meados do século XIX, com a expansão da cultura do café por todo o Estado de São Paulo, houve a implantação de uma grande malha ferroviária que ligava a maioria das regiões produtoras entre a capital do estado e o porto de Santos, onde era escoada toda a

[2] Histórico do município da Itirapina, acessado em maio de 2011 no site da fundação SEADE: http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/hist/hist_236.pdf

produção. A região onde se localiza Itirapina sofreu diretamente a influência dessa expansão, tornando-se um dos principais centros do entroncamento ferroviário do interior do Estado de São Paulo, interligando o oeste paulista ao porto de Santos.

Figura 1. Fonte: Wikipédia.[3].

As oportunidades de trabalho criadas pela ferrovia foram fundamentais para o desenvolvimento da cidade durante todo o tempo em que as estradas de ferro foram efetivamente utilizadas, tanto para transporte de cargas como de passageiros. Dos anos 1950 até o final da década de 1970, Itirapina sofreu com o declínio da ferrovia – sua mais importante fonte de empregos – e presenciou, ainda na época da ditadura militar, a construção da Penitenciária Dr. Antônio de Queiroz Filho, em 11 de outubro de 1978.

Vinte anos mais tarde, em 11 de dezembro de 1998[4], a segunda instituição prisional foi implantada na cidade de Itirapina: a Penitenciária João Batista de Arruda Sampaio. Durante todo este processo, desde o começo do declínio das vias férreas paulistas até a construção da segunda unidade prisional, a relevância dos empregos antes gerados pela ferrovia tem se transferido para os empregos oriundos do funcionalismo público provenientes das duas penitenciárias.

Segundo um agente penitenciário entrevistado, este relacionou seu emprego na penitenciária com os empregos de seu pai na época da ferrovia. A estrada de ferro em

[3] http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SaoPaulo_Municip_Itirapina.svg . Acessado em junho de 2011.
[4] Dados da Secretaria da Administração Penitenciária – SAP: http://www.sap.sp.gov.br/

Itirapina foi uma das maiores geradoras de empregos nas gerações de seus pais e de seus avós; comparando ferrovia e penitenciária, uma das principais diferenças está no trabalho exercido na antiga FEPASA[5], que não agregaria nenhuma conotação negativa: "trabalhar na FEPASA não tem associação com violência, nem com crime, nem com bandido, nem ladrão" afirmou o agente[6]. O passado é visto de maneira saudosa, pois, segundo ele, "naquela época não havia tanta violência; o trabalho das ferrovias foi substituído pelo das penitenciárias hoje em dia por causa da violência". Se antes trabalhar na ferrovia indicava andar lado a lado com o progresso do país – resultado da construção e ampliação das ferrovias – hoje em dia trabalhar em uma penitenciária passa uma impressão negativa, de que "o Brasil mudou para pior", pois em sua concepção sai de cena o desenvolvimento, que dá lugar à violência e ao crime. Há, portanto, no período de 1970 até 2010, uma descontinuidade, uma mudança na imagem da cidade e nos empregos nela oferecidos.

Acontecimentos referentes à formação de coletivos noticiados como "facções criminosas", ao aumento da violência e da criminalidade urbana estampam quase que diariamente os jornais impressos e os noticiários da televisão, inserindo Itirapina nesse universo. A mídia, muitas vezes se valendo de reportagens e matérias sensacionalistas, faz com que a sensação de medo e insegurança aumente ainda mais entre a população, incitando, ao mesmo tempo, a intolerância e a demanda por métodos mais eficazes de punição, como, por exemplo, o aumento do rigor das penas.

O governo do estado de São Paulo, há pelo menos duas décadas, tenta responder à sociedade através do paradigma crime / castigo: os índices de encarceramento aumentam para tentar diminuir as taxas de criminalidade, como uma resposta à demanda da sociedade civil no que diz respeito à contenção da violência. No caso de São Paulo, por exemplo, uma das maneiras utilizadas pelo governo estadual para responder a estas demandas veio por meio da desativação do Carandiru – a maior penitenciária do estado até 2002, cuja população chegou ao número de 8000 detentos – e a transferência e distribuição destes presos da capital para unidades menores espalhadas pelo interior do estado.

Ainda no final do período da ditadura militar, mais precisamente no ano de 1978, é inaugurada a Penitenciária Dr. Antônio de Queiroz Filho, que conta com uma ala de

---

[5] FEPASA: Ferrovias Paulistas S. A. Empresa pertencente ao governo do estado de São Paulo, a FEPASA incorporou as quatro antigas Companhias Paulistas de Ferro no final de década de 1960: Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, Estrada de Ferro Araraquara S. A., Estrada de Ferro Sorocabana S. A. e Estrada de Ferro São Paulo e Minas. A FEPASA foi extinta em 1998 (coincidentemente com o ano de inauguração da Penitenciária II), tendo sua malha ferroviária incorporada à RFFSA – Rede Ferroviária Federal S. A.

[6] A utilização do termo "agente" se refere ao "agente penitenciário", como uma forma abreviada de alusão ao profissional.

progressão de pena em regime semiaberto. Juntamente com a transição política caracterizada pelo fim do regime militar e o início do período de redemocratização no Brasil, compreendidos entre as décadas de 1980 e 1990, o panorama penitenciário do estado de São Paulo começa a tomar proporções assoladoras.

Em 1992, ficou marcado na história carcerária do país o massacre ocorrido nas dependências do Carandiru com a morte oficializada de 111 detentos. Dez anos depois esta unidade de reclusão é desativada e, subsequentemente, 21 novas unidades começam a se espalhar pelo interior do estado de São Paulo. A política de interiorização das prisões tem como objetivo dar resposta rápida a um déficit crônico de vagas prisionais, além de ser, em curto espaço de tempo, uma tentativa (pouco eficaz) de contenção dos índices de violência.

Das 117 unidades prisionais que estão distribuídas hoje pelo interior do estado, duas encontram-se no município de Itirapina, ambas localizadas dentro do perímetro urbano. A Penitenciária "Dr. Antônio de Queiroz Filho", também conhecida por "Penitenciária I" ou "P I", localiza-se em uma das entradas da cidade, na principal via de acesso à Rodovia Engenheiro Paulo Nilo Romano (SP – 225), que liga Itirapina à Rodovia Washington Luís (SP – 310) e também a Bauru. A segunda unidade prisional, a "Penitenciária João Batista de Arruda Sampaio", também chamada de "P II", foi construída próxima ao pequeno distrito industrial, um pouco mais afastada do centro da cidade. O mapa abaixo mostra a localização das duas unidades prisionais no espaço urbano do município:

Figura 2. Fonte: Google Maps, acessado em junho de 2011.

Segundo dados da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) [7], a P I tem capacidade para 210 detentos no regime fechado, mas possui atualmente população de 573 detentos distribuídos num único pavilhão. Seu anexo de regime semiaberto possui capacidade para 200 detentos, mas opera com uma população de 233[8], segundo a própria Secretaria. A Penitenciária I possui aproximadamente 150 funcionários, entre membros da diretoria, agentes penitenciários e auxiliares administrativos. Os membros da diretoria residem dentro dos limites da unidade prisional, em casas cedidas pelo governo do Estado, mantendo esta proximidade para tentar resolver algum problema mais grave como uma rebelião ou para negociar com os detentos, caso haja necessidade, segundo os próprios agentes.

A Penitenciária II possui oficialmente 852 vagas, mas sua população é de aproximadamente 1802 detentos dispostos em seis pavilhões[9]. Sua ala de progressão penitenciária comporta 108, mas sua população atual é de 179 presos[10]. A P II conta com aproximadamente 200 pessoas trabalhando em seu interior e dependências, entre as quais se encontram auxiliares administrativos, chefes, diretores, agentes penitenciários[11] e demais funcionários. Os membros da diretoria da Penitenciária II também moram nas instalações concedidas pelo governo estadual, localizadas muito próximas das muralhas dos *raios*[12] da unidade prisional.

No Estado de São Paulo, são mais de 25 mil funcionários públicos concursados que trabalham como agentes de segurança, tais como: Agente de Segurança Penitenciária (ASP) e Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (AEVP). Estes trabalhadores estão espalhados por 149 unidades prisionais, dentre elas 117 localizadas no interior do estado, conforme já apontado. Estes funcionários públicos são responsáveis por gerenciar a custódia de mais de 148 mil presos, segundo dados da Revista SAP número 02, de julho de 2009.

---

[7] http://www.sap.sp.gov.br. Acesso em maio de 2011.

[8] Não há como ter um número absoluto, pois a transferência de detentos é intensa e diária. Este constante e intenso fluxo de detentos também foi observado em BIONDI (2010)

[9] De acordo com notícia de 28 de janeiro de 2012, a P II sofre, assim como outras penitenciárias de cidades da região, com uma superlotação que chega a 130% de sua capacidade: http://eptv.globo.com/noticias/NOT,3,51,390858,Superlotacao+de+penitenciaria+chega+a+130+e+sera+investigada+pela+OAB.aspx. Acessado em janeiro de 2012.

[10] Números obtidos no site da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP): http://www.sap.sp.gov.br/

[11] Os números de funcionários que trabalham nas duas unidades prisionais de Itirapina foram estimados de acordo com os relatos obtidos pelos entrevistados.

[12] *Raio*: palavra utilizada para designar o pavilhão de uma prisão.

O Agente de Segurança Penitenciária (ASP)

Durante o governo de Franco Montoro, mais precisamente em 29 de dezembro de 1986, através da lei complementar de número 498, foi instituído o cargo de Agente de Segurança Penitenciária (ASP), substituindo o de Guarda de Presídio (GP), criado por um decreto de 1946, data do primeiro registro de regulamentação da profissão. Em 2004, o governo do estado de São Paulo criou uma lei complementar definindo oito classes para os agentes de segurança penitenciária[13].

Como exigências para admissão ao cargo de ASP, o candidato deve completar o Ensino Médio e possuir mais de 18 anos de idade para poder assumir o cargo, caso tenha sido aprovado em concurso público. Algumas das atividades desempenhadas pelo Agente de Segurança Penitenciária são: a guarda e vigilância de presos, na tentativa de assegurar a ordem e a disciplina nas dependências da unidade prisional; além disso, há o controle e a fiscalização da entrada e saída de pessoas, veículos, alimentos e objetos. Sobre estas atividades exercidas pelo ASP, algumas de suas atribuições na manutenção da ordem na prisão são muitas vezes confundidas com o processo de "ressocialização" dos detentos.

O agente penitenciário, funcionário público concursado, transita tanto do lado de dentro quanto de fora da prisão, sendo um vetor capaz de receber e transmitir, nos dois sentidos, informações, práticas e todo um conjunto de expressões e comportamentos. As práticas e valores vigentes dentro da prisão se irradiam por todo o espaço urbano, dialogando e interagindo com a dinâmica da cidade. Do mesmo modo, relações típicas do convívio urbano da pequena cidade chegam até o interior das unidades prisionais. Vale lembrar que estas práticas e valores, durante estes percursos, se alteram. Remetemo-nos, aqui, à ideia de rizoma de Deleuze & Guattari (1997): o agente penitenciário estabelece uma rede de relações e de códigos territoriais, ao mesmo tempo em que faz com que ocorra a desterritorialização e reterritorialização desses códigos. Por meio desse processo, no caso de Itirapina, a cidade incorpora a prisão em sua vida cotidiana, ao mesmo tempo que o interior da prisão acaba sendo um prolongamento das relações entre os moradores, agentes e parentes de presos residentes na cidade ou que para ela se deslocam nos dias de visita.

---

[13] Essas classes, segundo a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) estão relacionadas com o tempo de serviço no funcionalismo público. Quanto mais tempo servindo o Estado, maior a remuneração. Além disso, contam outros fatores inclusos no plano de carreira de um funcionário público pertencente a esta Secretaria, como o adicional por insalubridade. Este assunto será abordado mais detalhadamente no capítulo 3.

Ademais, a posição social de destaque do agente penitenciário parece ser fruto de um contexto formado pela influência cotidiana das duas unidades prisionais na vida dos habitantes da cidade. O agente penitenciário acaba por assumir uma posição de prestígio, contribuindo para a criação de uma nova classe econômica, possuidora de automóvel e casa próprios, além de obter mais crédito no comércio local do que os demais moradores e clientes. O prestígio de ser agente penitenciário não está somente numa série de privilégios conquistados financeiramente, mas vai além, pauta-se inclusive no domínio de um tipo específico de conhecimento adquirido exclusivamente no interior da prisão. Estes fatores, em meio a uma pequena população, agregam destaque à imagem do agente na cidade.

Esta posição social e econômica privilegiada se dá através da convergência de alguns fatores, sendo um deles o salário procedente do funcionalismo público, que se destaca frente ao baixo custo de vida na pequena cidade. Deste modo, a remuneração mensal do agente de segurança penitenciária torna-se, entre os moradores da cidade, uma das melhores gratificações encontradas no município. Vale lembrar que estes são apenas alguns fatores mencionados nas falas tanto de agentes como de pessoas que não trabalham nas penitenciárias.

O município de Itirapina possuía, em 2011, 15.798 habitantes. Cruzando informações obtidas pela Secretaria da Administração Penitenciária com os dados populacionais, uma das conclusões é que o número de detentos no município representa praticamente um quinto da população total de Itirapina. Com a transferência dos detentos para as penitenciárias I e II, a migração de seus familiares passou a se intensificar, sendo que o destino de muitos foi o bairro Jardim Nova Itirapina, considerado pela maioria dos habitantes como um local pobre de periferia. Ademais, os agentes penitenciários e seus familiares, vindos de outros municípios, transferem-se para a cidade e estabelecem moradia por causa da oportunidade de emprego. A maioria dos agentes procura se estabelecer no centro ou em bairros próximos.

Diante destes números, é inevitável atentar para este processo, que provavelmente deve ocorrer em muitas outras cidades de pequeno porte espalhadas pelo interior de São Paulo. São milhares de pessoas que já prestaram concurso e tiveram seu cotidiano ligado à rotina de uma unidade prisional. Assim, além da preocupação de pesquisar alguns detalhes da dinâmica social de Itirapina, este trabalho pretende demonstrar como a figura do agente se tornou numa figura central tais mudanças no convívio entre grupos de pessoas, mas também no espaço urbano e nas relações que o permeiam. Em outras palavras, os agentes agenciam, estabelecem relações colocando num mesmo plano de interação duas coisas que

aparentemente seriam diferentes e isoladas: os códigos territoriais da prisão e os de uma pequena cidade[14].

Muitas pesquisas já se debruçaram sobre questões ligadas ao sistema prisional, porém, a maioria delas está mais voltada para os detentos e as relações que ocorrem no interior de uma prisão. O esforço desta pesquisa se concentra na busca, ainda que fragmentária, por expressões, práticas e valores de agentes penitenciários, atores quase sempre colocados em segundo plano em estudos sobre prisões. Além do mais, este trabalho tentará apresentar algumas características de um funcionário que muitas vezes possui sua identidade profissional comumente atrelada à imagem de opressor, enquanto a de detento se define como a do oprimido. O desafio, portanto, é apresentar uma série de situações onde o agente, muitas vezes julgado como algoz também, às vezes, encontra-se como vítima de todo um sistema, da mesma maneira que um preso. A dificuldade, portanto, é a de ressaltar características que se tornam ambíguas por transitarem tanto entre detentos quanto entre agentes, colocando uns e outros ora como oprimidos, ora como opressores.

Devido a este grande impacto que as prisões causaram e causam na cidade, além do suposto prestígio proveniente da profissão de agente penitenciário em uma cidade do interior, intenta-se demonstrar como a prisão não é uma instituição segregada do restante da sociedade. As categorias “dentro” e “fora”, compreendidas juntamente com os limites da prisão, estabelecem uma continuidade em que práticas e valores engendrados no interior da prisão são irradiados por toda a cidade, sendo nela também transformados e reconfigurados.

Trajetória da pesquisa

Diante deste contexto no qual se encontra a cidade de Itirapina, com cerca de quinze mil habitantes, duas penitenciárias e quase três mil detentos, surgiu o interesse de lançar um olhar mais atento e aproximado sobre estes dados, a conjuntura dos fatos, suas relações e consequências. Além disso, o presente trabalho relaciona-se diretamente a meu projeto de Iniciação Científica, fomentado pelo CNPq, entre os anos de 2007 a 2009.

[14] Até a construção dos presídios em Itirapina, estas dimensões se mantinham praticamente isoladas, o mesmo provavelmente ocorrendo em outras cidades com reduzido número de habitantes e que sofreram esse processo.

A partir dessa primeira pesquisa, tentei evidenciar o estabelecimento de relações hierárquicas entre os postos de trabalho dos agentes penitenciários. Excetuando os membros da diretoria e posições de chefia, as turmas de guardas, independentemente do *plantão*[15] em que atuam, respondem pelas mesmas responsabilidades e assumem as mesmas funções estabelecidas pelo governo do Estado, ou seja, seus integrantes pertencem todos à categoria Agente de Segurança Penitenciária (ASP). Embora exercendo o mesmo cargo e tendo por muitas vezes o mesmo salário (a diferença salarial se dá por tempo de serviço e também pela presença em cursos de aperfeiçoamento e reciclagem) [16], há uma hierarquia paralela e até uma disputa interna pelos postos de trabalho (como portaria, canil, enfermaria, cozinha, etc.), o que representa mais uma relação de conflito no já tenso cotidiano enfrentado por estes servidores públicos.

Durante meu trabalho de campo e minhas visitas à unidade prisional "João Batista de Arruda Sampaio" (P II), surgiram várias questões relativas a esta hierarquia paralela: as relações profissionais entre os próprios agentes às vezes se misturavam com as relações familiares, como por exemplo, relações entre pai e filho, ou tio e sobrinho. As relações de parentesco entre os funcionários da prisão se tornavam cada vez mais nítidas, dando a perceber que pais, filhos, tios e primos, além de amigos, mantinham a mesma proximidade de fora, dentro dos muros da unidade carcerária.

Além disso, a presença do conglomerado de casas destinadas à diretoria da prisão surgia como um notável ponto de análise sobre as noções de prestígio, pois neste conjunto de residências há cinco casas reservadas aos funcionários de cargos hierárquicos superiores e elas eram almejadas por muitos agentes hierarquicamente inferiores, habitantes da cidade. Mesmo a questão do prestígio entre os próprios ASPs, como a ostentação de automóveis novos que ocupavam boa parte do estacionamento da prisão destinado aos funcionários já chamava a minha atenção durante a pesquisa de Iniciação Científica.

Tendo, portanto, percebido estas características, meu objetivo, no mestrado, foi estender a análise para além do convívio intramuros, percebendo como as relações presentes neste universo alcançam outros espaços da cidade. Em resumo, se num primeiro momento meu olhar estava voltado para o interior da prisão, investigando postos de trabalho nas dependências das unidades prisionais, neste segundo momento, a observação e análise se

---

[15] Termo muito utilizado pelos agentes penitenciários para se referir ao turno de 12 horas de trabalho.

[16] O salário inicial de um Agente de Segurança Penitenciária é de R$ 1.993,96, mais o valor de R$ 436,00 por insalubridade. Informações mais detalhadas sobre os salários dos agentes encontram-se no capítulo 3.

deslocaram para a percepção das relações que extrapolam as muralhas, saem da rotina da prisão e alcançam os demais moradores da cidade.

Ao mesmo tempo, também considero importante notar como alguns tipos de relações travadas na cidade influenciam o que acontece dentro da prisão. Sendo assim, o que se pode considerar como características exclusivas do comportamento intramuros de uma penitenciária são também percebidas para além dos limites de pavilhões e muralhas.

Diante dessas informações, a presente pesquisa tem como um de seus objetivos perceber uma dinâmica social que comunica o interior das prisões com o espaço urbano do município em que elas se encontram. Este processo está relacionado com questões comuns à rotina prisional e ao cotidiano urbano, tais como: medo, insegurança, crime e violência. A figura do agente penitenciário tornou-se um dos principais pontos de análise – senão o principal – nessa complexa rede de relações.

Há de se perceber também, em Itirapina, uma aparente inversão de valores na figura do agente penitenciário: de subempregado e morador de periferia nas grandes cidades ele se torna funcionário público, com mais facilidades de crédito para financiar casa e automóvel, se sobressaindo socialmente naquela cidade interiorana.

Quais são os valores que levam o agente a ganhar prestígio e a constituir uma suposta nova classe social em uma cidade como Itirapina? Além do mais, esta aparente mudança atinge, direta ou indiretamente, outras pessoas da cidade. Portanto, estabelecer conexões entre este processo e como ele ocorre no cenário urbano pelos demais habitantes é de fundamental importância para uma análise mais detida e se alcançar uma melhor compreensão desta dinâmica.

A profissão de agente não se resume apenas em cumprir um horário de trabalho e em receber um salário no início de cada mês. As responsabilidades que circundam a figura do ASP criam conexões e elos com a vida de seus colegas de trabalho, de seus familiares e, principalmente, com a custódia dos detentos. Assim como os presos, os agentes têm seu cotidiano ligado à rotina da prisão, assimilam seu vocabulário e seu modo de agir transitando entre as muralhas do presídio e o espaço da cidade. Com os agentes transitando por espaços diversos, o que eles adquirem dentro das penitenciárias, em termos de linguagem e comportamento, também perpassa por outras áreas, num movimento contínuo, mas não regular, de dentro para fora dos muros da unidade prisional. O objetivo é compreender como se estabelecem as relações entre os atores sociais destes universos, aparentemente opostos, porém complementares. Ou seja, de que forma comerciantes, familiares de agentes, familiares

de presos e moradores interagem e como o agente penitenciário consolida seu prestígio notório em Itirapina? São estas as questões que nortearam esta pesquisa.

Neste trânsito entre o interior e o exterior da prisão, leva-se em conta como as gírias oriundas da massa carcerária são absorvidas e irradiadas pelos agentes penitenciários para além de seu horário de trabalho, já que muito das palavras e expressões utilizadas por eles dentro da prisão acabam migrando para o lado de fora.

Estudar o caso dos dois presídios instalados na cidade de Itirapina não consiste apenas em mais um estudo relacionado exclusivamente ao universo prisional. Ao focalizar a comunicação estabelecida entre o que ocorre dentro da prisão e o que acontece no espaço da cidade, enfatizo o caráter permeável das muralhas, no qual laços de parentesco, relações de amizade e boatos são disseminados e se entrelaçam num imaginário cercado ora pelo medo e a insegurança, ora pelo prestígio de ser funcionário público. Isto transforma boa parte da vida dos agentes, moradores e demais envolvidos, além de entrelaçá-los em uma rede fluida, baseada em múltiplas relações.

Inserção em campo

> A observação participante significa, pois, muito mais a possibilidade de captar as ações e os discursos em ato do que uma improvável metamorfose em nativo. E consiste, também, no meio privilegiado para a elaboração de teorias etnográficas, expressão, aliás, à primeira vista, um pouco estranha, mas que serve para solucionar o dilema do antropólogo, preso entre a ciência e a narrativa, o discurso sobre os outros e o diálogo com eles (GOLDMAN, 2006, p. 170).

O procedimento de obter e assimilar informações presentes nos diálogos, nas ações e no cotidiano dos agentes, moradores e comerciantes de Itirapina está intimamente relacionado com minha inserção em campo, como morador da cidade. Ao mesmo tempo, a observação participante exercida vai além da "improvável metamorfose em nativo", pois o início de minha pesquisa se deve muito ao fato de eu ser "nativo" [17] antes mesmo de ser pesquisador. Diante deste fato, o esforço inicial foi o de me distanciar de meu lócus de pesquisa, ainda que fizesse parte dele. Neste sentido, o ganho metodológico encontra-se no fato de haver, por se tratar de um nativo, o conhecimento prévio dos informantes, das relações amistosas, parentais

[17] Nativo, neste caso, refere-se a ser um morador da cidade, vivenciar seus acontecimentos, muitos deles envolvidos com alguma notícia advinda das penitenciárias.

e profissionais dos atores observados. Em contrapartida, há um cuidado maior para que nãohaja confusão entre minha apreensão do campo e a subjetividade constitutiva do morador local que convive com os atores muito antes de cogitar transformar sua cidade em seu objeto de estudo por conta da presença das penitenciárias.

Meus pais se mudaram para Itirapina há cerca de 20 anos, quando eu ainda era criança. Apesar de ter nascido e morado pouco tempo (por volta de 10 anos) numa cidade de grande porte (Campinas – SP), demorei a me acostumar a morar numa cidade tão pequena e diferente. Durante a época de graduação e mestrado, morei em cidades maiores, como São Carlos – SP e na capital, São Paulo. Vivenciar o cotidiano de uma média ou grande cidade é muito diferente de habitar um município de apenas quinze mil habitantes. As diferenças de escala e de apreensão do tempo, aliadas à presença das duas penitenciárias e suas rotinas surgiram como fatores determinantes para conceber Itirapina como um objeto de pesquisa com características bastante peculiares.

No mais, as observações sobre o que acontecia na cidade e em suas penitenciárias, incluindo as notícias sobre rebeliões, suscitavam-me questões que se confundiam com meu próprio cotidiano, pois além de ter sido morador de Itirapina, meu pai trabalhava como agente penitenciário, sendo que eu me envolvia com as notícias advindas da prisão, assim como a própria cidade. Visitas, telefonemas, conversas no quintal de casa ou durante um encontro casual na rua: na maioria das vezes, a presença de agentes penitenciários na casa de meu pai era intensa. O assunto, geralmente era o mesmo: *a cadeia*[18], os presos, a rotina de trabalho etc. Além do mais, vários colegas da época do Ensino Fundamental e Médio hoje são funcionários concursados que trabalham como Agentes de Segurança Penitenciária em alguma das duas unidades prisionais.

Deste modo, minha inserção em campo como filho e amigo de ASPs permitiu uma posição privilegiada no que diz respeito à obtenção de informações e, principalmente, no processo de "captar as ações e os discursos em ato". Porém, como tentarei demonstrar ao longo dos capítulos, as fronteiras estabelecidas entre agentes penitenciários e detentos dificultaram meu acesso a informações referentes aos presos e seus familiares. Além do mais, por ser homem, a dificuldade em conseguir me comunicar com parentes de detentos, que são, em sua maioria, mulheres, foi muito grande.

---

[18] *Cadeia*: maneira pela qual os agentes penitenciários e praticamente todos os moradores da cidade se referem às duas penitenciárias instaladas em Itirapina.

As dificuldades advindas do fato de ser homem e estar ligado de alguma maneira aos agentes penitenciários ficaram claras, por exemplo, em algumas de minhas incursões às portarias das penitenciárias. Em meio a parentes de presos, comerciantes ambulantes e demais pessoas que esperavam diante dos portões das cadeias durante os dias de visita, fracassaram minhas tentativas de aproximação para iniciar algum contato com alguns destes atores. Tive que interromper minhas tentativas de entrevistar alguma *mulher de preso*[19], pois minha atitude poderia ser compreendida como uma aproximação que faria de mim um *talarico*[20], o que poderia produzir algum risco à minha segurança. Outro fator que também pesou contra as entrevistas com familiares de presos foi minha condição de familiar de agente penitenciário, por pertencer a um dos "lados" simbolicamente criados pela oposição entre preso e agente. Na cidade, não é rara a identificação de um indivíduo como agente, parente de agente, detento ou parente de detento. No decorrer do texto, tentarei demonstrar as disparidades e as fronteiras estabelecidas entre os agentes, presos e seus respectivos familiares.

Somado a isso, justamente por causa do clima de constante desconfiança e vigilância, mesmo os agentes mais próximos e conhecidos se mostravam resistentes e receosos quanto à disponibilização de informações acerca de sua vida social e profissional. A própria Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) é muito rigorosa com seus funcionários no que diz respeito ao acesso a qualquer informação sobre o que acontece no sistema prisional. Quanto às entrevistas com os agentes, apesar das dificuldades iniciais em decorrência da recusa da gravação dos diálogos, após certa insistência me foi permitido, por alguns, o uso do gravador. Assim, apesar da proximidade que, à primeira vista, poderia parecer facilitar a obtenção de dados, a presença de um objeto que registrasse qualquer tipo de informação acabou se tornando um elemento que alterava o conteúdo dos diálogos. Queiroz (1991) discorre acerca da alteração das informações, da inibição e até mesmo da distração manifestada por alguns informantes quando colocados frente a um gravador durante uma entrevista.

Foi observado também que, quando o gravador era ligado, os agentes assumiam uma postura muito mais institucionalizada, policiando-se ao máximo sobre o que iriam dizer, evitando, desta maneira, comentários inapropriados ou que ou que fossem passíveis de

---

[19] *Mulher de preso* é o termo que as pessoas da cidade usam para se referir aos familiares dos detentos, mais especificamente, mães, esposas ou filhas. Por outro lado, pais, filhos ou irmãos são chamados de *parente de preso*. Em outras palavras, as mulheres, independente de serem mães, esposas ou filhas, são classificadas como *mulher de preso* e raramente como *parente de preso*. Indo além na análise, é como se as mulheres remetessem à afinidade, posto que a palavra "mulher" dá um sentindo classificatório de "esposa" (remetendo, até certo ponto, à obediência e à submissão da mulher para com o marido, na concepção dos moradores), e os familiares masculinos são classificados segundo a categoria de consanguinidade. Percebe-se, portanto, o quanto estão em jogo as identidades de gênero, de status, de pertencimento e as relações de evitação.

[20] *Talarico* é o homem que seduz a esposa, namorada ou companheira de um preso.

reprovação ou repreensão. Se por um lado o gravador limitou o discurso mais informal e mais suscetível a julgamento, por outro permitiu a apreensão de comportamentos tidos como "corretos" e "esperados" para um agente. Tem-se a impressão que há dois tipos de fala: durante as entrevistas, as informações registradas, portanto passíveis de contestação e veiculação, reproduziam e representavam as regras ditadas pela instituição, enquanto que a fala não gravada fluía mais informalmente, relatando práticas rotineiras internas. Durante a execução da pesquisa, essa foi apenas uma das percepções de ambiguidade e de fronteira assinalando o legal e o ilegal, o formal e o informal, nas acepções dos agentes.

Devido à minha inserção em campo e à maior proximidade com os não presos, minhas impressões acerca dos detentos e, principalmente, de seus familiares que circulam pela cidade (sobretudo durante os finais de semana) foram marcadas mais pelo que se fala a respeito deles na cidade (entre moradores e comerciantes) do que pela participação e observação de seus atos. Meus interlocutores privilegiados foram agentes penitenciários, comerciantes ou moradores da cidade que não possuem ligação direta com os detentos das penitenciárias. Além do mais, apesar de não ter conseguido me aproximar a ponto de estabelecer diálogo com as visitas de presos, não deixei de observar, sempre que possível, os grupos de mulheres que circulavam pelas ruas da cidade, nas portarias das penitenciárias e no único supermercado de Itirapina. Em outras palavras, apesar da presença de múltiplos atores, os pontos de vista de alguns deles não puderam ser alcançados de maneira direta e mais próxima.

Apenas a título de ilustração, se fosse possível dividir a cidade de Itirapina em dois grupos, um deles seria o dos presos e seus familiares, e o outro seria o formado por pessoas que não estão ligadas aos detentos como, por exemplo, agentes, moradores e seus respectivos familiares. Portanto, se por um lado, a aproximação mais intensa com o grupo dos "não presos" permitiu um ganho substancial no acesso às informações e aos pontos de vista dos agentes penitenciários e moradores da cidade, por outro, tal proximidade obstaculou a apreensão da perspectiva do preso e do seu familiar sobre como vivem, seu universo e suas relações[21].

Além da observação dos diversos atores diretamente ligados aos presídios, também foram feitas entrevistas com moradores da cidade, alguns com alguma ligação indireta com as penitenciárias, outros sem nenhum contato com elas. Entretanto, é possível afirmar que, devido ao tamanho reduzido da cidade e ao entrelaçamento de vários tipos de relações, é praticamente impossível encontrar algum morador que não conheça ou possua entre seu

[21] O Estudo de Silvestre (2011) aprofunda a análise sobre os dias de visitas e as relações dos familiares de presos com a cidade de Itirapina.

círculo de amigos ou parentes algum agente penitenciário que trabalhe em uma das duas penitenciárias.

O contato com os agentes se deu sempre fora das muralhas e, na maioria das vezes, em suas próprias residências. Este contato se justificava pelo desejo de perceber como o agente atua e se comporta fora do seu horário de trabalho, quando reproduz vários traços de comportamento apreendido por meio do trabalho intramuros e do convívio com os indivíduos reclusos.

A posição privilegiada no campo para a obtenção de dados proporcionou não apenas a realização de entrevistas, mas também o acompanhamento do cotidiano da cidade em espaços diversos: dentro do supermercado, em um salão de barbeiro, numa lojinha, em um bar, ou mesmo durante um churrasco entre amigos. Perceber nas conversas dos habitantes de Itirapina aquilo que não é dito, os hábitos costumeiros de cada um e o conjunto comum de informações naturalizadas entre membros de uma população reduzida vão além do registro de algumas conversas armazenadas numa gravação. Este trabalho de coleta de informações, visitas, conversas, entrevistas e observações da movimentação e de diálogos se deu entre o final de 2009 e o início de 2012, sem contar os dados obtidos entre os anos de 2007 e 2009, durante o período de Iniciação Científica.

A trajetória desta pesquisa serve-se, portanto, de uma multiplicidade de pessoas, relações, espacialidades e temporalidades. Torna-se, assim, uma tarefa praticamente impossível tentar abranger neste trabalho a totalidade de situações e acontecimentos que permearam o contexto do trabalho de campo, bem como as inúmeras direções pelas quais se estabelecem os mais diferentes tipos de interações na vida diária de Itirapina. Quando se observa o cotidiano, mesmo que seja de um lugar visto como aparentemente monótono, é possível encontrar uma diversidade de relações, além das inúmeras transformações que se dão com o passar do tempo. Temporalidades e espacialidades se moldam, juntamente com as pessoas e suas várias redes sobrepostas de relações. Analisar o cotidiano desta cidadezinha interiorana, em suas minúcias, atentando para a riqueza e a (in)constância de suas transformações dá margem para perceber o quão rico é o dia a dia de pessoas que, na maioria das vezes, deixam passar despercebidos todos estes detalhes.

O intuito deste trabalho não é o de analisar os erros de percurso dos chamados “ideais democráticos”, como é costumeiro argumentar habitualmente em alguns trabalhos relacionados ao sistema prisional, tampouco o de discutir, quase que teleologicamente, quais deveriam ter sido as melhores escolhas ou o melhor caminho a ser tomado. A proposta é a de

ir além, levando em conta o plano das práticas e dos pontos de vista dos atores envolvidos nos acontecimentos cotidianos da cidade, dispensando a necessidade de comparação com um plano ideal e exterior a qualquer ponto de vista. Assim, perceber as marcas deste processo a partir da ótica dos agentes e moradores da cidade, e atentar para o que geralmente passa despercebido nas pesquisas que tratam do tema das prisões (e também do que acontece ao redor delas) é, talvez, a contribuição mais relevante que esta pesquisa pretende oferecer.

Teorias e diálogos

Este tema, assim como qualquer outro, envolve inúmeras possibilidades de pesquisa, e a escolha de livros e de outros trabalhos que auxiliaram a balizar este foi de fundamental importância, sendo que alguns autores se tornaram referenciais para o seu desenvolvimento. Como dito anteriormente, questões envolvendo dinâmicas sociais, sobretudo temas de antropologia urbana, juntamente com questões sobre o sistema prisional, aliadas a discussões acerca de cidades pequenas foram reunidas na tentativa de conseguir confluir essa multiplicidade de assuntos e produzir um trabalho que conseguisse lidar com uma parcela dos fatos, das pessoas e das relações observadas empiricamente.

Vale lembrar que a quantidade de obras referentes ao estudo sobre agentes penitenciários é escassa. Os textos apresentados de forma sucinta, a seguir, foram escolhidos como base, em razão da afinidade teórica que julguei ter estas obras com a pesquisa. Esta bibliografia será trabalhada mais detalhadamente no decorrer dos capítulos, juntamente com os dados de campo.

O estudo de Castro e Silva (2008) versa sobre o cotidiano do interior de uma prisão no Rio de Janeiro. Baseado nas narrativas de agentes penitenciários, o autor demonstra como a violência pode ser negociada no convívio intramuros. Questões como a violência e as relações conflitantes entre agentes penitenciários e detentos são relatados e em muitos pontos coincidem com o cotidiano enfrentado pelos agentes penitenciários de Itirapina. Da mesma maneira, os códigos não escritos que se dão no interior da prisão pesquisada por Castro e Silva também dialogam com a realidade vivida pelos agentes penitenciários de Itirapina. No entanto, apesar dos pontos em comum, as diferenças entre ser agente numa capital e numa pequena cidade do interior são muito evidentes.

O livro intitulado “Nos Braços da Lei” permite, assim, estabelecer comparações entre o modo de vida de agentes da cidade do Rio de Janeiro e de Itirapina. Enriquecendo ainda mais o diálogo, Barbosa (2005 e 2007) contribui para o diálogo acadêmico quando trata das relações entre agentes penitenciários e deles com os detentos, tendo também como pano de fundo a cidade do Rio de Janeiro. Assim como Castro e Silva, Barbosa analisa as práticas de violência física e os acontecimentos corriqueiros ocorridos no interior de uma prisão, instituição que, por mais que se encontre em crise, emerge novamente como solução para conter a criminalidade e os atos de violência na “sociedade”. As relações de poder dentro da instituição prisional ocorrem tanto entre a turma de guardas quanto entre a massa carcerária, e as relações estabelecidas no convívio intramuros traduzem este poder, muitas vezes, traduzem este poder, geralmente conflituoso, entre os dois estratos.

No livro “Junto e Misturado – Uma etnografia do PCC” sobre o convívio intramuros, cujo enfoque era dado aos detentos, e não aos agentes, Biondi aborda questões sobre o Comando da Capital permitindo ao leitor conhecer melhor o funcionamento da prisão através do comportamento dos detentos, dos discursos que compõem a construção de uma política entre eles, com riqueza de detalhes sobre este universo. A autora mostra que não é possível negar a influência sofrida pelos agentes inseridos neste coletivo. Neste sentido, uma das diferenças mais marcantes entre as duas unidades prisionais de Itirapina está diretamente relacionada com a presença do PCC na P II, enquanto que, na P I, existem presos de grupos rivais (CRBC, por exemplo) ou que não estão ligados a nenhum coletivo.

Indo para além dos limites da prisão e das relações apenas entre agentes e prisioneiros, a permeabilidade entre o lado dentro e o de fora da prisão é tema da análise da obra de Cunha (2002). A autora trata da permeabilidade do convívio intra e extramuros, mostrando que as muralhas não são suficientes para separar tais esferas, posto que os vínculos de parentesco, de amizade e de vizinhança se dão dentro e fora da prisão, conforme relata do neste estudo. Há, portanto, em seu trabalho, a ruptura de uma concepção de que a prisão é uma instituição totalmente fechada e isolada do restante da sociedade. Estabelecendo um estreito diálogo com o trabalho de Cunha, verifica-se que o conceito de “Instituição Total” proposto por Goffman (2010) se torna limitado para a análise do município de Itirapina, sendo que o interior das penitenciárias mantêm permanentes tipos de relações com a cidade e seu cotidiano. Outra instituição – a família – é colocada por Goffman como incompatível com o presídio, o que contradiz a descrição de Cunha. Vale lembrar que o estudo de Goffman tendo como marco teórico, dentre outros, uma discussão sobre a equipe de funcionários e suas relações com os

internos, estabelece diálogo direto com o tema desta pesquisa. Neste sentido, é interessante observar conjuntamente as análises de Cunha e de Goffman, contrapondo-as ao caso de Itirapina.

A instituição penal e a família, não são organizações estanques separadas uma da outra, como afirmava Goffman. Além disso, a ruptura proposta por Cunha acerca do isolamento da instituição total está ligada com o modo pela qual a economia familiar circula entre o dentro e o fora da prisão através do tráfico de drogas. Família, bairro, tráfico e prisão tornam-se constituintes de peças de uma mesma engrenagem alimentada por uma correlação permanente. De maneira semelhante, em Itirapina, a cidade, os agentes penitenciários e suas famílias mantêm certa relação tendo como fio condutor a prisão, percebendo, portanto, como a prisão mais agrega do que dissocia relações, como também observado por Godoi (2010).

Mais um aspecto a se levar em consideração é a dimensão da cidade de Itirapina, um aspecto relevante para se analisar, considerando que as variações e inconstâncias no processo de apreensão da lógica prisional e da atuação do agente penitenciário estão intimamente relacionadas com o pequeno número de habitantes em Itirapina. Mais um aspecto a se levar em consideração é a dimensão da cidade de Itirapina, um aspecto relevante para se analisar, considerando que as variações e inconstâncias no processo de apreensão da lógica prisional e da atuação do agente penitenciário estão intimamente relacionadas com o pequeno número de habitantes em Itirapina. Nesse sentido, Bailey (1971) analisa as estratégias tomadas no cotidiano de pequenos agrupamentos sociais, além da reorganização de significados através de novas condições negociadas seja entre atores ou instituições sociais.

Além disso, a reputação criada em torno da pequena política do cotidiano estabelece variados tipos de relações que podem ser vistos numa pequena cidade. Comerford (2003), em seus estudos de comunidade, realça as distinções acerca do “rural” e do “urbano”. Apesar de ser um ambiente com características urbanas, Itirapina não deixa de manter algumas práticas existentes do meio rural, que se agregam à cidade. Ademais, artigos relacionados a estudos de pequenas cidades (OLIVEIRA, 2009) foram utilizados em consonância com as obras acima citadas envolvendo assuntos sobre o sistema prisional.

Há também uma grande produção contemporânea de teses e dissertações sobre assuntos relacionados à violência, ao crime e às prisões (GODOI, 2010; SILVESTRE, 2011; SORIANO, 2007; LOURENÇO, 2010; MARQUES, 2009; TAETS-SILVA, 2012). Estas referências mantêm um diálogo direto com a minha pesquisa, proporcionando sua inserção numa discussão mais ampla acerca de estudos sobre o sistema prisional.

Reportagens de jornais da região de Itirapina, assim como notícias de uma emissora de TV[22] que cobre as cidades da região central também foram coletadas, mostrando como a cidade sempre aparece atrelada a acontecimentos ocorridos no interior das penitenciárias veiculados como "violentos". Além disso, outro material analisado será o "Manual de Procedimentos do Agente de Segurança Penitenciária", distribuído pela Secretaria da Administração Penitenciária para os agentes que ingressaram na carreira, já que este manual faz parte do treinamento dado aos iniciantes. Outro material importante ainda será a Revista da SAP, edição 02, de julho de 2009, publicação destinada principalmente aos funcionários que trabalham no sistema prisional. Esta edição, em especial, trata da importância e do "orgulho de ser ASP".

Construção do texto, desenvolvimento do tema

O desenvolvimento deste texto se voltou para os efeitos da política de interiorização dos presídios paulistas tanto na vida das pessoas quanto nas relações engendradas por elas. A intenção era resgatar uma realidade que está além das estatísticas e dados generalizantes, atentando para as pessoas, as posições que ocupam nas diversas redes que perpassam suas vidas, ou seja, alcançar capilaridades que a etnografia pode captar, dando-lhes a devida importância numa análise mais detida. Portanto, tratou-se de perceber, nos ínfimos detalhes, e não menos importantes, mudanças que se (re)produzem em decisões que se iniciam no âmbito do governo estadual e da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) do Estado de São Paulo e alcançam, direta ou indiretamente o cotidiano de pessoas envolvidas ou não com o sistema prisional.

A atualização do "ambiente cidade", vivido e compartilhado por seus habitantes e por outras pessoas que passam por Itirapina, onde o "ambiente cadeia" emerge nas falas, nos gestos e no imaginário, seja pela convivência, ou mesmo pelas estratégias econômica e social das famílias (tanto de presos como de agentes penitenciários) mostra-se importante. Daí a proposta de atentar para a construção desse "ambiente cadeia" e de como ele se desenvolve no "ambiente cidade" e vice-versa a partir de pessoas que especialmente circulam entre ambos. Se as notícias estampadas em jornais e noticiários evidenciam fatos sensacionalistas, como

[22] EPTV Central – Afiliada à Rede Globo de Televisão.

rebeliões ou mortes de detentos, esta pesquisa objetiva atingir as relações mais corriqueiras e capilares deste contexto, mostrando que a relação da prisão com a cidade não é construída apenas pela violência física explicitada em matérias jornalísticas sensacionalistas, mas também por uma violência velada, classificada como adaptável, e que se confunde com o cotidiano de uma pequena cidade do interior paulista.

No intuito de proteger a integridade dos agentes, moradores, comerciantes e demais pessoas que contribuíram com esta pesquisa, não utilizarei seus nomes, pois o interesse é de mostrar posições e sua relevância no jogo social, mais do que focar a análise nestas pessoas ou em suas trajetórias particulares. Entretanto, este é antes de tudo um procedimento metodológico que visa preservar o anonimato dos interlocutores, pois, durante o desenvolvimento dos capítulos, traços pessoais surgem em observações de nuances e de graus de intimidade implícitos em relações diárias.

Com esta preocupação metodológica e ética, farei uso das siglas do cargo designado pelo estado (ASP) para me referir às falas e outros tipos de dados obtidos, preservando, desta maneira, a identidade de meus entrevistados, baseando-me na metodologia adotada por Barbosa (2007, p. 143). Assim, os comerciantes e moradores serão denominados como “comerciantes” e “moradores”, respectivamente, enquanto os familiares de agentes terão apenas sua ligação de parentesco descrita como, por exemplo: “irmão de agente”, “esposa de agente” etc.

Por conta da interligação entre as diferentes redes e os múltiplos atores, a remissão dos assuntos contidos nesta dissertação manterá, de certa maneira, relação com todos os capítulos, que se interligam, mesmo que parcialmente. Assim, abordar as gírias, juntamente com o que os agentes fazem, ou como criam prestígio e em que lugares estes fenômenos são produzidos imbricam-se em assuntos trazidos novamente à discussão, atualizando e enfeixando o tema mais geral. Os elos feitos no trabalho, o fato de possuir parentes e amigos envolvidos num jogo de prestígio e de reputação, num contexto de discriminação, (in)segurança e o trânsito dentro do cárcere, a convivência diária nas ruas da população com os agentes e com os visitantes dos presídios, todos estes elementos são resgatados a cada novo assunto inserido na discussão.

Logo, o objetivo não é o de denúncia ou de levantar questões polêmicas, mas o de mostrar como o cotidiano de uma cidadezinha do interior paulista, que poderia passar despercebido, vem se alterando ao longo dos anos em decorrência da política penitenciária de expansão das unidades prisionais por todo o Estado de São Paulo. Assuntos que poderiam ser

considerados chocantes, para quem desconhece os meandros do contexto analisado por este trabalho, são diuturnamente vivenciados pelos moradores da cidade.

A expectativa é a de que, a partir deste trabalho, outras pesquisas sejam desenvolvidas, pois pode ser significativo verificar se fenômenos semelhantes são encontrados em outras cidades do interior paulista com características semelhantes às de Itirapina.

Resumo dos capítulos

O intuito do capítulo I é o de situar o leitor no objeto de estudo desta pesquisa,demonstrando como as práticas cotidianas e demais características do espaço urbano de uma pequena cidade do interior paulista se transformaram com a construção de dois presídios. O objetivo do capítulo é suscitar questões acerca da comunicação entre a prisão e a cidade. Em outras palavras, o que poderia ser apenas o cotidiano de uma pequena cidade do interior paulista torna-se objeto de investigação antropológica a partir da implementação de uma política pública estadual através da construção de unidades prisionais.

A partir das posições dos atores sociais de Itirapina, compõe-se uma rede entrelaçada com a rotina da prisão e o cotidiano urbano. Além disso, a análise de lugares da cidade, práticas de seus habitantes, relações e comportamentos entre moradores, agentes penitenciários, comerciantes e familiares de presos revela a fluência contínua dos múltiplos movimentos que atravessam as muralhas da prisão. Os componentes desta dinâmica social também foram alvo de observação, e não apenas suas relações, e este enfoque trouxe às claras a heterogeneidade do comportamento dos habitantes locais, como mostraremos. Para tanto, o olhar etnográfico buscou se concentrar na relação das famílias dos agentes com a cidade e a prisão, as estratégias de evitação das famílias de agentes com relação às famílias de presos que frequentam o supermercado local, a estigmatização do bairro mais pobre de Itirapina, onde se concentram muitos familiares de presos, como também os casos de circulação dos detentos em decorrência dos indultos concedidos em datas específicas.

O capítulo II pode ser entendido como um desdobramento do I, pois nele se analisa como o agente se sobressai no contexto urbano, a partir da comunicação entre ASPs e moradores. O escopo do capítulo se baseia na circulação da linguagem utilizada pelos agentes penitenciários, e como as gírias, tão presentes no sistema prisional, são irradiadas por eles. Se

dentro da prisão as gírias são vistas como ferramentas de trabalho para a execução da rotina profissional – comunicação com os presos –, no ambiente fora da unidade prisional a gíria continua a ser utilizada como signo marcador da diferença de um grupo, de identificação e de compartilhamento de um status profissional comum leva ao reconhecimento de diferenciações e prestígio. Exemplos de gírias, de como elas são reapropriadas no contexto urbano, nas casas dos agentes, com suas famílias e seus amigos é o material empírico presente no capítulo. A linguagem expressa pelo corpo, própria do universo carcerário, é transferida para o ambiente social: tanto a linguagem oral quanto corporal carregam a simbologia da distinção, do reconhecimento, firmando-se assim nos espaços da cidade.

Esses tipos de comportamento são reprovados por alguns moradores da cidade, ao mesmo tempo em que outros os admiram, mas o que de fato se constata é que estas linguagens infiltram as práticas e os dizeres das pessoas. Em resumo, pretende-se analisar como uma série de comportamentos vividos dentro das unidades prisionais irradia-se para o convívio na cidade, entre amigos e familiares dos agentes penitenciários.

As modificações no padrão de vida e no poder aquisitivo destes funcionários, o fato de morar num condomínio destinado exclusivamente aos membros da diretoria, o salário valorizado segundo os padrões de remuneração de Itirapina, todos estes dados são tema para análise no capítulo III, em que se debruça sobre a noção de prestígio social relativizado numa realidade soldada pela perspectiva do crime, da punição, da reclusão, da desconfiança, da ameaça, da violência e tantos outros valores advindos da prisão.

O reconhecimento do prestígio da função por parte dos próprios agentes penitenciários, de seus familiares, e dos demais atores do espaço extramuros, engendra relações particulares, exploradas, no caso presente, de forma a suscitar, talvez, análises sugestivas de dinâmicas culturais mais amplas, que possivelmente ultrapassem o âmbito da cidade. O saber adquirido através da experiência vivida no trabalho rotineiro dentro da prisão também garante certa notoriedade aos agentes por parte dos outros moradores. Presos e não presos parecem emergir como polos distintos de segregação e de valoração no pequeno espaço urbano diante da nova realidade que se impõe a todos.

Nas considerações finais, última parte da dissertação, será feita uma análise dos assuntos desenvolvidos nos capítulos anteriores. Buscarei apontamentos e relações entre os assuntos abordados, interligando os dados referentes ao contexto da cidade e da prisão. Além disso, argumentarei que a configuração entre prisão e sociedade não se dá de maneira estanque, mas através de uma rede fluida e permeável de relações que se comunicam para

além dos muros da penitenciária. Diante das hipóteses levantadas, do caso analisado e do desenvolvimento dos capítulos, intenta-se mostrar como uma pequena cidade é alterada por uma política pública de dimensões e alcances muito maiores.

Capítulo I

"Aqui todo mundo está condenado" – percepções de um contínuo entre cidade e prisão

Desde meados da década de 1990 até o final da primeira década dos anos 2000, percebe-se a construção de novas unidades prisionais em pequenas cidades do interior do estado de São Paulo como reflexo de uma política de interiorização de unidades penitenciárias por todo o estado, tendo como objetivo a descentralização do contingente crescente de detentos na capital (a cidade de São Paulo). Esse processo de deslocamento da massa carcerária e uma série de fatores que acompanha essas instituições prisionais despontam como novos elementos na dinâmica social de cidades do interior paulista. Itirapina é uma dessas cidades e por isso se tornou objeto desta pesquisa.

Desta maneira, como lidar com o surgimento deste novo fenômeno, que traz novas implicações tanto no que diz respeito a temas associados à violência quanto a questões que envolvem o cenário urbano deste pequeno município? Primeiramente, mais importante do que tentar arranjar respostas para este problema é perceber e identificar os variados tipos de manifestação deste processo (que muitas vezes passam despercebidos tanto por moradores como pelos funcionários do Sistema Prisional). Além disso, há de se verificar como práticas e valores comumente encontrados num município com características ditas "interioranas" se coalesceram com uma série de comportamentos classificados como pertencentes ao *sistema*[23]. A violência, o medo e a desconfiança aparecem em proporções escalares relativamente similares tanto na metrópole (CALDEIRA, 2000), quanto na pequenina cidade do interior paulista, conforme será desenvolvido adiante.

O aparecimento deste novo cenário criado por essa política penitenciária de interiorização das unidades prisionais está relacionado com a eclosão de vários outros fenômenos: o surgimento de uma nova classe socioeconômica que difere dos demais habitantes, o surgimento de uma nova classe socioeconômica díspar daquela dos habitantes, cujos padrões de custo de vida demonstram ser mais modestos; o constante trânsito de presos – através dos *bondes* – e de seus parentes – através dos ônibus de visitas, por exemplo – criam

[23] *Sistema*: maneira pela qual muitos agentes, comerciantes e moradores da cidade se referem ao sistema prisional. A palavra *sistema*, neste caso, remete a um sentido de clivagem: padrão de comportamento capaz de torná-lo distinto, formando uma espécie de "segmento cultural". A maioria dos moradores e comerciantes da cidade acredita que somente os detentos e os agentes estão inseridos neste sistema por eles falado.

no imaginário da população local impressões de medo e de desconfiança relacionados à intensa circulação destas pessoas pelas ruas da cidade; a segregação e o preconceito manifestos em consonância com fatores confluentes da ideia de pobreza e de criminalidade diretamente associada à presença das penitenciárias e que atinge os moradores permanentes e temporários dos bairros pobres.

A periferia das grandes cidades não é mais o único receptáculo da mais recente política penitenciária promovida pelo governo do estado de São Paulo. Há, desta forma, o reforço e extensão do aparelho punitivo do Estado, direcionando-se para as zonas subalternas do espaço social, ou seja, espaços onde se acumulam uma enorme quantidade de problemas (CUNHA, 2008). Portanto, estas pequenas cidades do interior paulista, que são, na grande maioria, carentes de recursos[24], recebem as consequências do sistema prisional paulista. Itirapina é inserida nesta recente política penitenciária no ano de 1998, com a construção de sua segunda unidade prisional, com capacidade para abrigar cerca de 800 detentos. Conforme dados da tabela abaixo, Itirapina caiu drasticamente no ranking dos municípios paulistas, em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), conforme dados da Fundação SEADE:

		Período		
		1980	**1991**	**2000**
Localidade	Condições de Vida - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM – Ranking dos Municípios	55	220	288
Itirapina				

Tabela 1. Dados: Fundação SEADE

A implantação da Penitenciária I de Itirapina ocorreu em 1978; em 1980, o município ocupava a posição de número 55 no ranking dos municípios paulistas, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano. Durante as décadas de 1980 e 1990, Itirapina registra baixos índices de desenvolvimento, atingindo em 2000 o nível mais baixo do ranking em sua história (posição 288 dentre os 645 municípios do estado).

A Penitenciária II foi inaugurada no final de 1998, causando a migração de mais de 800 detentos para cidade, além de um número expressivo de funcionários concursados para trabalhar em suas dependências. Juntamente a presos e agentes, muitos de seus respectivos

[24] Itirapina, segundo a Fundação SEADE, está no Grupo 5 do IRPS (Índice Paulista de Responsabilidade Social): Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade. http://www.seade.gov.br/projetos/iprs/ acesso em maio de 2011. Este índice começou a ser utilizado em 2000. Antes disso, havia apenas o ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, conforme a tabela 1.

familiares também se mudaram para a cidade, a qual não estava preparada para receber um número significativo de novos habitantes. O investimento em "segurança" com a construção de mais uma unidade prisional não foi acompanhado por investimentos na área de educação, saúde e saneamento básico para o município.

Durante a passagem da década de 1990 para os anos 2000, a Fundação SEADE adota o IRPS – Índice de Responsabilidade Social[25], segundo o qual Itirapina continua presente no grupo de municípios paulistas carentes de recursos. Percebe-se que durante o período compreendido entre a construção da primeira e da segunda penitenciária, o Índice de Desenvolvimento Humano da cidade caiu no ranking e que após a construção da outra unidade penal, um novo índice estabelecido continuava registrando baixos índices estatísticos de desenvolvimento. Deduz-se, portanto, que mesmo com a chegada destas instalações prisionais e a consequente criação de dezenas de empregos, índices como riqueza, escolaridade e longevidade tenderam cada vez mais a piorar, mesmo com o aumento da oferta de empregos oriundos das penitenciárias, propaganda alardeada pelas autoridades políticas como sendo sinônimo de prosperidade e melhores condições de vida tanto para as cidades quanto para seus cidadãos.

No decorrer das décadas de 1990 e 2000, o processo de interiorização dos presídios ganha força, principalmente com a desativação do Carandiru e a transferência dos detentos para as novas penitenciárias do interior paulista. Conforme relato de uma moradora, a chegada desta expressiva população de presos iniciada pela inauguração da Penitenciária II de Itirapina fez com que a vida das pessoas mudasse, pois o número de pessoas ligadas ao sistema prisional, tanto presos quanto agentes aumentou significativamente. Entretanto, com o passar do tempo, "as pessoas se adaptaram" [26] a este novo cotidiano. Impacto também para a maioria dos agentes recém-concursados, que na busca por um emprego com maior remuneração e na ânsia de não serem mais assolados pelo desemprego, depararam-se com situações até então nunca antes vivenciadas[27].

---

[25] O IRPS classifica grupos de municípios paulistas de acordo com índices de riqueza, longevidade e escolaridade, numa escala que vai de 1 a 5, onde quanto menor o número, maior a qualidade de vida e os índices de desenvolvimento humano do município. Durante os anos de 2000, 2002 e 2004, Itirapina encontrava-se no grupo 3, onde estão cidades que apresentam índices medianos de desenvolvimento. Entretanto, nos anos de 2006 e 2008, Itirapina caiu para o grupo 5, de cidades que possuem baixos índices de riqueza, longevidade e escolaridade, segundo dados da Fundação SEADE.

[26] Esse processo de "adaptação" será desenvolvido no capítulo.

[27] Torna-se necessário frisar que nem todos os agentes penitenciários são naturais de Itirapina; mas vale lembrar que muitos se mudaram ainda em 1998 para a cidade por causa do emprego e se tornaram moradores da cidade. Aliás, uma das queixas feitas pelos antigos moradores da cidade de Itirapina é a de que as Penitenciárias da cidade não resolvem o problema de desemprego, já que uma parcela dos funcionários que trabalha nas penitenciárias da cidade veio de outras localidades.

As histórias da vida de algumas pessoas que se tornaram agentes penitenciários devido a uma série de fatores, como desemprego, crise econômica e a oferta de empregos através da construção mais uma penitenciária no município permite traçar um paralelo entre suas trajetórias profissionais e os acontecimentos dos últimos anos na cidade de Itirapina. Diante destas variações, o objetivo principal do capítulo é o de apresentar e explorar alguns dos vários casos em que a permeabilidade das muralhas da prisão, este "dentro" e "fora", manifesta-se como fundamental. A rotina da prisão acaba sendo incorporada em várias instâncias da vida cotidiana da cidade, em um contínuo movimento que ultrapassa as muralhas das duas penitenciárias, reconfigurando as relações estabelecidas neste meio.

Apesar da comunicação constante e por muitas vezes próxima entre o lado de dentro (compreendido pela prisão) e o lado de fora (a cidade), torna-se necessário fazer uma separação destas categorias, analogamente à relação estabelecida entre agentes e detentos. Por mais que ambos convivam e compartilhem várias características comuns, há uma divisão e delimitação dos atores, espaços e relações neste contexto. Portanto, "dentro" não diz respeito somente à espacialidade, mas também a indivíduos e relações que produzem uma série de comportamentos e valores que ultrapassam os limites das muralhas até atingir o "fora", que assim como o dentro, abarca uma miríade de elementos. Percebe-se, desta maneira, como a interação entre espaços, relações e pessoas circula entre lapsos de ambiguidade: ora são estanques e delimitadas, ora são semelhantes, comungando características.

Percebe-se, assim, outro tipo de fluidez: atores como familiares de presos, habitam o "fora", mas são classificados tanto por agentes quanto por moradores como inerentes ao "dentro" devido à proximidade com os parentes presos. Desta forma, o "dentro" circula muitas vezes pelo "fora", assim como o "fora" pode circular na categoria "dentro": exemplo disto são as relações de parentesco e de amizade tecidas pelos agentes na cidade, mas que são mantidas e até mesmo reconfiguradas quando alcançam o interior da prisão. Em outras palavras, presos e não presos dividem os espaços e as categorias "dentro" e "fora", que se reconfiguram constantemente. Ao longo de todo o trabalho, serão apresentadas situações que ilustram esta análise.

A relação entre estas duas esferas delimitadas fisicamente pelos muros das prisões é transposta para as relações que se dão no espaço urbano, porém permeada muitas vezes por preconceitos e segregação. Estes, por sua vez, surgem em decorrência do medo e da insegurança criados em relação à figura do criminoso e de seus familiares. Analiticamente, a separação de categorias faz-se necessária para uma melhor compreensão. Se por um lado, os

parentes de presos são vistos como pertencentes à categoria dentro por causa de seu vínculo com os presos e, consequentemente, com o crime, por outro lado, eles também pertencem à categoria fora, pois estabelecem relações com a cidade, com seus moradores e agentes prisionais, ou seja, com os considerados não presos.

Durante o desenvolvimento do capítulo, ambas as categorias analíticas são retomadas, demonstrando como a interface entre elas – o dentro e o fora – se mantém permeável entre moradores, comerciantes, agentes penitenciários e seus familiares, além dos detentos e de seus parentes. A intenção é trazer à tona estas particularidades que costumam passar despercebidas principalmente entre os sujeitos da pesquisa, imersos no contexto.

Manuela Ivone Cunha (2002) aborda como o dentro e o fora da prisão estão interligados e se comunicam como se fossem um movimento pendular entre dois ângulos[28], e como se a partir deste movimento se criassem novos tipos de relações. No caso de Itirapina, devido à possibilidade múltipla de relações, a justaposição do dentro e do fora faz com que a analogia do pêndulo se amplie para não somente um único movimento, mas para vários movimentos, em várias direções. Tem-se a noção de um aspecto rizomático, no qual não há um começo e nem um fim, e as capilaridades encontram-se, mesmo que extirpadas do meio onde ocorrem suas relações, criando outras, reconfiguradas, porém restabelecidas na multiplicidade de direções e interações entre o dentro e o fora. O agente penitenciário, justamente por transitar entre o lado de fora e o de dentro da prisão, e, portanto, ao fazer vários destes múltiplos movimentos, traz à tona certa preocupação, como apontada por Castro e Silva:

> Quais as consequências para os Agentes Penitenciários de serem socializados nos valores que vigoravam intramuros e passarem a utilizar tais normas? Tendo a acreditar que, se for verdade que as unidades prisionais operariam com uma lógica singular cujos padrões seriam fornecidos pelos próprios condenados, ela seria duplamente prejudicial à sociedade, pois, além de não ressocializar o interno, ainda socializaria o guarda no "mundo do crime" (CASTRO E SILVA, 2008, p. 88).

A ligação entre o dentro e o fora feita pelo agente penitenciário é um dos pontos principais do trânsito de informações e de um conjunto de comportamentos que atravessa os limites físicos da prisão. De um lado, as relações encontradas no ambiente intramuros se transformam e se reconfiguram a partir das relações travadas entre agentes penitenciários e detentos e entre os próprios agentes dentro da prisão. Por outro lado, no ambiente extramuros,

[28] Estes dois ângulos estariam compreendidos pela vida intramuros e extramuros.

muitas destas relações se irradiariam pela cidade por meio de um processo em que são absorvidas pelo cenário urbano enquanto coalescem com hábitos cotidianos do lugar. Vale lembrar que esta comunicação entre o interior e o exterior da prisão se dá de várias maneiras: seja pela constante entrada e saída de detentos; seja pela periódica visitação de pessoas aos seus parentes presos; seja principalmente pelo trânsito diário que o agente penitenciário estabelece entre seu local de trabalho e sua residência. A circulação de informações é um entre os vários exemplos desta permeabilidade entre cidade e prisão:

> Para mim, os presos não são privados de informação. Eles sabem o que acontece no mundo lá fora, eles não estão isolados. Eles sabem o que acontece aqui em Itirapina, o que tá se passando em São Carlos, Rio Claro, São Paulo. Tudo que é tipo de informação circula de fora pra dentro e de dentro pra fora. (ASP).

Cunha (2008) retoma a conjunção entre prisão e mundo externo mais no sentido de contiguidade do que de similitude. Não que dado conjunto de comportamentos praticados do lado de dentro seja apenas reproduzido do lado de fora da prisão, já que o ambiente intramuros se comunica constantemente com o extramuros; mas o que parece ocorrer é um movimento contínuo entre o que se sucede dentro da prisão e chega até o convívio na cidade reconfigurando-se em seu trajeto. Durante este percurso, parte das informações e das práticas vai se alterando ao mesmo tempo em que vai se envolvendo com a rotina da pequena cidade. Tanto o cotidiano da prisão quanto o cotidiano urbano se reconfiguram e se transformam constantemente e reciprocamente. Este movimento pendular entre o dentro e o fora, por meio de uma relação de similaridade entre ambos os lados mostra a fluidez e a permeabilidade encontradas no contexto de Itirapina.

O contínuo estabelecido entre o convívio intramuros e extramuros que perpassa várias instâncias da vida social da cidade e também da prisão parece surgir somente após a demilitação de fronteiras, mesmo que estas sejam, num primeiro momento, apenas físicas, como a construção das muralhas, por exemplo. Assim sendo, a impressão que se tem é que somente após o surgimento destes limites, objetivados sob a forma das muralhas das penitenciárias, outros tipos de fronteiras aparecem. Da mesma maneira que os muros alteram a vida pública de uma cidade como São Paulo (CALDEIRA, 2000) as penitenciárias e suas muralhas alteram a vida pública da cidade de Itirapina. O medo, a insegurança e a violência passam a integrar o cotidiano urbano, ainda que seja desconsiderada a escala de interferência que tais elementos produzem neste mesmo espaço.

A relação de fatores como medo, insegurança, além da presença das unidades prisionais e sua influência em relação aos acontecimentos da cidade, pode ser demonstrada no comentário feito por um antigo morador e também comerciante da cidade. Este comerciante preocupava-se com a realização de uma festa do peão na cidade que se daria em setembro de 2011: "Itirapina não tem infraestrutura para abrigar um evento deste porte. Eu temo pela segurança das pessoas que vão para o local, porque não vai haver policiamento suficiente para uma cidade violenta como Itirapina". Outro fator apontado por ele era a localização da festa: um terreno próximo à Penitenciária II. Segundo ele, a proximidade com a Penitenciária II poderia causar algum tipo de tumulto ou transtorno, porque haveria a possibilidade de os presos se aproveitarem da situação e executarem algum plano de fuga num momento oportuno, colocando, portanto, a cidade numa situação caótica. Entretanto, durante o decorrer da festa, não houve nenhum tumulto ou qualquer tentativa de fuga, e o evento transcorreu sem maiores problemas.

Góes (2004) afirma que o ambiente da prisão reforça as disputas entre agentes penitenciários e presos, potencializando a oposição entre ambos. Segundo a autora, Foucault declara que as estratégias de controle intramuros são desenvolvidas dentro dos limites das muralhas da prisão, mas acabam sendo aplicadas fora delas também. O agente penitenciário, por sua vez, é responsável por propagar, mesmo que de maneira reconfigurada, essas estratégias no convívio urbano de Itirapina.

O contato prolongado com os detentos, vivenciando práticas e valores intramuros, faz com que os funcionários apreendam este conjunto de comportamentos, tornando-se vetores capazes de transportá-lo para o convívio extramuros, entre amigos e parentes. O agente acaba por participar de práticas que norteiam a conduta intramuros e que posteriormente são transformadas em suas relações extramuros. A cidade de Itirapina recebe em seu cenário urbano, portanto, uma série de experiências vivenciadas dentro da prisão que irão agregar ao convívio urbano cotidiano características até então não encontradas entre as pessoas da cidade. Ademais, esta comunicação não tem origem única e exclusivamente no meio do convívio intramuros e seu fluxo não opera somente no sentido do interior das unidades penais para a cidade.

Os limites da prisão, a esfera do dentro e fora, criam relações de apropriação e aproximação, e ao mesmo tempo, de distância, demonstrando, mais uma vez, a ambiguidade presente. Segundo Goffman (2010), durante o convívio rotineiro entre as pessoas que circulam por dentro da instituição haveria certa distância e conservação de grupos distintos –

os internos e a equipe dirigente. Apesar da pouca intensidade de contato entre os estratos, eles pouco se comunicariam estabelecendo, portanto, fraca interação:

> Presumivelmente, todas as restrições de contato ajudam a conservar os estereótipos antagônicos. Desenvolvem-se dois mundos sociais e culturais diferentes, que caminham juntos com pontos de contato oficial, mas com pouca interpenetração. (GOFFMAN, 2010, p. 20)

Transpondo esta análise para a instituição prisão, principalmente se a relacionarmos com a fala de um agente de Itirapina, percebe-se, portanto, não só um distinto tipo de convívio, mas uma relação: "não é que exista uma forma de respeito entre as partes [presos e guardas], mas há uma forma de convivência entre todos para que a *cadeia* não *caia*[29]" (ASP)[30].

Contudo, não há como afirmar que a confluência de fatores referentes ao surgimento deste novo contexto em Itirapina tenha sua origem exclusivamente na cidade. A impressão que se tem é a de que valores oriundos do "crime" [31], trazidos principalmente pelos detentos de penitenciárias de grandes cidades (o Carandiru, em São Paulo, é um exemplo) se coalesceram com práticas e valores de pessoas de cidades interioranas do estado de São Paulo, muitas delas com características que remetem a pequenos agrupamentos populacionais. Em resumo, haveria, de um lado, toda uma série de comportamentos relacionados ao crime e à violência característicos de um grande centro urbano, como por exemplo, a metrópole de São Paulo; de outro lado, funcionários que viveram a maior parte de sua vida numa cidade pequena, sob uma dinâmica social bem diferente da encontrada numa região metropolitana.

> Permanecendo verdadeira a premissa contida no dito popular, "no Brasil, só pobre vai para a cadeia!", podemos atribuir-lhe duplo sentido, uma vez que tanto aquele que vai preso, quanto aquele que vai trabalhar na prisão, tem a mesma origem social. Embora se trate de permanência em relação ao padrão das velhas penitenciárias, algumas novas diferenças foram introduzidas, como a origem interiorana da maioria dos agentes, contrapondo-se à origem metropolitana da maioria dos presos (GÓES, 2002, p 170).

---

[29] Cair, neste caso, é sinônimo de rebelião ou motim.

[30] Utilizarei a sigla "ASP" para designar qualquer fala ou descrição de agentes penitenciários com o qual tive contato nesta pesquisa. Com a preocupação de manter o absoluto anonimato destas pessoas, farei uso das siglas do cargo designado pelo estado (ASP) para me referir aos depoimentos e aos dados obtidos, preservando, dessa maneira, a identidade de meus entrevistados. Baseio-me na metodologia adotada por Barbosa (2007, p. 143).

[31] Para uma leitura mais aprofundada sobre o "crime", cf. Marques (2009, p. 89-112) e Ramalho, 1979.

Em linhas gerais, a interação entre *guardas*[32] e presos se desenvolve principalmente a partir de dois polos distintos: de um lado, o detento "criminoso" [33] da capital; de outro, o agente penitenciário "caipira" [34]. A inserção de ambas as posições no sistema penitenciário, dividindo o mesmo espaço por durante 12 horas por dia, faz com que surjam novos tipos de relações; estas acabam se irradiando para além das muralhas da prisão tendo como um de seus principais disseminadores o trânsito constante dos agentes penitenciários pela cidade.

Em decorrência disso, percebe-se um amálgama envolvendo comportamentos, valores e práticas que se encontram e interagem. Estas são apenas categorias analíticas apresentadas numa tentativa de tentar estabelecer diferenças entre o estrato dos detentos e o estrato dos guardas, posto que os grupos tentam se diferenciar opondo-se pelos termos *polícia* e *ladrão*, ou *calças azuis* e *calças beges*[35]. Simultaneamente, mesmo se opondo em alguns pontos, ambos assemelham-se no que diz respeito às gírias, aos modos como se portam, além de dividirem as experiências compartilhadas dentro da prisão. Todos acabam por experimentar do *veneno*[36] *da cadeia*; esta experiência vivida e compartilhada se expressa numa relação ambígua, pois ao mesmo tempo que se opõem, comungam de vários tipos de comportamento por conta da convivência diária intensa.

Há fragmentos de um determinado tipo de conduta que devem se moldar continuamente em relação ao comportamento do convívio intramuros, oscilando entre práticas que ora correspondem às regras e leis impostas pelo Estado e pela unidade prisional e ora não correspondem, mantendo, assim, um comportamento ambíguo que transita entre a legalidade/formalidade e a ilegalidade/informalidade, como observado por Barbosa (2005). Este tipo de comportamento torna-se necessário para que a *cadeia não caia*. Assim sendo, este trânsito entre fronteiras do legal/formal e ilegal/informal e negociações envolvidas neste processo chegam, de certa maneira, modificados à cidade, e não muito raramente, o agente assume a função do responsável pela intersecção destes espaços antagônicos, porém complementares, sem se dar conta [37]. Os próprios agentes, em suas falas, quando perguntados sobre a relação e a influência do trabalho dentro das penitenciárias, respondem, na maioria

---

[32] *Guarda*: maneira pela qual os habitantes de Itirapina se referem costumeiramente aos agentes penitenciários. Entretanto, esta designação estava relacionada principalmente com os agentes da primeira penitenciária. Com o advento da P II, a expressão vai aos poucos sendo substituída por "agente".

[33] "Criminoso" é usado nos moldes da discussão acerca de categorias como "crime" e "criminoso" que estão contidos em Marques (2009).

[34] A palavra "caipira" é tomada aqui como sinônimo do habitante que mora no interior do estado de São Paulo, e que não pertence aos grandes centros urbanos ou regiões metropolitanas.

[35] Modo de classificação e diferenciação usado pelos agentes penitenciários para se referirem a eles próprios (calças azuis) e aos detentos (calças beges) tendo como base a vestimenta de cada coletivo.

[36] *Veneno*: experiência com o crime e com o sistema prisional.

[37] Isto será desenvolvido ao longo de todo o trabalho.

das vezes, sentirem-se reféns de um “processo de prisionização”. Segundo Chies (2001), este processo, aparentemente notado como natural por parte dos agentes, seria uma maneira pela qual tanto detentos quanto agentes se apropriam dos “padrões sociais carcerários”.

Indagados sobre como se dá este processo de “prisionização”, alguns demonstraram surpresa, já que para eles a expressão parece ter se naturalizado: “A partir do momento que você pisa numa *cadeia*, você já está sofrendo a influência dela, sabe? O agente imita o preso, mas o preso não imita o agente” (ASP). Percebe-se que esta última frase proferida pelo agente tem certo caráter pejorativo, e que estaria ligada muito mais aos detentos do que a qualquer outro ator social presente no sistema penitenciário. Sofrer este processo, segundo os agentes, é tornar-se preso, adquirindo características do ambiente e das pessoas que nele vivem. Os agentes costumam se esquecer de que eles próprios são constituintes do universo prisional, apesar de julgarem somente os presos como detentores das práticas deste ambiente.

Posto isso, tem-se a impressão de que o agente penitenciário passa por um processo de “ressocialização”, através dos valores e comportamentos compartilhados dentro dos limites da prisão com a massa carcerária, como também observado por Castro e Silva (2008). Ainda que seja diário e corriqueiro, o comportamento dos ASPs no convívio na cidade causa incômodo em algumas pessoas que não são agentes penitenciários. Alguns os reprovam, associando a fala e os comportamentos dos agentes com o mundo do crime. Todavia, assim como existem pessoas que repudiam este comportamento, outras se interessam pelo assunto, seja por curiosidade ou por almejar este futuro profissional. Muitos prestam atenção nas palavras, tentando apreendê-las como um conhecimento que fará diferença caso sejam aprovados no concurso e comecem a trabalhar dentro da penitenciária. Outros, principalmente os mais jovens, parecem ser seduzidos por um saber encontrado somente dentro dos *raios* de uma *cadeia*, o que é transformado em prestígio.

Durante entrevista feita na casa de um agente penitenciário, na qual foram entrevistados ele e sua mulher, quando perguntados se a presença das duas penitenciárias influenciava o comportamento dos habitantes e a rotina da própria cidade, ambos afirmaram que sim, “que nós mesmos mudamos, as pessoas com quem a gente convive mudaram, e a própria cidade mudou”. Há, portanto, um processo de prisionização não apenas dos indivíduos que trabalham dentro da penitenciária, mas de diferentes pessoas que habitam a cidade. Ambos comentaram de maneira saudosista a época anterior à construção da Penitenciária II; disseram que apenas a presença da Penitenciária I não oferecia maiores preocupações, pois o fluxo de detentos era menor, além de não haver a presença do PCC. O casal ainda ressaltou

que uma das consequências da vinda da Penitenciária II foi o aumento do consumo e tráfico de drogas na cidade. O ASP entrevistado afirma que já presenciou, no banheiro público da única praça da cidade, adolescentes cheirando cocaína. Para o ASP, essa prática está diretamente ligada com a vinda da segunda penitenciária. Não somente este casal, mas uma grande parcela das pessoas entrevistadas dividia a mesma opinião em relação às mudanças ocorridas em Itirapina.

Família(s) e cadeia

Assim como afirmado anteriormente, a experiência vivenciada dentro dos limites da prisão chega ao convívio da cidade. Entretanto, o trajeto inverso também ocorre, pois muitos acontecimentos referentes ao cotidiano da pequena cidade ultrapassam os limites das muralhas e chegam ao convívio intramuros. Exemplo disso é a relação que pais e filhos, primos e tios e demais parentes de agentes mantém do lado de fora e influenciam seu cotidiano profissional. Até mesmo as relações tecidas entre agentes penitenciários são diferentes, ainda mais quando laços de amizade e/ou de parentesco foram estabelecidos antes da aprovação no concurso público. Enquanto alguns são somente colegas de trabalho, outros podem ter um parente trabalhando ao seu lado, como pai, filho, irmão, primo ou cunhado. Amigos que são vizinhos desde a época da infância e agora se encontram diariamente como colegas de trabalho dentro da *cadeia* costumam ir juntos ao trabalho, por exemplo. Os diferentes graus de proximidade por parentesco ou afinidade influenciam as relações tanto dentro quanto fora dos limites das penitenciárias.

Durante uma das entrevistas, um ASP deu o exemplo de uma família conhecida na cidade: filho, sobrinho e sobrinha de um colega de trabalho de um ASP estão trabalhando na Penitenciária II. Este ex-colega de trabalho do ASP exerceu sua profissão na Penitenciária I e hoje em dia está aposentado. Interessante notar como uma geração que trabalhou durante muitos anos na Penitenciária I, vivenciando outro momento da história da cidade e da política penitenciária do país, influenciou filho e sobrinhos a prestarem concurso e a trabalhar na Penitenciária II[38]. É comum um agente brincar com o outro dizendo que a *cadeia* emprega toda a sua família. Uma nova geração de agentes surgiu seguindo os passos dos pais e tios,

[38] Sobre as diferenças da época de construção da P I e da P II, cf. Silvestre, 2011.

mas enfrentam novos problemas e presenciam um momento muito diferente daquele vivenciado pela geração anterior.

Foi aplicado um questionário para as quatro classes do terceiro ano do Ensino Médio da única escola estadual de Itirapina, totalizando 98 alunos[39]. Dentre as diversas questões, uma tratava da intenção que os alunos tinham em prestar concurso para agente penitenciário assim que se formassem. Dentre as respostas, 63 alunos afirmaram ter vontade de fazer a prova, enquanto 35 não pretendem se submeter ao processo seletivo. Outra questão voltava-se para a relação de parentesco e de amizade dos alunos com os agentes penitenciários. Quando perguntados se conheciam alguém que trabalha em uma das penitenciárias, 79 afirmaram possuir algum vínculo de parentesco e/ou amizade com agentes; apenas 19 não conheciam ou não possuíam qualquer laço. Curioso notar que dentre estes 79 alunos, 40 deles possuem alguma relação de parentesco com algum ASP; os outros 39 mencionaram ser amigos ou conheciam alguém próximo como um vizinho, por exemplo.

Durante o cursinho preparatório para o penúltimo concurso realizado pela Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), ocorrido em 2009, a esposa de um agente penitenciário comentou a respeito de uma das perguntas feitas em uma das primeiras aulas do curso, sobre o motivo pelo qual todos se interessaram em prestar o concurso de Agente de Segurança Penitenciária. O que motivou a maioria dos presentes, segundo a entrevistada, além dos rendimentos e estabilidade financeira era o fato de possuir alguém da família trabalhando como agente em uma das duas penitenciárias da cidade. Ter um parente próximo trabalhando numa unidade prisional, relatando os acontecimentos rotineiros da atividade de agente e exibir o holerite no começo do mês são motivos encorajadores para prestar concurso e encarar a profissão:

> Ou o marido, ou o pai, ou algum irmão é [agente penitenciário]. Olha, tinha umas trinta pessoas fazendo cursinho, e só uma pessoa respondeu que sempre quis ser agente, porque gostava da profissão. O resto sempre repetia o mesmo discurso: ‘quero um bom emprego para a minha vida, por que conheço alguém que já trabalha lá dentro e sei como é que é’ (esposa de ASP).

Como os rendimentos de seu marido eram maiores que os seus, ela resolveu prestar concurso e entrou neste cursinho para se preparar para a prova, apesar de também ter sido alertada por ele sobre as dificuldades em trabalhar num presídio, porém ela afirmou que estava descontente com seu emprego e seu salário de professora. A cidade costuma se

[39] O questionário completo encontra-se nos anexos.

mobilizar durante o período preparatório para as provas do concurso, formando grupos de estudo de candidatos que se reúnem, contratando professores particulares e até pedindo emprestado o prédio do centro de catequese da igreja matriz para o padre da cidade.

Um novo edital para contratação de Agente de Segurança Penitenciária foi aberto em 2012[40], com data prevista para aplicação da prova objetiva em 04 de março[41]. O concurso para Agente de Segurança Penitenciária continua atraindo o interesse de várias pessoas da cidade, inclusive parentes e amigos de agentes de Itirapina que não conseguiram ser aprovados no último concurso. Ainda sobre a organização de grupos de estudo, parece não haver mobilização semelhante à que foi feita no ano de 2009 entre os candidatos para formarem turmas de estudo para a prova do concurso de 2012.

Casualmente, supondo estar distanciado do campo de pesquisa, numa academia de ginástica de Itirapina, presenciei, de forma inusitada, uma conversa entre quarto rapazes e uma mulher. Durante os exercícios pude perceber que estes jovens conversavam com uma mulher bem conhecida na cidade por ser professora (vale lembrar que todos estavam ali como clientes da academia, praticando exercícios). A motivação desta conversa com a tal professora era exatamente a definição de horários e valores de aulas particulares para a preparação dos rapazes para o concurso de agente penitenciário:

> Rapazes: Oi, tudo bem? Você ainda dá aula lá [nome da escola]
> Professora: Sim, ainda sou professora lá, por quê?
> Rapazes: É que a gente vai prestar concurso pra *guarda de presídio* e a gente queria saber se tem como você dar umas aulas. A gente queria tirar umas dúvidas de português, tem como? Quanto você cobra por aula?
> Professora: Tem sim, só que durante o período da manhã eu dou aula, tem como ser de tarde ou à noite? Faz assim: pega meu telefone e aí a gente combina mais tarde, tudo bem?[42]

---

[40] De acordo com o site do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo – SIFUSPESP – uma das novas etapas do processo de seleção para agentes penitenciários será a investigação social, com o intuito de evitar a infiltração de "criminosos" no quadro de funcionários da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP): http://www.sifuspesp.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1333&Itemid=97. Acessado em Fevereiro de 2012. Interessante notar como o web designer do site ilustrou a matéria com uma foto simbolizando a separação do joio e do trigo. Segundo alguns agentes,esta investigação social tem por objetivo barrar a entrada de membros do PCC, que estariam se inscrevendo no concurso para infiltrarem-se como funcionários da SAP.

[41] Em janeiro de 2012 foi aberto edital para concurso de Agente de Segurança Penitenciária (ASP) pela Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) do governo do estado de São Paulo. Segundo informações da Fundação Vunesp, responsável pela aplicação do processo seletivo, 17.598 candidatos inscreveram-se para concorrer a 100 vagas por todo o estado. A relação é de 175,98 candidatos por vaga.

[42] Tendo apreendido o diálogo de maneira inesperada, num local onde o assunto sobre agentes penitenciários era inexistente até então para mim, não tive como gravar ou anotar a conversa. Assim sendo, a descrição se baseia na conversa presenciada em posteriores anotações em meu caderno de campo.

A professora anotou seu número de telefone num papel e o entregou a um dos rapazes. Após ter escutado a conversa, mesmo sem ter participado dela, me dirigi ao dono da academia e perguntei sobre informações acerca do concurso para agente, tendo recebido como resposta:

> Você não tá sabendo do concurso, não? Tem um monte de gente da cidade prestando. Aqui na academia eu sempre escuto gente falando desse concurso, o que mais tem é gente prestando pra *guarda de presídio* (comerciante).

Perguntado sobre sua relação com algum agente penitenciário, o dono da academia respondeu: "tem muito *guarda* que vem malhar aqui. Conheço vários, como o [nome do agente], o [nome do agente]...". O dono da academia começou a citar o nome de vários agentes, estabelecendo ligações de parentesco entre eles: "Tem o [nome do agente] que vem malhar aqui de tarde, já o [nome do agente] que é primo dele, vem de noite, porque deve trabalhar durante o dia". As pessoas sabem dos horários e das relações de parentesco entre um agente e outro, assim como também conhecem casais que trabalham nas unidades.

Segundo a esposa de um ASP, "tem um monte de casais que trabalha junto lá dentro" [da prisão]. Há casos em que marido e mulher trabalham numa mesma penitenciária ou em penitenciárias diferentes. Ademais, alguns casais se conheceram durante o seu horário de trabalho, dentro dos limites das muralhas. Sobre as relações entre parentesco e o trabalho nas duas penitenciárias, outro ASP afirmou: "É ruim falar mal de alguém lá dentro ou mesmo aqui fora, porque sem saber, às vezes você está falando mal do parente, tipo o primo, ou o pai de alguém (risos)".

Diante das redes de afinidade e parentesco que envolvem muitos dos moradores de Itirapina, outro exemplo de como as relações entre prisão, cidade, agentes penitenciários e família podem se interligar é o caso de uma mulher, natural da cidade de Itirapina, que cedeu entrevista: ela é filha, irmã, sobrinha e ex-mulher de agente penitenciário, sendo que seu irmão, seus tios e primos também trabalham nas penitenciárias. Alguns trabalham na P I, outros na P II. Todos tentam trabalhar durante o mesmo período de plantão, para coincidir seus dias de folga e assim se reunirem com os demais membros da família nos finais de semana. Segundo a professora, muitas famílias de Itirapina possuem mais de um agente penitenciário trabalhando nas unidades prisionais da cidade.

As famílias, tanto de presos, quanto de agentes, aparecem nas relações que envolvem o cotidiano da cidade e a rotina da prisão. Nesta trama, as famílias dos diferentes estratos relacionam-se entre si, e o que atravessa estas diferentes esferas de sociabilidade e as conecta

de alguma forma são as unidades prisionais. Porém, se de um lado são as penitenciárias que aparecem como uma força que atrai e concentra estas famílias, por outro lado, é justamente na cidade que a interação se dá e se expressa diretamente como, por exemplo, a evitação de familiares de detentos pelos moradores e parentes de agentes em determinados lugares. Diferentemente da análise de Goffman, em que o autor percebe o antagonismo entre a instituição total e a instituição família:

> As instituições totais são também incompatíveis com outro elemento decisivo de nossa sociedade – a família. A vida familiar é às vezes contrastada com a vida solitária, mas, na realidade, um contraste mais adequado poderia ser feito com a vida em grupo, pois aqueles que comem e dormem no trabalho, com um grupo de companheiros de serviço, dificilmente podem manter uma existência doméstica significativa. Inversamente, o fato de manter as famílias fora das instituições totais muitas vezes permite que os membros das equipes dirigentes continuem integrados na comunidade externa e escapem da tendência dominadora da instituição total. (GOFFMAN, 2010, p.22).

Goffman propôs que as instituições totais são incompatíveis com a família, entretanto, no caso de Itirapina, a presença das unidades prisionais e as reduzidas dimensões espaciais e populacionais da cidade fazem com que as famílias, seja a dos detentos ou a dos agentes, mantenham estreita ligação entre a prisão e as relações estabelecidas e emitidas por ela. A instituição prisional parece concentrar vários tipos de relações, ao invés de promover dissociações ou separações. Além do mais, a prisão é o local onde a família do detento se reúne nos dias de visita. Assim como observado por Godoi (2010), a prisão não aparece como uma instituição que tem como um de seus objetivos desestruturar e romper laços, sejam de amizade ou de parentesco; a dimensão estruturante da unidade prisional abrange detentos, assim como agentes penitenciários.

Segundo o comentário de um agente, é fundamental o apoio da família para conseguir aguentar a rotina de trabalho estressante vivida dentro da prisão. O agente penitenciário precisa de uma estrutura familiar forte que o auxilie a suportar as dificuldades vividas dentro de um ambiente como a *cadeia*. Um bom casamento é fundamental para manter o equilíbrio psicológico do *guarda*, segundo este agente. A família acalma os ânimos que sempre estão muito exaltados depois de uma jornada de 12 horas tensas e estressantes dentro de uma prisão. Os agentes solteiros, na opinião de (ASP), acabam tendo uma vida desregrada, e sem o controle de outrem, começam a beber e consumir drogas. Muitos não admitem, mas se

tornaram alcoólatras e usuários de drogas após começar a trabalhar nas penitenciárias, segundo (ASP), que diz saber dos vícios de alguns colegas de trabalho[43].

No que diz respeito às dependências da unidade prisional, as famílias dos membros da diretoria habitam um pequeno conjunto de casas reservado a elas. Na Penitenciária I, assim como na Penitenciária II, existem algumas residências dentro dos limites da unidade prisional, formando algo como um pequeno condomínio destinado ao Diretor Geral, Diretor de Segurança e Disciplina etc.[44].

Para além das muralhas da prisão, as famílias dos agentes que habitam a cidade também se relacionam com a instituição, ao contrário do afirmado por Goffman, de que a família seria um marco que ajudaria no distanciamento. Na verdade, a família seria um apoio para que o agente continue o seu trabalho dentro da prisão, haja vistas que a intenção de muitas famílias, com parentes na função de *guarda*, está relacionada, muitas vezes, com a intenção de inserir mais um membro ao corpo de funcionários. A relação entre as famílias e a unidade prisional não se dá por um englobamento da força dominadora da instituição total, mas por uma comunicação estabelecida entre diversos fatores: uma rede de relações determinada pelo tamanho reduzido da cidade, juntamente com uma rede de relações compartilhadas através do dia-a-dia profissional dos agentes penitenciários. Aliados a isto, temos as famílias de agentes e de presos dividindo o espaço urbano.

Os laços mantidos por visitas e familiares de presos que estão do lado de fora se misturam com os círculos de sociabilidade dos detentos. Assim, a prisão não pode ser afirmada como um intervalo social, onde o preso afastado da sociedade voltará "ressocializado", conforme o discurso proferido pelo Estado. Percebe-se, portanto, como o recluso não é cortado abruptamente das relações que mantinha antes de adentrar a prisão: "a trama social da prisão se tornou verdadeiramente translocal por via das redes que a atravessam e a ligam permanentemente ao exterior" (CUNHA, 2008, p. 26). Muitos parentes de preso acabam se mudando para Itirapina e estabelecendo morada na cidade. Outros, porém, costumam viajar semanalmente para Itirapina, na intenção de visitar seus filhos, irmãos ou maridos presos.

---

[43] Para uma análise mais aprofundada sobre o uso de drogas e distúrbios psicológicos entre agentes penitenciários, cf. Barbosa, 2005; Lourenço, 2010.

[44] A análise sobre estes condomínios construídos dentro das dependências da prisão será feita no capítulo 3, sobre o prestígio em ser agente penitenciário.

As *mulher de preso*[45] que não residem em Itirapina começam a chegar à cidade por volta de quinta-feira à noite para visitar seus familiares presos, e costumam ficar até domingo à noite, quando muitas pegam os últimos horários de ônibus para as cidades vizinhas de São Carlos ou Rio Claro; outras ainda esperam o ônibus que vai até São Paulo. Há também alguns ônibus fretados que costumam chegar sexta à noite ou sábado de manhã, e somente deixam a cidade após o encerramento do horário de visitas da prisão, no final do domingo. Uma moradora entrevistada comentou acerca da movimentação das *mulher de preso* na cidade durante os finais de semana; interessante notar o conhecimento da palavra "*jumbo*" por parte da moradora, que também é parente de ASP, e, portanto, sabe um pouco mais a fundo sobre alguns fatos que envolvem a rotina da *cadeia*. Tendo em vista esta comunicação entre prisão e cidade, percebem-se como algumas gírias chegam a ser usadas por moradores da cidade:

> A cidade está com outra cara na segunda-feira, e se mantém assim até a próxima quinta-feira, quando as *visitas*[46] começam a chegar novamente. De final de semana, quando passo na frente da rodoviária, eu vejo muita *mulher de preso*. Mas o pior dia da semana é o sábado, porque na parte da tarde, elas vão comprar um monte de mantimento perecível para por no *jumbo*. O ponto positivo é que elas movimentam o comércio da cidade (moradora da cidade).

Portanto, para esta moradora, "*jumbo"* remete aos mantimentos e produtos de higiene trazidos pelas *visitas* para serem entregues a seus familiares condenados, sendo carregados em grandes sacolas que estas mulheres costumam levar durante seu deslocamento pela cidade. Expressões oriundas da *cadeia* acabam se espalhando nas falas de alguns moradores, comerciantes etc. tornando-se corriqueiras nas conversas entre habitantes da cidade[47].

Do supermercado à revista: finais de semana

Além das pequenas lojas e vendinhas espalhadas pela cidade, Itirapina possui apenas um supermercado, sendo seu dono um morador natural da cidade, não havendo, portanto, nenhuma empresa externa ou rede de grande porte no ramo dos supermercados presente no comércio itirapinense. Este estabelecimento foi construído no centro da cidade, e apesar de

---

[45] A expressão foi mantida com discordância no plural, justamente para manter o jeito como as pessoas da cidade se referem às visitas femininas dos detentos.
[46] Para caracterizar genericamente os familiares de presos, independentemente do sexo ou de sua ligação de parentesco ou afinidade, os moradores costumam utilizar o termo *"visitas"*.
[47] As gírias serão analisadas mais adiante, no capítulo 2.

ser o único, não possui grandes dimensões, ocupando cerca de meio quarteirão. É neste prédio que a maioria das *mulher de preso* fazem suas compras, principalmente de gêneros alimentícios perecíveis, pois as longas horas de viagem até Itirapina as impossibilitam de trazer estes alimentos destinados aos familiares reclusos.

Veiculada na Revista Época, a reportagem intitulada "As grades da vizinhança", mostra as diferenças estabelecidas entre cidades pequenas e médias que receberam uma ou mais unidades prisionais[48]. Esta matéria aborda algumas características surgidas com a construção de penitenciárias no espaço urbano de alguns municípios paulistas, entre eles, Itirapina. No decorrer da reportagem, o dono do supermercado concede entrevista, falando dos prós e dos contras da construção da segunda unidade prisional:

> O comércio, por sua vez, lucra. [nome do dono do supermercado], dono do único supermercado de Itirapina, teve dor de cabeça logo após a instalação da [segunda] penitenciária. Registrou entre oito e dez furtos por fim de semana, a maioria cometido por parentes dos presos. Para combatê-los, investiu cerca de R$ 60 mil em um sistema de segurança, com sete câmeras internas. Os roubos tornaram-se raros. Em compensação, [nome do dono] comemora os R$ 750 mil mensais de faturamento, 20% superior ao do início do ano passado, quando a penitenciária foi inaugurada. "Como os moradores ganham mais, agora têm renda para gastar", diz (Revista Época, n°. 102, 01/05/2000).

Durante o horário de compras, principalmente aos sábados no período da tarde, agentes penitenciários, seus familiares e demais moradores da cidade evitam dividir o espaço do supermercado com os parentes de presos durante o mesmo tempo. Não somente os agentes penitenciários, como a maioria dos moradores da cidade sabem dos horários em que as *mulher de preso* frequentam o estabelecimento, evitando, desta maneira, fazer suas compras no mesmo horário, advertindo amigos e conhecidos a fazerem o mesmo. Deste modo, os moradores da cidade que possuem indisponibilidade de tempo, procuram ir ao supermercado no período das manhãs de sábado, ou quando possível, fazer suas compras durante os dias de semana.

Este fato ligado à segregação dos familiares de preso pelas demais pessoas da cidade é tratado por alguns moradores como uma forma de se "adaptar" às mudanças ocorridas na cidade desde a construção da Penitenciária II. Interessante notar como os próprios moradores conhecem os horários em que as penitenciárias estão abertas para a visitação, dando margem para perceber a abrangência da circulação das informações cotidianas sobre a prisão (neste

---

[48] A reportagem completa encontra-se nos anexos. Fonte: http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI159837-15228,00.html. Acessado em junho de 2011.

caso, seus horários estabelecidos para a visitação) em torno da cidade. Durante as entrevistas, a informação que consegui sobre a abertura dos portões das *cadeias* para a entrada das *visitas* foi obtida graças à fala dos moradores da cidade ou dos comerciantes. Apenas me dei conta de que estas informações advieram de outras pessoas da cidade, que não os agentes penitenciários, sendo posteriormente confirmado por eles da exatidão do estabelecimento dos horários e fluxo de pessoas das unidades prisionais.

Diante disto, nota-se que os horários de visita das duas unidades prisionais de Itirapina podem regular a movimentação dos diferentes tipos de clientes no único supermercado da cidade, principalmente aos finais de semana. Ademais, um morador, que não possui parentesco com ASPs, afirmou: "de sábado não tem como ir ao supermercado, tem *mulher de preso* até no teto". Conforme afirmado acima, alguns moradores da cidade evitam transitar pelo supermercado, porém às vezes é impossível não coincidir os horários das *mulher de preso* e de demais moradores da cidade que acabam por dividir o espaço do estabelecimento. Uma esposa de agente, apesar de garantir já ter se "adaptado" a este novo contexto, deixa transparecer a desconfiança que a cerca:

> A gente teve que se adaptar ao horário que as *visitas* vão ao mercado. Mas eu acho isso uma coisa boa: a cidade teve que se adaptar a uma nova realidade. Não é que alguém trate elas mal, mas simplesmente a gente evita de aparecer no supermercado no período da tarde, justamente para não ter que encontrar com nenhuma *visita de preso*. Depois das quatro horas da tarde, a concentração de *mulher de preso* no supermercado é bem maior. É fácil notar quem é *mulher de preso* e quem não é: é só ver pela maneira como elas se vestem e como elas se portam em público. Tem um monte que é cheia de tatuagem. O grupo das *mulher de preso* é muito fechado e isolado, entende? Elas parecem ser muito unidas. Se tem fila do pão francês na padaria do mercado e você vai no sábado à tarde, pode esquecer. Uma [mulher de preso] que está na fila, guarda lugar para outra, aí vai chegando mais uma e mais uma e você não pode falar nada, né? Aí você fica quase uma hora na fila e quando chega a sua vez, não tem mais pão, tem que esperar a próxima fornada porque uma deu fila pra outra até acabar o pão. E se você falar alguma coisa, aí você já viu, né? (esposa de ASP) [grifos meus].

As relações de afastamento e proximidade se dão de maneiras diferentes tanto dentro quanto fora da prisão, e o que parece atravessar todas estas relações, de fato, é um tipo de tensão que se molda a cada momento e em cada lugar. Porém, existem diferenças sutis entre esta manifestação da tensão vivida por parentes de presos e agentes penitenciários: se dentro dos limites das muralhas ela se dá de maneira direta e impositiva, fora destes limites ela se dá indiretamente e de maneira segregativa. Para além das muralhas construídas dividindo cidade

e prisão, moradores impõem fronteiras, mesmo dividindo o espaço público das ruas ou o ambiente de um supermercado.

Alguns agentes relataram sobre a revista, feita em relação aos familiares de presos durante os finais de semana, sendo que muitos declararam ser uma das tarefas mais complicadas de se executar durante o período de trabalho: "não gosto de revistar aquele monte de gente, prefiro ficar lá dentro da *cadeia*", afirmou um agente. "Ah, o bom de faltar de fim de semana é que você não encara a revista", disse outro agente. Alguns ASPs comentaram sobre a heterogeneidade dos parentes de preso, alguns mais fáceis de interagir, outros nem tanto: a desconfiança é o assunto mais recorrente nas falas dos agentes em se tratando da revista obrigatória dos familiares dos detentos.

> Você tem que estar sempre ligado, né? Tem *visita* que é pior que o próprio preso. Você tem que se antecipar em relação ao que o preso vai fazer e às *visitas* também. Tem uns que podem ajudar a dar fuga, tem outros que podem levar drogas e celulares, né? Tem o caso de uma mulher que tem seus cinco filhos presos, dois deles estão em Itirapina. Quase todo final de semana eu vejo ela. Como você pode ver, a família inteira está no crime. Teve um final de semana que ela chegou mancando, mas ela não me disse nada. Depois eu fui perceber que a perna dela estava machucada e só depois fui saber que ela tinha levado um tiro (ASP).

Diante disso, (ASP) concluiu que essa mulher mancava, pois estaria possivelmente "fazendo algo muito errado" para receber um ferimento à bala. A associação entre presos e seus familiares com o crime é inevitável por parte dos agentes e dos moradores da cidade também. Continuando, (ASP) comentou que esta visita "dava muito trabalho" e, portanto, era necessário ter atenção redobrada na revista de seu *jumbo*. Além disso, (ASP) contou o caso de uma mulher de preso que estava com um recém-nascido na fila de visitação: "a criança mal acabou de nascer e a mãe já leva lá dentro, naquele lugar feio, onde já morreu um monte de gente. A criança já vai crescer no meio do crime". Outro agente comentou, se referindo ao trabalho de revistar familiares de preso: "a arma secreta dos caras [detentos] não é o celular: é a xoxota!", em alusão às visitas femininas que poderiam vir a introduzir celulares, drogas ou qualquer outro objeto que possui entrada proibida na prisão em suas vaginas.

Entretanto, o mesmo ASP afirmou que sentiu pena de algumas mães de preso, dentre elas, algumas senhoras, segundo ele: "idosas, cansadas, que perderam seus filhos para a droga, principalmente porque que não souberam educá-los ou aconselhá-los e eles acabaram caindo no mundo do crime". Assim como alguns *parentes* são vistos como criminosos em potencial, outros são classificados pelos agentes como vítimas desse mesmo "mundo do

crime". O julgamento moral das mães dos detentos feito pelos agentes camufla uma premissa de fracasso da educação que estas deram a seus filhos. Entretanto, apesar deste sentimento misto de pena e reprovação em relação a estas mulheres, a necessidade de se manter alerta é fundamental:

> Uma senhora veio a pé da rodoviária, porque não tinha dinheiro para o táxi, e como o dia estava muito quente, ela chegou muito cansada. Ofereci um copo d'água para ela, e me revoltei, porque o seu filho continua na vida do crime, não se importa em tentar se reabilitar mesmo vendo o esforço da sua mãe que vem ver ele todo final de semana. Mas veja bem, eu acho que é melhor pra ela que o seu filho fique lá dentro, preso, porque ele é viciado, e como ele é reincidente, sempre que sai, comete algum crime pra comprar droga. Uma hora pode morrer ou nas mãos da polícia ou nas mãos do crime. Desta senhora eu tenho dó. Agora, teve uma outra [familiar de preso], toda humilde, toda coitadinha, e tava tentando entrar com um celular na *cadeia*. Eu mesmo que achei o aparelho e tive que ir com ela até na delegacia, e aí fui ver que a ficha criminal daquela senhora era enorme! As aparências enganam, é preciso estar atento (ASP).

Dentro dos limites da prisão, os agentes fazem a revista em familiares de presos, mantendo um contato mais próximo, permeado pela desconfiança e pela associação com o crime que os primeiros fazem destes últimos. Como são funcionários encarregados pela manutenção da ordem e do controle da entrada de objetos no interior da cadeia, a desconfiança torna-se argumento para a prática da revista de maneira invasiva e desrespeitosa, como observado por Biondi (2010). Por outro lado, já no interior do supermercado, mesmo quando os agentes não estão exercendo sua profissão, as relações estabelecidas com os familiares de preso ainda são atravessadas pelo preconceito e desconfiança, porém desta vez ela se dão através da segregação e evitação.

Além do mais, o conhecimento sobre os horários e as pessoas que passam pelas revistas circula rapidamente entre as redes de amigos, parentes e conhecidos na cidade, sendo usado como estratégia de evitação dentro do espaço do supermercado compartilhado, ainda que fortuitamente, entre diferentes pessoas. Construção de muralhas simbólicas, feitas de preconceito, evitação e intolerância. Em resumo, se na prisão a desconfiança é motivo de investigação sobre objetos proibidos, no supermercado é motivo de segregação das pessoas classificadas como suspeitas.

O que chama a atenção na comparação acima é a influência da espacialidade, onde as tensões manifestam-se de outra maneira. Há, novamente, um contínuo entre o dentro e fora da prisão, posto que os agentes mantêm-se em contato com muitos familiares de detentos, seja

durante as revistas, no horário de trabalho, ou, eventualmente, no espaço do supermercado. As relações promovidas entre agentes e familiares de presos, por exemplo, podem se manifestar de modo distinto. Em grandes centros urbanos não é possível distinguir com convicção uma pessoa como parente de um detento dentro de um estabelecimento comercial.

No mais, numa cidade grande, seria improvável perceber de modo evidente a relação entre a rotina de uma penitenciária e os hábitos de compra num supermercado, diferentemente do observado em Itirapina. Lá, esta relação acaba por moldar tempo, espacialidades e o comportamento tanto de agentes e moradores como de familiares de detentos.

> Como age a instituição penitenciária frente a essas relações entre presos e agentes, que estão na base do seu próprio cotidiano? Ao que tudo indica, ela reforça tais exclusões também presentes na sociedade inclusiva, ampliando assim seu controle sobre cada um dos segmentos envolvidos, ao apostar na potencialização da oposição historicamente construída com esse objetivo (GÓES, 2002, p. 171).

O bairro Jardim Nova Itirapina

Um dos bairros mais populosos de Itirapina, além de ser o que mais necessita de recursos e onde vive a população mais carente, é o bairro Jardim Nova Itirapina. De acordo com o estudo de Soriano (2007, p. 91), e sua análise sobre os “espaços de medo” em Itirapina, o bairro surgiu em decorrência da migração de parentes de presos provenientes da Penitenciária I. Durante a época do surgimento do bairro, compreendido entre o final da década de 1980 e começo da década de 1990, é curioso notar que o projeto inicial de loteamento habitacional destinava-se à população de alta renda, porém atualmente é classificado pelos habitantes da cidade como sendo o bairro mais pobre e violento. Desta maneira, o Jardim Nova Itirapina seria, numa escala comparativa com uma grande cidade, uma área do espaço urbano destinado à periferia pobre da cidade. Talvez o fator que tenha pesado para a migração maciça de familiares de presos para o local seja a sua localização, pois o loteamento encontra-se próximo à Penitenciária I, conforme a figura 3:

Figura 3. Fonte: Google Maps, acessado em Fevereiro de 2012.

De acordo com a pesquisa de Soriano (*idem*), a maioria dos domicílios do bairro "não era de propriedade dos moradores que neles residiam" (p. 116). O autor conclui, portanto, que uma das principais características do bairro seria a de possuir uma grande oferta de casas de aluguel, por conta de uma grande rotatividade de locatários temporários. Dentre eles, a maioria seria de familiares de presos, "que em geral não fixam residência na cidade, pois alugam o imóvel durante o período de estadia na cidade" (*idem*, p. 116). Este período pode coincidir, muitas vezes, com o tempo de permanência do familiar preso em uma das duas unidades prisionais da cidade.

Segundo os próprios agentes penitenciários, a maioria das *mulher de preso* que habitam a cidade temporariamente não trabalham, vivendo apenas do que eles costumam chamar de "bolsa-presídio", que oficialmente é o auxílio-reclusão:[49], "benefício previdenciário devido aos dependentes de segurado preso, com o objetivo de lhes proporcionar o suporte financeiro subtraído em virtude do encarceramento" (RAUPP, 2009). Desta maneira, os ASPs argumentam que as *mulher de preso* ficam ociosas, perambulando pelas ruas da cidade. Segundo os agentes, por conta desta situação, presos e familiares são

[49] "O auxílio-reclusão é devido ao(s) dependente(s) do segurado detento ou recluso, desde que esse tenha salário de contribuição igual ou inferior a R$ 752,12 2 (a partir de 1º de fevereiro de 2009), independentemente da quantidade de contratos e de atividades exercidas, e não receba qualquer espécie de remuneração da empresa, nem esteja em gozo de auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço. O benefício foi criado com o propósito de garantir a subsistência da família do segurado detento ou recluso. Portanto, o fundamento do auxílio está na necessidade de amparo à família do segurado preso, a qual se ressente da perda temporária de uma fonte de subsistência" (DANTAS & RODRIGUES, 2009).

vistos como não trabalhadores que preferem viver do auxílio governamental ao invés de desempenharem uma atividade, opondo-se aos outros trabalhadores da cidade que, por vezes, não ganham tanto quanto os detentos auxiliados pelas políticas públicas de assistência ao detento. Um agente penitenciário enviou uma charge da situação da "bolsa-presídio", que costuma circular entre os e-mails de seus colegas de trabalho, em alusão aos valores do salário mínimo (R$ 622,00) e do auxílio-reclusão (R$ 915,05), e da "preferência" do encarcerado em se manter preso:

Figura 4. Charge enviada por e-mail.

O bairro Jardim Nova Itirapina encontra-se localizado num terreno íngreme, chamado de "morro" por alguns habitantes da cidade, em alusão às favelas cariocas, pela similaridade das construções modestas e da inclinação do terreno, o que o assemelha aos aglomerados de barracos do Rio de Janeiro. Localizado atrás da penitenciária I, e próximo à penitenciária II, do alto deste bairro é possível avistar toda cidade, assim como as duas unidades prisionais. Pelo mapa extraído do Google Maps (figura 5) pode-se observar melhor estas referências espaciais:

Figura 5. Fonte: Google Maps, acesso em Fevereiro de 2012.

Na foto abaixo (figura 6), é possivel ver a Penitenciária I ao fundo da foto, atrás das casas do bairro, próxima ao conjunto de árvores. Avista-se o *raio* e as guaritas das muralhas da P I pintados de azul. Logo abaixo, na figura 7, a foto mais aproximada da unidade prisional permite atentar maiores detalhes das instalações:

Figura 6. Foto: Raphael Sabaini

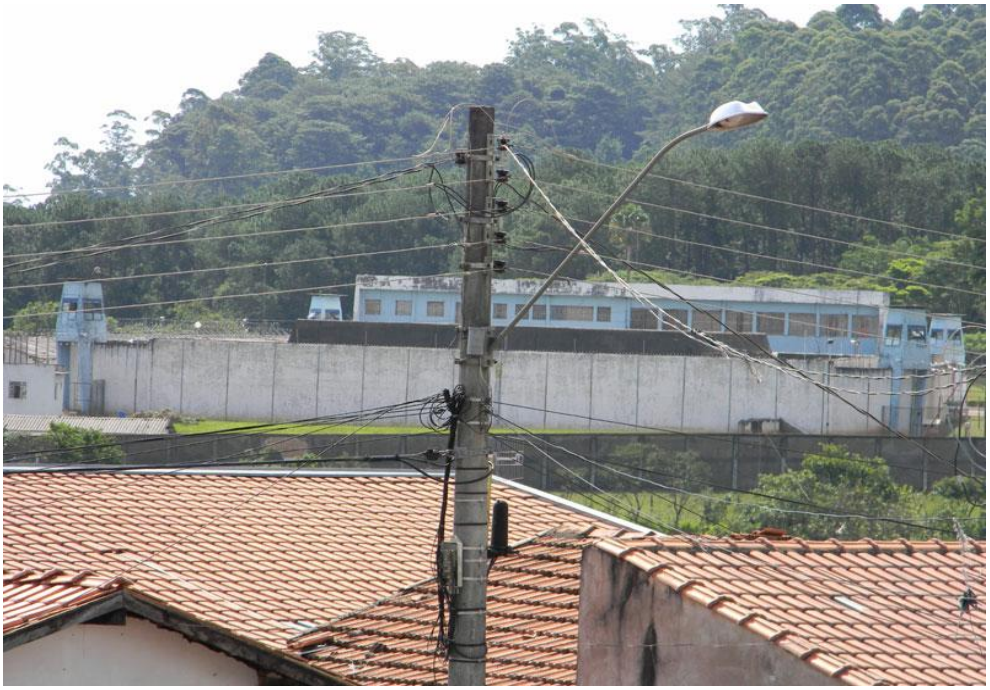


Figura 7. Foto: Raphael Sabaini

Do mesmo ponto, é possível ver a Penitenciária II, suas torres de observação e muralhas com detalhes em amarelo; percebe-se como esta unidade está um pouco mais distante do bairro do que a Penitenciária I, porém as duas unidades prisionais encontram-se em meio à paisagem urbana da cidade de Itirapina:

Figura 8. Foto: Raphael Sabaini

O bairro Jardim Nova Itirapina é estigmatizado pelos demais moradores da cidade como o lugar de moradia dos parentes de preso, e uma das causas do aumento da criminalidade na cidade vem justamente por meio do inchaço provocado pela constante migração destas famílias, de acordo com este estigma. De acordo com as afirmações da maioria das pessoas entrevistadas, o bairro, conhecido por todos como "Nova", concentraria inúmeras bocas de fumo e a maioria dos criminosos que circula por Itirapina. É comum entre os moradores dos demais bairros associar o crime e a pobreza com os que lá residem. De acordo com um habitante do centro da cidade, considerada a região mais valorizada, o Jardim Nova Itirapina é visto como a pior região da cidade: "Vai lá na Nova para você ver só como é que é. É uma bandidagem, prostituição e tráfico de drogas. É só parente de preso".

As notícias veiculadas sobre o bairro remetem, na maioria das vezes, a assuntos envolvendo violência, como é o caso de uma tentativa de homicídio ocorrida no dia 29 de novembro de 2011, de acordo com o site de notícias da EPTV[50]. Várias outras notícias sobre o bairro podem ser elencadas, associando a imagem da cidade a assuntos relacionados à violência, tais como: assassinatos, brigas envolvendo armas de fogo, tráfico de drogas, etc., que repercutem entre os demais municípios da região. Abaixo, uma foto (figura 9) do bairro captada na Rodovia Engenheiro Paulo Nilo Romano:

---

[50] EPTV (Emissoras Pioneiras de Televisão), afiliada à rede Globo de Televisão. Notícia acessada em 30/11/2011:
http://eptv.globo.com/noticias/NOT,3,51,381554,Homem+fica+ferido+com+golpes+de+faca+apos+tentativa+de+homicidio+em+Itirapina.aspx
Apesar de a notícia não citar o Jardim Nova Itirapina, informações dos moradores da cidade relataram que o cativeiro estava localizado em uma das casas do bairro:
http://eptv.globo.com/noticias/NOT,3,51,386653,Empresario+consegue+escapar+de+cativeiro+em+que+estava+ha+28+dias+em+Itirapina.aspx
Notícia sobre o assassinato de um mecânico; alguns agentes penitenciários afirmaram que o crime foi um acerto de contas entre criminosos:
http://eptv.globo.com/noticias/NOT,3,51,338197,Carnavalesco+e+assassinado+em+oficina+mecanica+em+Itirapina.aspx

Figura 9. Foto: Raphael Sabaini

O relato da mídia, quase sempre focado em noticiar situações violentas, como por exemplo, roubos ou assaltos que ocorrem no bairro Jardim Nova Itirapina ou em outros lugares da cidade, cria uma imagem estigmatizada (GOFFMAN, 1988) de Itirapina em relação às outras cidades da região. Aliado a isto, os conflitos ocorridos internamente às prisões ganham, com frequência, repercussão regional, e até mesmo estadual. Ou seja, estas notícias e outras, envolvendo a rotina carcerária, contribuem significativamente para se formar uma imagem estigmatizada deste cenário municipal.

Outras notícias, ainda que não diretamente associadas às penitenciárias, tratam de casos violentos, o que sustenta nos moradores a visão associativa entre a violência urbana e a existência das unidades prisionais.[51]. Segundo uma moradora natural da cidade, que sempre morou em Itirapina:

> Quando estou em São Carlos ou em Rio Claro e comento que sou moradora de Itirapina, sempre escuto como resposta: 'ah, aquela cidade que tem presídios'? A imagem da cidade é muito ligada com o que as pessoas ouvem falar das *cadeias*. A cidade ficou rotulada. Aí, quando acontece algum crime, mesmo que não tenha acontecido lá dentro [das prisões], passa na televisão.

[51] Outras notícias acerca de Itirapina, sobre situações envolvendo violência:
http://jornalcidade.uol.com.br/rioclaro/seguranca/seguranca/82836--Rapaz-baleado-apos-discussao-em-Itirapina-nao-resiste-e-morre-
http://eptv.globo.com/noticias/NOT,3,51,373307,Durante+saida+temporaria+bandidos+esfaqueiam+dono+de+pousada+em+Itirapina.aspx
http://www.guiarioclaro.com.br/materia.htm?serial=151000756 Acesso em janeiro de 2012.

A divulgação de notícias sobre Itirapina – quase sempre se referindo aos acontecimentos das duas penitenciárias – muda a relação de Itirapina com as cidades vizinhas. Outro exemplo disso é sobre a investigação de um suposto crime cometido por um ASP da Penitenciária II: em dezembro de 2011, um agente penitenciário foi preso com dois menores, sendo acusado de cárcere privado e abuso sexual[52]. Em decorrência da imagem negativa criada tanto pelas notícias da mídia como também pelos comentários das pessoas da cidade e de outras localidades, muitos habitantes queixam-se sobre a impossibilidade de Itirapina explorar o chamado "turismo de aventura", justamente por causa da presença das penitenciárias. Segundo um agente entrevistado,

> Itirapina tem um grande potencial turístico por causa da natureza e do monte de cachoeiras e rios. Só que Itirapina não aproveita esse potencial, coisa que Brotas [cidade vizinha, distante 35 km de Itirapina] fez e acaba explorando sua imagem de um jeito positivo. Em Itirapina não tem hotel, só aquelas pensões pras *mulher de preso*. Não tem lugar pra quem quer fazer trilha, rapel na cachoeira ou descer o rio de boia, tem que fazer isso em Brotas. A cidade [Itirapina] não atrai turistas, só *mulher de preso* (ASP).

A dinâmica urbana e social pautada por fatores ligados à presença das unidades prisionais e as notícias veiculadas pela mídia se alimenta de narrativas e fluxos de informações em escalas que superam consideravelmente as experiências corriqueiras locais imediatas. Cria-se certa expectativa, pautada no medo e na desconfiança: se dentro dos limites das duas *cadeias* a sensação dos agentes penitenciários já gira em torno de que algo perigoso possa acontecer ali dentro, do lado de fora a sensação não é muito diferente, mas o medo dos moradores diz respeito dimensão de um acontecimento violento que atingiria toda a cidade. Há, portanto, a amplificação da percepção de medo fundamentada nos indícios de desconfiança travados dentro do convívio intramuros entre *guardas* e *ladrões*, gerando uma sensação latente de que uma fuga ou rebelião em proporções maiores chegue a atingir o espaço urbano. Além disso, esta violência velada se manifesta na segregação e preconceito, conforme já descrito.

> Ocorre então a reprodução de representações sociais acerca dos presídios limitadas à contradição entre controle, como sinônimo de segurança, por um lado, e o perigo, associado ao desconhecimento acerca do que realmente

[52] Reportagem da EPTV: http://eptv.globo.com/noticias/NOT,3,51,383570,Agente+penitenciario+e+flagrado+com+menores+de+idade+em+chacara+no+Broa+em+Itirapina.aspx. Acessado em fevereiro de 2012.
Notícia veiculada em um site da cidade vizinha de Rio Claro: http://www.guiarioclaro.com.br/materia.htm?serial=151000889. Acesso em fevereiro de 2012.

> acontece atrás das muralhas, com um tratamento sensacionalista dado à questão penitenciária pela mídia, em geral, que em quase nada se diferencia da função de "vigiar e punir" identificada por Foucault (GÓES, 2004, p. 234).

Ultrapassando o limite das muralhas da prisão, fato semelhante ocorre no bairro Jardim Nova Itirapina: as notícias veiculadas apenas sobre os momentos de tensão das unidades penais trazem consigo uma imposição do medo e insegurança dos moradores da cidade para com os moradores do bairro. Portanto, da mesma maneira que se desconhece o cotidiano da prisão, de que o mesmo não é povoado de mortes e rebeliões frequentes, como a mídia costuma salientar, no bairro Jardim Nova Itirapina a estrutura parece se reproduzir: seja através das notícias ou dos comentários tecidos diariamente entre os moradores de uma cidade pequena, todo o cotidiano do bairro não é relatado, e o que emergem são apenas fatos ligados a roubos, assaltos, tráficos de drogas ou assassinatos. Diferenças de escala atravessados pela imagem da violência e da prisão.

Cidade e prisão comungam, em escalas diferentes, de uma visibilidade ora percebida, ora não percebida, que só ganha destaque em momentos críticos. As prisões são vistas pelos moradores de outras cidades assim como o bairro também o é pelos moradores de Itirapina de maneira semelhante. As notícias da mídia confluem nesta característica, reforçando ainda mais o estigma tanto da cidade (nas relações entre cidades) quanto do bairro (e sua relação com a cidade).

> No grande jogo de luzes que o universo prisional evoca, é comum nos depararmos com a seguinte assertiva: a cadeia só ganha visibilidade no momento em que entra em crise - no instante em que o universo prisional explode numa rebelião ou se transforma em ameaça à ordem externa através das fugas de presos (BARBOSA, 2005, p. 244).

A imagem das penitenciárias se expande até refletir nos familiares dos presos o preconceito imposto aos moradores do bairro, onde se concentra a maioria das pessoas que possuem algum tipo de ligação com os prisioneiros. A relação de similitude entre o dentro e o fora da prisão mais uma vez ultrapassa os limites impostos pelas muralhas dos presídios, e questões envolvendo preconceito, assim como a desconfiança dos demais habitantes da cidade pelos que possuem certo vínculo com os detentos, faz com que a população veja os moradores do Nova Itirapina como potenciais criminosos. Entretanto, dos vários habitantes que moram nos arredores do bairro, próximos à rua principal que dá acesso ao restante da cidade, alguns

são agentes penitenciários. Segundo moradores, as bocas de fumo estariam no “fundo” do Jardim Nova Itirapina, mais “escondidos”.

A construção dos muros em Itirapina e a e a sensação de medo e de insegurança estão mais intimamente relacionadas com a construção das penitenciárias do que com o “erro de percurso” dos ideais modernos e democráticos da cidade de São Paulo analisada por Caldeira (2000). Se na cidade de São Paulo as relações ditas anônimas e o espaço comum de convivência entre classes diferentes desaparecem, em Itirapina percebe-se outro fenômeno – a rua continua sendo o espaço comum, onde as diferentes classes interagem e mantêm certa sociabilidade, principalmente no centro da cidade. Todavia, além das diferenças entre classes socioeconômicas, funde-se a este contexto uma divisão estabelecida entre pessoas ligadas aos presos e aos não presos.

Ademais, as pessoas classificadas em Itirapina como “estranhas” são caracterizadas por um estereótipo através da imagem do preso que reflete diretamente em seus familiares, sobretudo as esposas, filhas, irmãs ou mães de reclusos. Estes parentes são caracterizados e se tornam conhecidos através da interação entre o universo da cidade e o das penitenciárias, sofrendo com o preconceito projetado por de uma série de sinais diacríticos observados pelos moradores, comerciantes ou agentes penitenciários: tatuagens, roupas decotadas e/ou classificadas como vulgares, fala alta em público são alguns exemplos listados por moradores de Itirapina. Para além das muralhas das prisões, há o estabelecimento de fronteiras erigidas pela intolerância e evitação.

Além dos indícios que conduzem à estigmatização anteriormente descrita, mães acompanhadas de um grande números de filhos são sinônimo de *visitas*. Outros tipos de comportamento que ajudam a remeter à imagem de *mulher de preso* e/ou visita seriam fumar em excesso e carregar grandes sacolas – o *jumbo*. Todos estes detalhes, ou a combinação da maioria deles, servem para a *mulher de preso* ou *visita*.

Como já mencionado, a impressão que se tem é que o “mundo do crime” parece ser um fator inerente ao parentesco destas pessoas envolvidas, segundo as entrevistas concedidas por agentes e moradores da cidade. Portanto, há como traçar um paralelo entre estudos de Caldeira (2000) e as relações observadas em Itirapina: a desconfiança em relação a pessoas classificadas como perigosas não é de exclusividade da classe alta de uma metrópole como São Paulo. Um município de pequeno porte como Itirapina também sofre, mesmo que em menor escala, com processos de disjunção social, pautados pela criminalização da pobreza

juntamente com a estigmatização de moradores do bairro Jardim Nova Itirapina que possuam algum vínculo com presos.

Comparando duas escolas municipais de ensino básico, uma do centro e outra do bairro Jardim Nova Itirapina, com base em dados cedidos pelas próprias instituições, constatou-se que durante o ano de 2011 não havia filhos de presos matriculados no prédio escolar do centro. Havia somente filhos de agentes penitenciários dentre os alunos, inclusive um deles era filho de um membro da diretoria de uma das penitenciárias. Já na escola do Jardim Nova Itirapina encontra-se matriculado um grande número de filhos de presidiários. A secretaria da escola do centro afirmou que entre seus alunos havia algumas crianças filhas de detento, mas geralmente "a maioria se matricula lá na escola da Nova".

Ademais, é fundamental deixar claro que durante a matrícula não é feita nenhuma pergunta ou exigência de algum tipo de informação para saber se um aluno é filho de preso ou de agente, como também não há a necessidade de informar sobre a profissão dos pais nos documentos de inscrição do filho nas secretarias. Essas informações foram passadas através do conhecimento que as pessoas da secretaria e direção das escolas têm acerca da vida dos pais dos alunos. Este é mais um fator importante no entrelaçamento de redes profissionais, de parentesco e até mesmo sobre a procedência dos pais de alunos, que se confluem e se difundem com maior facilidade entre as pessoas do pequeno espaço urbano do município.

Desconfiança, acima de tudo

Nos grandes centros urbanos, vigilantes particulares e classes mais ricas traçam um perfil do suspeito através de estereótipos baseados na imagem pejorativa do pobre e do negro (CALDEIRA, 2000). Alia-se a isso, em Itirapina, estas imagens com a do criminoso. Desconfiança observada de maneira semelhante nos estudos de Barbosa (2007):

> Dizia-me um funcionário do Sistema, com quem conversei, da insegurança que experimentava. Imaginava uma multidão de olhos que se distribuía para frente e para trás no tempo, marcando seu rosto sem que nada pudesse fazer para burlar essa vigilância. Isto comportava tanto os egressos e seus visitantes, quanto o que para ele era um caso extremo: as crianças que visitavam os presos e a impossibilidade de reconhecê-las, uma vez que, com o passar do tempo, se tornavam homens. "Alguns deles criminosos, assim como o pai, o tio, o avô" – assinalava. O que fazer neste caso? Dizia que vivia em um estado de tensão contínua, de permanente observação dos locais

> aonde ia e das pessoas com quem encontrava. Paranoia infinita diante da linha genealógica do crime (BARBOSA, 2007, p. 147).

Durante uma conversa, quando perguntado se temia sofrer represália ou algum tipo de ameaça fora do trabalho, vivendo seu cotidiano pela cidade, como por exemplo: resolvendo algum tipo de problema, indo ao banco, fazendo compras no supermercado, ou mesmo conversando com conhecidos por entre as ruas de Itirapina, (ASP) prontamente responde: "muitos agentes já morreram nas ruas de tudo que é cidade; visite o site do sindicato dos agentes e você vai ver essas notícias" [53]. Continuando com a resposta, ASP afirmou que um amigo de infância que também se tornara agente e integrante do GIR[54], morreu assassinado nas ruas, durante seu período de folga.

Além disso, é necessário ressaltar que este amigo assassinado morava e trabalhava em outra pequena cidade do interior paulista, onde se encontra instalada uma unidade prisional, com características semelhantes à Itirapina. O GIR, segundo a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), seria uma força especial criada pela própria SAP e formada por funcionários da SAP (ASPs e/ou AEVPs), que teria como função substituir a tropa de choque da Polícia Militar, atuando em motins, rebeliões e outras situações críticas[55]. Os membros do GIR atuam com armamento não letal, utilizando equipamentos militares do tipo: escudos, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, armamento com munição de borracha, além de uma vestimenta militarizada, caracterizada pelo uso de capacetes, coletes à prova de balas e capuzes para não serem reconhecidos pelos detentos.

Posto isso, é necessário frisar que o uso de capuzes pelos componentes do GIR é de fundamental importância, pois quando não estão exercendo suas atividades neste grupo, trabalham normalmente como ASPs. Esta estratégia, além de arriscada, coloca estes agentes penitenciários numa situação delicada, pois se for reconhecido por um detento, isto é entendido como sentença de morte, pois o mesmo agente que convive dentro do raio, nas gaiolas ou por entre os corredores da prisão pode ser o mesmo que bate com o escudo, utiliza projéteis de borracha ou explode bombas de gás lacrimogêneo ou de efeito moral dentro de uma cela ou raio. Estas práticas podem gerar situações de revolta e vingança por parte dos prisioneiros contra estes tais agentes.

---

[53] Sobre estas notícias, a disponibilização de um link sobre reportagem da Rede Record acerca de casos de assassinatos e ameaças feitas a agentes penitenciários por detentos: http://noticias.r7.com/jornal-da-record/videos/edicao/?idmedia=4ecad369b51a6523b980eff5 . Acessado em Janeiro de 2012.

[54] GIR – Grupo de Intervenção Rápida: grupo criado, tendo ASPs como membros, para atuar nas unidades prisionais do estado de São Paulo, substituindo o uso da tropa de choque para intervir em motins ou rebeliões, utilizando-se de armamentos não letais e força física durante suas intervenções nas unidades prisionais.

[55] Revista SAP, Ed. 02, julho de 2009.

Um ASP contou que seu amigo, durante uma *ação*[56] em outra unidade prisional próxima a Itirapina, acabou não vestindo o capuz para esconder seu rosto. Ele foi reconhecido durante seu período de trabalho como agente pelos próprios presos que, estabelecendo contato com o lado de fora da prisão, fizeram-no *subir*[57] durante seu período de folga. Para evitar o reconhecimento, outro método utilizado pelo GIR para planejar as *ações* sem que seus membros sejam identificados: são convocados agentes de outras unidades, provenientes de outras cidades, que agem encapuzados para dificultar ao máximo que sejam reconhecidos durante uma intervenção.

O controle e o cuidado em manter um comportamento cauteloso praticado pelos agentes/membros do GIR surge como consequência às atividades executadas para a manutenção da disciplina e controle das unidades penais impostas pela SAP. Em outras palavras, o preço pago pela *ação* executada nos presídios promove uma desconfiança exagerada nos agentes diante do risco de retaliações por parte dos *ladrão*[58]. Porém, a desconfiança reverbera em outros municípios, pois a Penitenciária II teve parte das instalações transformada em Centro de Detenção Provisória (CDP), recebendo presos de São Carlos, Rio Claro, Brotas, Analândia, Corumbataí etc. Ou seja, a circulação de detentos costuma ser maior nas instalações de Itirapina por conta da reclusão de réus em espera de julgamento. Com rotatividade e fluxo de presos mais intensos, cresce a possibilidade de reconhecimento de um ASP por pessoas ligadas ao "mundo do crime", tanto pelas ruas da cidade como em municípios adjacentes.

Um agente penitenciário relatou uma rápida viagem feita até a cidade vizinha de São Carlos para fazer compras, pois a maioria dos moradores de Itirapina comumente faz este percurso por não possuir um centro comercial tão desenvolvido quanto o da cidade vizinha de 200 mil habitantes. Durante as compras, (ASP) foi até uma agência do Banco do Brasil, localizada no centro comercial de São Carlos para sacar dinheiro em um caixa eletrônico:

> [...] tava eu lá na fila, esperando minha vez para sacar um dinheiro no caixa eletrônico. Por ser começo de mês, a agência estava cheia de gente. Lotada mesmo. De repente, alguém atrás de mim, tipo umas cinco pessoas atrás na fila, dirige a voz pra mim e fala: 'E aí, senhor, firmeza?'. Quando escutei as palavras 'senhor' e 'firmeza', e pelo jeito que o cara falou, na hora *ganhei*[59] que era preso, mesmo sem virar o pescoço para ver quem era. O cara tinha

[56] Ação: maneira pela qual os membros do GIR designam a intervenção feita por eles nos *raios* e nas celas, em que na maioria das vezes consiste em uso de violência física, moral e psicológica nos detentos.
[57] *Subir*: verbo utilizado como sinônimo de matar.
[58] A discordância no plural foi mantida em concordância com a maneira pela qual os agentes se referem aos detentos.
[59] *Ganhei*: percebi, entendi.

> passado pelo CDP da P II e já tava solto. Você fica preocupado, né? No meu trabalho, eu não guardo o rosto de 400 presos que estão no raio durante o meu plantão, mas estes 400 presos guardam o meu [rosto] (ASP).

A disciplina originada da observação constante, neste caso, se manifestaria não somente dos guardas para os presos, mas como observado acima, dos presos para os guardas também. Um panóptico reconfigurado, se nos basearmos nas declarações dos agentes que temem ser vítimas dos mais diferentes indivíduos que estão envolvidos nas relações tecidas pelo crime – considerando que estas relações mantém comunicação com quem está nas ruas e com quem cumpre pena em uma unidade prisional.

> Por parte dos presos, os agentes também são constantemente observados, e essa observação muitas vezes passa por um "teste" do agente, de sua autoridade, do seu grau de observância das normas e regulamentos, ou pelo levantamento feito entre os próprios presos acerca de quem é o agente, fora do DESIPE[60] (BARBOSA, 2005, p. 271).

O sentimento de vulnerabilidade por parte dos agentes se nutre pela estigmatização do universo prisional, de reclusos e de pessoas ligadas aos reclusos, mas também pelo imaginário que é contaminado[61] por comentários recorrentes acerca dos acontecimentos intramuros prisionais, como atestou um comerciante:

> O trabalho na cadeia vai acabando com o psicológico do cara que trabalha lá. Os *guarda* que costumam frequentar aqui estão sempre desconfiados. Parecem até assustados, né? Os caras sempre ficam muito tensos; dá a sensação de que eles ainda estão dentro da *cadeia*. Pra eles, tudo é perigoso. Os *guardas* sempre ficam espertos para qualquer coisa, já que eles dizem que não se pode confiar em muitas pessoas.

Há de se atentar para o fato de que a violência e os fatos que acontecem dentro da prisão são preponderantes no enfeixe de relações envolvendo medo, desconfiança e insegurança, refletindo no ambiente da cidade. Segundo a fala de um ASP entrevistado:

> Tudo tem seu lado bom e seu lado ruim. O lado bom é que as penitenciárias ajudaram a melhorar o comércio, criaram empregos diretos e indiretos, eu acho. Mas o lado ruim é que aparece muita gente desconhecida. A maioria é família de preso, é gente que nunca ninguém ouviu falar. A gente nunca sabe o que essas pessoas podem fazer (ASP).

---

[60] DESIPE: extinto Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro

[61] Para um maior aprofundamento em relação à ideia de "contaminação", cf. Moraes, 2005.

Além disso, o imaginário criado pelo medo do crime e pelas pessoas ligadas a ele produz novas formas de expressar novos tipos de medo até então raros de ocorrer em uma cidade de pequeno porte como Itirapina. Conforme afirmou a esposa de um agente penitenciário entrevistada:

> Às vezes, eles [os presos] estão aqui perto de casa limpando a rua. Eu tranco bem a casa, e espero eles acabarem para poder sair. Tem uma cliente minha que é agente, e quando ela vem aqui pede para eu trancar o portão de casa dando duas voltas na chave. Ela não estaciona o carro enquanto os presos estão por perto; ela espera eles fazerem a limpeza, dá uma volta no quarteirão e só para aqui na frente de casa depois que eles saem (comerciante e também esposa de agente).

Esta esposa de agente possui um comércio nas dependências de sua residência e não há como negar que a maioria das pessoas que frequenta sua casa e comércio, seja agente ou parente de agentes, elas se conhecem devido às relações imbricadas num cruzamento de redes. Por um lado, relações estabelecidas entre os agentes e seus familiares, que, uma sobreposta à outra, fazem com que um número maior de pessoas conheça e frequente o estabelecimento comercial, principalmente os indivíduos que fazem parte da rede de relações dos agentes. Estes estabelecimentos podem variar, mas mantém como característica comum a circulação de agentes e parentes que divulgam e frequentam estes lugares através dos círculos de parentesco e amizade que uns possuem com os outros.

Andando pelas ruas da cidade, é comum deparar-se com grupos de detentos fazendo a limpeza das ruas, varrendo calçadas e/ou capinando pequenas touceiras de mato que nascem entre as rachaduras das vias públicas. Apenas um agente penitenciário faz a escolta destes presos. Não há necessidade de armas ou de algum tipo de intimidação; o contato entre presos e agentes parece se manifestar de maneira pacífica, pois todos passam o dia conversando: enquanto os presos executam o trabalho braçal, o agente passa o dia todo os observando. Os parentes da comerciante acima citada que habitam outra cidade costumam dizer a ela: “não deixe que os presos saibam que você mora aqui, e nem os horários que você entra e sai de casa”.

Figura 10. Foto: Raphael Sabaini

Na foto acima (figura 10), detentos segurando vassouras e uniformizados com calças amarelas ou beges e camisetas brancas fazem a limpeza de uma pequena praça em uma das entradas da cidade. Enquanto os detentos executam o trabalho de limpeza, um morador da cidade caminha entre eles. Na foto abaixo (figura 11), três detentos estão limpando a calçada do lado esquerdo da rua, enquanto o detento do lado direito na foto está retirando mato que nasce por entre as rachaduras da calçada. Duas crianças passam numa bicicleta ao lado deste preso que manuseia uma enxada para a remoção do mato.

Figura 11. Foto: Raphael Sabaini

Uma reclamação comumente feita por alguns moradores da cidade e também por alguns comerciantes é justamente o emprego de detentos na realização de trabalhos braçais:

> Os presos tiram o emprego de quem precisa, de quem é humilde, sabe? É o caso de quem carpe mato, varre as ruas e às vezes de quem era ajudante de pedreiro. Aquele pessoal mais simples, que não tem escola, e vivia desse trabalho, agora não pode mais trabalhar, esse bando de vagabundo [referindo-se aos presos] tira o emprego de pai de família (morador da cidade).

Parece haver um sentimento de injustiça por entre alguns moradores da cidade, devido ao fato de que o "trabalhador humilde" foi suplantado pelo preso, ou seja, pelo "vagabundo". Há, portanto, a correlação de que o preso não é digno de executar um trabalho braçal, pois exclui do mercado de trabalho uma pessoa classificada como "humilde" e "pai de família". O detento continua a ser condenado *ad infinitum* pelo crime já julgado e, nestes casos de detentos do regime semiaberto que trabalham nas vias públicas, muitos estão em vias de finalizar o cumprimento da pena.

Outro detalhe interessante que se pode notar são as duas placas de sinalização de trânsito contidas na figura 10: do lado esquerdo, uma placa sinaliza para a Penitenciária II, mesma direção do Distrito Industrial da cidade, assim como também do bairro Jardim Nova Itirapina, que apesar de estar situado ao lado da Penitenciária I conforme descrito anteriormente, o caminho a ser tomado tanto para o bairro quanto para a Penitenciária II é o

mesmo. Já a placa da direita, além de mostrar a localização da Prefeitura, informa sobre a Delegacia de Polícia, o Fórum e o Batalhão da Polícia Militar, todos situados no centro da cidade.

A própria sinalização de trânsito tem como ênfase em suas informações os vários prédios que relacionam cidade e penitenciárias: Delegacia de polícia, Polícia Militar e o Fórum são os exemplos que aparecem estampados nas placas de trânsito; são lugares que se inter-relacionam com a rotina das prisões. Como a entrada e saída de viaturas de polícia e de bondes é intensa e constante, faz-se necessário a colocação destas placas, servindo de orientação principalmente para policiais e agentes penitenciários de outros lugares que desconhecem Itirapina, mas que precisam chegar a estes estabelecimentos rapidamente, sem ter que parar seus veículos para perguntar às pessoas na rua. Os bondes são escoltados por policiais militares, pois segundo os agentes penitenciários e agentes de escolta (AEVP), é recomendável transportar os presos com cautela e atenção, para evitar qualquer abordagem que possa colocar o bonde em risco, facilitando com que uma tentativa de fuga se concretize através de algum descuido ou de uma ação de resgate.

A maioria das direções das placas de trânsito de Itirapina direciona para a localização das unidades prisionais, conforme as fotos abaixo:

Figura 12. Foto: Raphael Sabaini

Figura 13. Foto: Raphael Sabaini

Figura 14. Foto: Raphael Sabaini

Apesar de alguns habitantes de Itirapina afirmarem a necessidade de adaptação à nova dinâmica da cidade, tendo mudado alguns aspectos de sua vida em razão do cotidiano da cidade e das prisões, a ocorrência de acontecimentos frequentes nas duas unidades prisionais, o intenso fluxo de agentes penitenciários, detentos, *bondes* e familiares de presos mantêm as sensações de medo e de desconfiança. As placas de trânsito referentes à localização das penitenciárias são uma presença constante ao mesmo tempo que se apagam da vida dos

moradores de Itirapina. Um comerciante, antigo morador da cidade, fez uma declaração sobre sentir-se impotente e refém de uma sensação de medo com a existência das duas unidades prisionais:

> Uma coisa eu te digo: todo mundo nessa cidade tá condenado. Os presos, porque roubaram e estão cumprindo sua pena; os agentes, que ficam presos nesse trabalho porque acham que ganham bem, e a gente, como comerciante, depende do dinheiro dos parentes de preso e do salário dos agentes. A gente que é do comércio acaba se sentindo preso, cada um à sua maneira (comerciante).

As *saidinhas*

A saída temporária é concedida aos detentos que cumprem pena em regime semiaberto e possuem boa conduta carcerária, sendo um benefício previsto na Lei de Execuções Penais, que depende de autorização judicial[62]. Estes condenados poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, por prazo não superior a sete dias, durante cinco vezes ao ano (Natal/Ano Novo, Páscoa, Dia das Mães, Dias dos Pais e Dia das Crianças). Segundo relatos de moradores, durante a época destes feriados, a cidade de Itirapina torna-se mais movimentada, em decorrência da liberação dos presos das duas penitenciárias.

De acordo com as informações dos agentes entrevistados, são liberados, em média, cerca de 400 presos, se somados os números dos detentos das duas unidades prisionais de Itirapina. Reportagens sobre as saídas temporárias são comuns durante a época dos feriados acima descritos. A reportagem abaixo é sobre o feriado do Dia dos Pais de 14 de agosto de 2011:

> Começa nesta quinta-feira (11) a saída temporária dos presos para o Dia dos Pais que será no domingo (14). Na penitenciária I de Itirapina, 231 presos foram beneficiados. Detentos da Penitenciária II sairão na sexta-feira (12). O número total não foi divulgado. Na penitenciária de Casa Branca, 35 presos poderão visitar os pais. Nesses casos, os presos não vão usar a tornozeleira eletrônica. Na região Central, apenas os presos de Araraquara usarão o dispositivo. Na cidade, 163 detentos serão beneficiados na penitenciária e

[62] Lei de Execução Penal (LEP): http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm

> nos centros de ressocialização feminino e masculino. A saída será no sábado (13) EPTV[63].

As pessoas da cidade procuram ficar mais alertas e preocupadas principalmente durante os dias de entrada e de saída dos condenados das prisões, já que a maioria dos detentos não permanece na cidade e costuma viajar para outras localidades, sobretudo para os grandes centros urbanos e para a capital. Porém, as notícias veiculadas ajudam a disseminar o medo acerca das *saidinhas*:

> Dois homens foram presos depois de esfaquear o dono de uma pousada no bairro Vila Garbi [em Itirapina]. Segundo a polícia, a dupla estava em saída temporária da Penitenciária II de Itirapina, por conta do feriado do Dia das Crianças. Os dois rapazes, que não tiveram seus nomes divulgados, dormiram na pousada e, na manhã desta quinta-feira (13), alegaram não ter dinheiro para pagar a diária. Durante a briga, o dono da pousada foi esfaqueado pela dupla. [nome do comerciante], como é conhecido o dono do local, ligou para a polícia, que prendeu os dois criminosos em flagrante. Eles foram reencaminhados para a penitenciária da cidade[64].

Outra notícia sobre a saída temporária envolvendo um detento da Penitenciária II de Itirapina:

> Um foragido da Justiça foi preso em flagrante ontem à tarde, por volta do meio-dia, após roubar mais de R$ 700,00, entre dinheiro e cartões telefônicos, de uma mercearia na avenida Piracicaba, Jardim Paulista, em Dois Córregos. Segundo a Polícia Militar, [nome do detento], 28 anos, entrou no estabelecimento como se fosse cliente, efetuou uma compra no valor de R$ 18,80 e, na hora de pagar a conta, simulou estar armado, ameaçou funcionários e fugiu levando os produtos, R$ 657,00 em dinheiro e R$ 100,00 em cartões telefônicos. [nome do detento] foi preso em flagrante e levado à delegacia, onde foi constatado que estava foragido da Penitenciária II de Itirapina, onde cumpre pena por roubo e homicídio, desde a saída temporária do Dia das Mães[65].

Este direito conferido aos presos é chamado por praticamente todos os habitantes da cidade como *saidinha*. Segundo um agente, alguns detentos voltam para a prisão antes, pois

---

[63] Notícia sobre saída temporária dos presos de Itirapina divulgada em 11/08/2011: http://eptv.globo.com/epnoticia/noticias/NOT,3,51,363107,Saida+temporaria+beneficia+231+presos+da+penitenciaria+de+Itirapina.aspx. Acessada em fevereiro de 2012.

[64] Notícia veiculada no dia 13/10/2011: http://eptv.globo.com/epnoticia/noticias/NOT,3,51,373307,Durante+saida+temporaria+bandidos+esfaqueiam+dono+de+pousada+em+Itirapina.aspx. Acessada em fevereiro de 2012

[65] Notícia do Jornal da Cidade de Bauru, veiculada dia 31/05/2011: http://www.jcnet.com.br/Regional/2011/05/foragido-volta-a-cadeia-apos-roubar-mercearia.html. Acesso em fevereiro de 2012.

não possuem um lugar para ficar quando estão fora da prisão. Os motivos são diversos: pode ser o abandono da esposa ou de familiares, ou ainda, o detento não possuir mais nenhum vínculo de parentesco. Como disse (ASP) sobre um detento:

> O cunhado do cara não deixou ele passar o feriado na casa dele. O coitado saiu num dia e no outro dia já estava de volta, porque não tinha pra onde ir. Tem cara que só tem a prisão na vida dele, e mais nada (ASP).

Sobre a relação de um comerciante com a situação das *saidinhas*, o mesmo afirma sentir medo em Itirapina. A presença das penitenciárias, na opinião dele, é fundamental para o aumento de crimes e da violência na cidade. Sobre a *saidinha*, este comerciante declarou:

> Pra mim, a *saidinha* é só complicação; é muito preso circulando na cidade. Alguns demoram pra pegar um ônibus e sair de Itirapina. Tem uns que passam um dia aqui e só depois pegam ônibus. Tem outros que ficam andando pela cidade e passam o feriado inteiro lá na Nova [Itirapina, bairro da cidade], nos bares e nas bocas de fumo. Quando chega um feriado que tem *saidinha*, eu me programo para fechar minha loja mais cedo, antes do horário que eles liberam os presos. Eu tenho medo de ser assaltado. Quando eu sei o horário que eles vão sair, eu fecho tudo e vou pra casa (comerciante).

Assim como acontece em relação às horas previstas à visitação, moradores e comerciantes da cidade têm conhecimento dos dias e horários das saídas temporárias dos presos do regime semiaberto. Outro dado interessante de se notar é que durante as entrevistas tive conhecimento primeiramente com os próprios moradores e/ou comerciantes acerca das informações das *saidinhas*, e não com os agentes penitenciários entrevistados, assim como também ocorreu com as informações acerca dos horários de visitação das penitenciárias e uso do espaço do supermercado. Além dos funcionários encarregados pela manutenção da vigilância das penitenciárias, a maioria dos habitantes de Itirapina também sabe da diferença de horários da liberação dos detentos da P I e da P II, assim como também do pertencimento a diferentes facções: “Já foi ressaltado que o principal impacto que as facções trazem para a administração do Sistema - em termos macropolíticos - é a necessidade de separar os presos conforme o seu pertencimento faccional” (BARBOSA, 2005, p. 411).

> As saidinhas são programadas em horários diferentes, justamente para que não tenha o encontro de presos do PCC [da P II] com presos do CRBC [da P I]. Não podem soltar os presos no mesmo dia e no mesmo horário, senão eles podem se cruzar em qualquer lugar da cidade. Existem dias diferentes de

> entrada e de saída de presos, para que não haja brigas do lado de fora (advogada, moradora da cidade).

Além do mais, alguns comentários de habitantes de Itirapina foram muito díspares em relação às *saidinhas*:

> Tá tudo adaptado à vida das cadeias. Antes da gente se adaptar, a gente ficava com muito medo de tudo isso, inclusive das *saidinhas*. Agora a gente vê que não tem tanto perigo assim, já que todo mundo sabe os horários e os lugares onde estão as visitas de preso, ou a gente sabe quando é que os presos vão ser liberados das *cadeias* para as *saidinhas* (morador e parente de ASP).

> A gente fica desconfiado com a saída dos presos: se a população sabe que vai ter *saidinha*, é melhor fechar tudo, trancar a casa, já que os presos estão saindo da *cadeia* e vão ocupar Itirapina. Se a cidade tá cheia de presos, é melhor ficar trancado em casa, porque esses homens não tem nada a perder. Quem vai dizer que eles não vão cometer mais crimes (morador)?

Itirapina conta com duas linhas de ônibus suburbanas intermunicipais: uma que liga Itirapina a Rio Claro e que dispõem cerca de 6 horários diferentes ao longo do dia, com intervalos de duas horas entre uma viagem e outra. A outra linha liga Itirapina a São Carlos diariamente também, possuindo uma oferta de 8 horários, sendo o intervalo entre eles de duas horas também. Aos domingos, ambas as linhas possuem sua circulação reduzida, porém coincidem com as horas de visitação das prisões. Muitos familiares de presos costumam usar essas linhas de ônibus aos finais de semana. Os detentos, quando liberados pela saída temporária, costumam utilizar esses ônibus, causando incômodo de passageiros que, quando podem, evitam viajar nos dias de liberação e retorno dos condenados às unidades prisionais.

Pessoas que trabalham ou estudam ou que vão fazer compras nas cidades vizinhas de Rio Claro e São Carlos utilizam as linhas frequentemente. Alguns usuários destas linhas, principalmente estudantes, costumam fazer o trajeto entre Itirapina e São Carlos, por exemplo, de segunda a sábado. Muitas pessoas que viajam diariamente quase sempre se deparam com os detentos nos dias que antecedem e sucedem feriados. Abaixo, o relato de uma estudante que costuma utilizar a linha entre Itirapina e São Carlos descreve sobre o medo e a desconfiança sentidos durante o trajeto:

> Moro na cidade de Itirapina, mas trabalho e estudo em São Carlos. Todos os dias eu viajo no ônibus circular que liga as duas cidades, que dura cerca de uma hora. Eu diria que é normal encontrar pessoas que se comportam de maneira mal educada, às vezes falando palavrões. Mas teve um dia que senti essa agressividade de forma marcante. No final do ano, quando os presos

> recebem o indulto de Natal e Ano Novo, muitos deles costumam ir de ônibus até São Carlos para ir pra São Paulo. O ônibus nesse dia estava um pouco mais cheio em relação aos outros dias da semana, por isso acabei sentando perto do fundo do ônibus sozinha, perto da janela. Assim que o ônibus passou pelo ponto que fica na praça do centro da cidade, vários rapazes subiram com malas, mochilas e comida. Acho que eles estavam tomando café da manhã, já que era umas 7 horas da manhã. Um deles se aproximou do banco livre ao lado do meu, e pediu licença para se sentar: "– Dá licença, senhora?" Achei um pouco estranho, porque, normalmente, as pessoas não falam nada, elas vão sentando umas ao lado uma das outras. Deu pra perceber que aquele grupo de rapazes procurou lugares próximos uns dos outros, lá no fundo do ônibus. Aí eu fui percebendo, principalmente depois de alguns minutos de conversa entre eles, que era um grupo que havia saído das penitenciárias da cidade ou de manhã, ou na noite anterior. Eles falavam alto e eu prestava atenção na conversa deles, sendo que eles faziam questão de deixar bem claro a todo mundo que eles estavam no ônibus e quem eles eram, de onde estavam vindo e até do que seriam capazes de fazer. Passei a sentir uma pressão psicológica muito grande, uma sensação de medo e impotência. Era um grupo de cerca de dez homens, que pareciam ter boa saúde, corpos fortes; eu achei que poderiam até estar portando algum tipo de arma. Como eu ia saber? Eu me sentia muito intimidada. Diziam expressões entre eles que eram ouvidas por todas as pessoas do ônibus, que me deixava tensa, do tipo: "E aí, vai fazer ou não vai"? Ou "Agora, mano"?; "Essa é a oportunidade, não vamos perder"!; "Tá quase chegando em Sanca [referência à São Carlos], lá dentro depois não rola"!; "A gente tem que se garantir, tamo precisando de grana"!; "Ninguém aqui tem nada a perder, não, bora se garantir"!; "Eu sou detento mesmo, alguém aí vai falar alguma coisa"!?; "Entrei sozinho na cadeia, mano, faço carreira solo, não fui no embalo de ninguém, não, faço o que tô a fim"!. A sensação que dava era que a qualquer momento, eles poderiam roubar todo mundo do ônibus ou até algo pior. Muitas vezes, dois ou três do grupo se levantavam e andavam pelo corredor olhando fixo para as pessoas e seus pertences. Continuavam falando gírias e fazendo comentários que deixavam todo mundo intimidado até a viagem terminar em São Carlos. Todos os presos desceram na rodoviária, mas não roubaram nada de ninguém. Foi uma experiência que me fez passar muito medo, aí, sempre que posso, evito ir de ônibus nas épocas das *saidinhas*. Eu pego carona com alguém conhecido ou vou de carro (moradora).

Após discorrer acerca de vários elementos presentes na paisagem urbana do município, a intenção não foi de aprofundar minuciosamente cada exemplo dado (supermercado, bairro etc.), mas sim mostrar como cada situação apresentada se interliga entre si, na tentativa de apresentar fragmentos do cotidiano da cidade que são atravessados pelo ambiente "*cadeia*". A relação estabelecida entre o "dentro", pertencente à prisão, e o "fora", pertencente à cidade é, portanto, fluida e permeável, mantendo pontos de contato às vezes muito próximos, às vezes, um pouco mais distantes. Além do mais, as dimensões reduzidas da cidade, juntamente com o pequeno número de habitantes são fatores que propiciam outra dinâmica social, atrelada à presença de duas unidades prisionais.

A fluidez que separa e aproxima ASPs e presos produz fronteiras que não são estreitas. O embate de diferentes subjetivações faz com que os vários limites criados nesta fronteira se tornem amplos, com alguns pontos convergentes e outros divergentes, outros, ainda, ambíguos. Por alguns momentos, essas diferentes subjetivações parecem semelhantes, como é o caso das gírias, em que ambos os lados (se é que podemos dizer que existam lados demarcados) utilizam-se de um mesmo léxico. Em outro caso, o choque dessas diferentes subjetivações produz afastamentos, e o exemplo disso se dá na segregação encontrada dentro do supermercado e dos horários conhecidos pelos moradores e que são estabelecidos para que se evite o contato com visitas de presos.

A distância produzida nesta fronteira, fruto das aproximações e distanciamentos que essa relação entre subjetivações produz, cria juntamente ambiguidades percebidas através destas relações que envolvem o sistema prisional. Em outras palavras, não há limites claramente definidos, muito pelo contrário, já que as muralhas são prova da permeabilidade das fronteiras criadas. Há, portanto, uma muralha criada pelo Estado, na tentativa de separar instituição e cidade; porém, é por meio da criação dessas muralhas que se constroem pequenos muros, fronteiras e limites transitórios e simbólicos, que se alteram de acordo com os atores, situações e diferentes espaços.

Apesar de muitas vezes se aproximarem em seus comportamentos, ASPs e presos são aglomerados muito distintos. Na maioria das vezes, agentes e presos são opostos, não se misturam e agem de maneira conflituosa. Porém, a ambiguidade parece circundar as relações estabelecidas neste meio. Se num primeiro momento, há de um lado os "*polícias*", e de outro, "*ladrões*" já que ambos utilizam das mesmas gírias, expressões corporais e toda uma série de comportamentos, num segundo momento, há o afastamento, seja em relação à oposição trabalhador - vagabundo ou legal/formal – ilegal/informal; ou mesmo numa distinção de classe, com a ascensão dos agentes por causa da estabilidade financeira associada ao baixo custo de vida do pequeno município. Apesar de linguagem e comportamentos em comum, devido à necessidade de manter um convívio entre os estratos, não há aliança, mas somente um tipo de convívio específico.

A prisão, no caso de Itirapina, acaba por se comunicar mais intensamente com a cidade por causa do trânsito entre agentes e outras pessoas, permitindo então, que a rotina da prisão chegue (mesmo que fragmentada e reconfigurada) ao cotidiano da cidade.Em contrapartida, a cidade incorpora a prisão em sua vida cotidiana, havendo, desta maneira, a correlação de duas faces inseparáveis – o dentro e o fora.

> A prisão se abre cada vez mais para os fluxos que a atravessam em ambas as direções. Torna-se menos “total”, menos “mortificante”, no dizer de Goffman. Isto implica considerar a proliferação no seu interior daquilo que chamei de “codificação do contrato”, dos fluxos de capital que dissolvem e ao mesmo tempo assinalam a crise dos meios disciplinares (BARBOSA, 2005, p. 424).

O pressuposto totalizante da instituição, conforme afirma Goffman (2010), é, no caso de Itirapina, atravessado simultaneamente por inúmeras relações, situações, lugares e pessoas. Características e circunstâncias que talvez pudessem se dissolver em um grande centro urbano, emergem do interior de um *raio* de uma prisão e chegam a afetar todo o diminuto tecido urbano de uma cidade que sofreu a implementação de uma política estadual de interiorização de prisões por todo o estado de São Paulo.

Capítulo II

Circulação das gírias e determinados padrões de conduta: *é nóis que tá*

Palavras entre presos e agentes

Góes (2004) faz um breve balanço da década de 1990 em relação à situação econômica, social e carcerária: com a crise que assolava o Brasil e fazia desaparecer a oferta de emprego, a situação para conseguir um trabalho se tornava tarefa cada vez mais difícil, ainda mais com o fechamento de empresas localizadas em pequenas e médias cidades do interior paulista. Com a construção de 21 novas unidades prisionais e criação de cerca de 18 mil vagas de emprego por todo o estado, o governo estadual desconcentra a população carcerária localizada na capital, principalmente no Carandiru[66], espalhando-a por todo o estado; além disso, a construção de penitenciárias nas regiões mais afetadas pela crise criaria novas vagas de empregos. Conforme analisado no capítulo anterior, Itirapina inclui-se neste contexto, principalmente quando recebe a Penitenciária II, cuja obra foi concluída no ano de 1998. As histórias contadas pelos agentes de Itirapina e suas experiências com este novo cenário atravessado pelo sistema prisional encaixam-se no balanço feito por Góes. O desemprego e a falta de perspectiva profissional, aliados a uma possibilidade de remuneração fixa, além da oportunidade de emprego estável relacionam-se com o início da profissão de Agente de Segurança Penitenciária (ASP) para muitos trabalhadores no final da década de 1990.

Logo abaixo, ao longo da breve descrição das histórias de dois agentes, percebe-se em seus relatos a quantidade de gírias utilizadas, sendo estas, portanto, um dos principais assuntos deste capítulo: a discussão acerca da linguagem, deste tipo de comunicação codificada presente na rotina de uma instituição prisional e que chega até ao convívio da cidade de Itirapina, transmitida principalmente pelos funcionários públicos. A maneira de conversar na cidade, assim como também o conteúdo das conversas que circulam entre os

[66] Conhecido como Complexo Penitenciário do Carandiru, A Casa de Detenção de São Paulo já foi considerada a maior penitenciária da América Latina, chegando a abrigar mais de oito mil detentos. Nos anos 2000, iniciou-se o processo de desativação com a transferência de presos para unidades prisionais espalhadas pelo interior do estado. Alguns prédios do complexo foram demolidos, dado lugar ao Parque da Juventude.

diferentes tipos de pessoas de Itirapina, é modificada pela influência das *cadeias*. Este diferente jeito de se comunicar também cria diferentes tipos de sociabilidade, e a interação entre agentes e seus amigos, parentes, moradores mais antigos e comerciantes de Itirapina se reconfigura.

ASP é natural de Itirapina, seus pais nasceram e sempre moraram na cidade; ele possui ensino médio completo, requisito mínimo para poder prestar concurso público para agente penitenciário. Antes de ser agente, foi bancário em algumas cidades vizinhas da região de Itirapina. Ao ser demitido do emprego no banco, voltou para Itirapina e trabalhou em um pequeno escritório.

Quando anunciada a construção da Penitenciária II, deu-se início ao concurso para Agente de Segurança Penitenciária, e a oferta de cerca de 200 vagas de emprego passou a atrair a maioria dos moradores de Itirapina para os exames de seleção. No caso de ASP a remuneração corresponderia ao dobro do que recebia no escritório em que trabalhava. Depois das etapas iniciais, que incluíam prova escrita e entrevista, ele se convencera a abandonar seus anos de experiência com números e contas pela estabilidade oferecida pelo cargo no setor público e pelo alívio que isto lhe proporcionaria, segundo suas palavras. Aprovado em todas as etapas do concurso, ASP ingressa como Agente de Segurança Penitenciária em 1998, data da inauguração da segunda unidade prisional de Itirapina. Trabalhou como agente nesta unidade até 2006, quando houve a megarrebelião promovida pelo PCC por todo o estado de São Paulo. Foi feito refém durante este episódio, sendo usado como moeda de troca para a garantia de vida e de direitos dos presos durante as negociações feitas na megarrebelião.

Com o fim do motim, solto pelos detentos, ASP foi afastado do trabalho para tratamento psicológico, pois se encontrava muito abalado com o acontecido[67], regressou às suas atividades profissionais como agente após alguns meses distante da rotina da prisão. Porém, quando retornou ao trabalho, foi transferido para a Penitenciária I, sendo esta, na opinião dos agentes de ambas as *cadeias*, a unidade prisional com menor possibilidade de ocorrência de conflitos graves ou até mesmo de um motim, diminuindo, portanto, a probabilidade de se fazer novamente refém. Algumas justificativas dadas por ASP é de que a Penitenciária I, por ser menor, comporta um número reduzido de presos; além do mais, os reclusos da P I não estão ligados ao PCC, conferindo a esta unidade um ambiente mais calmo, cuja rotina de trabalho é mamão, ou seja, lá é mais fácil de lidar com os detentos.

---

[67] Como ASP afirmara, sua vida cotidiana sempre foi muito tranquila, tendo somente trabalhado num ambiente administrativo, cercado de papéis e máquinas de escrever, nunca antes pensou que poderia passar por uma situação que envolvesse este tipo de risco e tensão.

Na Penitenciária I encontram-se presos ligados à facção CRBC – Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade – além de detentos que não estão ligados diretamente a nenhum destes coletivos, sendo ambos chamados de *coisa*[68] pelos agentes penitenciários. Em outras palavras, o cotidiano da Penitenciária I é menos sobrecarregado de tensão e de conflitos do que a Penitenciária II[69]. Porém, nas palavras do agente entrevistado, "trabalhar na P I não é nenhum paraíso, porque é muito difícil e estressante trabalhar dentro de qualquer *cadeia*".

> A P I é mais tranquila que a P II. A diferença é a *facção*[70], né? Trabalhar com a facção é mais complicado. Para você ter uma ideia, na P I, os agentes trabalham com presos excluídos da *facção* ou que nunca pertenceram a nenhuma delas, ou com presos do CRBC, que não tem pra onde ir. O preso da P I acaba tendo que se comportar mais, porque se ele sair de *bonde* pode parar numa cadeia da facção, e aí ele pode morrer. Por isso, ele fica quietinho para não tomar *bonde* (ASP).

A partir desta fala, percebe-se como a linguagem utilizada pelo agente codifica-se em alguns pontos: *facção*, *bonde*, CRBC, P I, P II são exemplos de palavras utilizadas com um significado próprio, dentro de um universo particular – o sistema prisional. Na tentativa de demonstrar as diferenças entre as duas penitenciárias da cidade, o ASP parece não perceber, por exemplo, que o uso da palavra "facção" está relacionado diretamente com o PCC, e não com qualquer tipo de coletivo ou agrupamento.

Nota-se claramente como as semelhanças entre a vida dos agentes penitenciários, no que diz respeito à sua entrada no sistema, em muito coincidem com a falta de vagas de emprego e a política de interiorização das unidades prisionais paulistas. A maioria, de origem humilde, filhos de famílias simples de cidades pequenas do interior. Porém, se antes da entrada no sistema suas histórias de vida se diferenciavam em vários detalhes, posteriormente, características comuns a quase todos os Agentes de Segurança Penitenciária estão presentes em seu cotidiano, diferenciando-se apenas, agora, pelas marcas deixadas e pela reconfiguração que esta experiência adquiriu tendo como pano de fundo uma pequena cidade de quinze mil habitantes.

O percurso de vida de outro *guarda*, apesar da origem um pouco diferente em relação ao agente anteriormente descrito, agrega características semelhantes à história anterior: antes

---

[68] *Coisa* é designado para se referir aos inimigos do PCC, como por exemplo, membros de facções rivais. Segundo Biondi (2010), também é utilizado para se referir aos funcionários das unidades prisionais.

[69] Durante o trabalho de campo, alguns agentes afirmaram que a P I abriga membros do CRBC – Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade – que dominaria esta prisão.

[70] Facção: neste caso, o termo refere-se apenas ao PPC – Primeiro Comando da Capital.

de ingressar como funcionário público em um dos presídios de Itirapina, ASP trabalhava numa serralheria em outra cidade do interior de São Paulo, muito assemelhada à Itirapina: uma unidade prisional e cerca de 20 mil habitantes. Quando surgiu a oportunidade de prestar concurso, não teve dúvidas, pois o salário oferecido era mais que o dobro do que ele ganhava, já que ele também possuía ensino médio completo, requisito mínimo para poder ser aprovado no processo seletivo. ASP trabalha no sistema há 12 anos, e a grande diferença, entre o antigo trabalho e o atual, segundo suas palavras, é o estresse: se antes o seu material de trabalho eram apenas metais a serem cortados e soldados, atualmente são pessoas, como afirmou em uma entrevista: "Você está trabalhando com gente, sua matéria prima são seres humanos". E o estresse gerado vem da interação com a massa carcerária: "não é fácil trabalhar com *ladrão*, eles ficam te *mulando*[71] o tempo todo".

Além de ser agente penitenciário, ASP tornou-se membro do GIR – Grupo de Intervenção Rápida – e está lotado no setor chamado de penal: lugar onde são feitas as fichas dos presos, numa área mais reservada e burocrática. Neste posto de serviço, ele não fica dentro do *raio*, portanto, não entra em contato constante com os detentos. Como ele próprio disse: agora eu não sou mais *zelador*[72]. ASP afirma que começou a se interessar mais por assuntos como segurança, modelos de armas, cursos e palestras sobre contenção de rebeliões e por temas que envolvem violência. Ao mesmo tempo diz que continua fazendo *bico*[73] para "esfriar a cabeça da *cadeia*", juntamente com outro colega agente. Tendo estabelecido residência em Itirapina e morado por alguns anos em repúblicas de agentes penitenciários[74], ASP conheceu uma mulher natural de Itirapina, e hoje estão casados, tendo estabelecido definitivamente sua vida na cidade.

A descrição do início da carreia profissional destes dois agentes e de tantos outros que poderiam ser incluídos neste capítulo servem para remeter novamente o leitor no contexto da

---

[71] *Mulando*: incomodando, aborrecendo. Pode ser usado também como sinônimo de brincadeira.

[72] Trabalhar como zelador, ou na zeladoria: estar em contato direto com os presos. Alguns agentes costumam usar de ironia para se referir ao próprio emprego: trabalho de Zé: "zé-lador" de preso.

[73] "'Bico' é a gíria utilizada para denominar o trabalho informal, seja ele ou não o complemento de uma inserção formal no mercado de trabalho. É exercido por muitos agentes (assim como policiais) em seus períodos de folga. E, neste caso, tal atividade geralmente é ligada, direta ou indiretamente, à prestação de serviços na área de vigilância ou de segurança privada". (BARBOSA, 2005, p. 216-17).

[74] Da mesma maneira que estudantes universitários criam suas "repúblicas", os ASPs jovens e solteiros de Itirapina, oriundos de outras cidades, organizam suas moradias de maneira semelhante, a diferença é que ao invés de estarem ligados a uma universidade, os moradores são funcionários públicos que trabalham numa penitenciária. Apesar de não ter conseguido estudar minuciosamente o funcionamento destas repúblicas, pude perceber alguns detalhes, como por exemplo: uniformes de agentes penitenciários e vestimentas militares dos membros do GIR espalhados por uma das casas que visitei. Em uma república, por exemplo, cápsulas de balas de borracha e de bombas de gás lacrimogêneo e efeito moral estavam expostas na estante da sala, ao lado da televisão.

cidade de Itirapina e de suas relações. A partir dos relatos dos dois agentes acima, há de se perceber, em vários momentos, como as gírias permeiam a fala dos mesmos.

> Cria-se uma 'gíria institucional', através da qual os internados descrevem os acontecimentos decisivos em seu mundo específico. A equipe dirigente, principalmente em seus níveis inferiores, conhece também essa linguagem, e pode usá-la ao falar com os internados, embora passe a linguagem mais padronizada quando fala com superiores e estranhos (GOFFMAN, 2010, p. 53).

Sobre esta "gíria institucional", surgida na maioria das vezes dentro do ambiente da prisão, os agentes penitenciários de Itirapina afirmam ser indispensável o uso de gírias dentro da *cadeia*, sendo estas classificadas por eles mesmos como "ferramenta de trabalho" (Castro e Silva, 2008). Para a maioria dos agentes, a execução de suas atividades profissionais diárias torna-se impossível sem o uso de gírias, posto que os agentes precisam se adaptar à linguagem dos presos. Diferentemente da análise feita por Goffman, os "níveis inferiores" da equipe dirigente não são os únicos a partilhar dessa linguagem codificada. A maioria dos membros da diretoria incorporou em suas falas o uso de gírias também, já que esteve lotada nas turmas de guardas, no início de seu trajeto profissional como Agente de Segurança Penitenciária. Ademais, mesmo os "estranhos" ao sistema prisional também passam a fazer uso da linguagem carcerária nas conversas com agentes ou diretores:

> Não é necessário ressaltar o quanto o segredo, o controle das informações, é importante para o desenvolvimento das atividades criminosas. Sua manutenção é peça fundamental para furtar-se a todo tipo de controle policial. No interior das cadeias não é diferente. E um dos meios utilizados para burlar a vigilância do agente é uma modulação da linguagem, um exercício de força exercido sobre a própria linguagem que possibilita que o controle da informação não se desenvolva apenas sobre o conteúdo da mensagem, mas sobre a sua forma – essa modulação é a gíria. E se as informações circulam com uma velocidade impressionante, dentro e fora das cadeias, essa forma cifrada também muda velozmente. Quando o agente descobre o significado de uma palavra ou expressão, já existem outras para tomar o seu lugar. A cadeia é percebida, então, como um dos principais (senão o principal) "berçário das gírias" que circulam pela cidade: 'A maioria das gírias elas começaram dentro da cadeia, da cadeia ela vai pro morro, o visitante leva essa gíria pro morro e o morro leva pro asfalto. (...) Por isso que eu te disse que a gíria começou na cadeia, é uma forma que o preso tem pra se comunicar burlando o agente; ele cria determinados termos fora da compreensão do agente. Claro que depois o agente acaba descobrindo, né? Mas é uma forma de burlar...' (ASP *apud* BARBOSA, 2005, p. 281-2).

Estar atento a esta circulação de informações, possuindo conhecimento das codificações presentes na linguagem dos detentos é de fundamental importância para se manter atualizado sobre o que se passa dentro da instituição prisional e entre seus reclusos. Além disso, os próprios agentes de Itirapina afirmam que o desconhecimento das gírias implica a dificuldade de comunicação dentro da prisão, o que atrapalharia o funcionamento da *cadeia*:

> É outro idioma, e se você não souber você não consegue se comunicar com os caras [os presos]. Como é que você vai dar ordens para eles? Lá dentro, por exemplo, não tem essa de 'vai ser servida a refeição', o que tem é: 'vamo pagá boia[75]'. Se você não sabe que boia é comida, imagina as outras gírias, então. Se você não sabe essas coisas, tá perdido. Ou então, o preso fez cagada e você fala que ele tem que ir pro *pote*[76]. Não tem essa de 'você vai para o castigo' (ASP).

Durante o estudo de Iniciação Científica, tornou-se perceptível o uso frequente de gírias nas falas dos membros da diretoria e da chefia que ministravam um curso de reciclagem para as turmas de guardas (SABAINI, 2009). A gíria está presente nas falas dos funcionários das penitenciárias na maior parte do tempo, mesmo quando eles estão longe da prisão. Este tipo de linguagem, no caso de Itirapina, não está restrito apenas à comunicação entre internos e dirigentes como Goffman sinalizou. As gírias ganham uma dimensão para além dos limites da prisão, atingindo os outros moradores da cidade, tais como amigos e familiares de agentes penitenciários, além de outras pessoas que não possuem parentes trabalhando nas unidades penais.

O curso de reciclagem foi oferecido aos funcionários da Penitenciária II, ainda no ano de 2009. Interessante notar que o lugar onde as aulas foram ministradas foi o centro de catequese da Igreja Matriz de Itirapina, localizada no centro da cidade. Este é um sinal do quanto os acontecimentos relacionados com as prisões em Itirapina chegam a mobilizar os mais variados setores da sociedade Itirapinense; neste caso, a paróquia católica, incluindo aí uma das figuras mais importantes de uma cidade pequena do interior – o padre – cedeu um espaço que possuía infraestrutura necessária para a realização do curso. O prédio possui várias salas de aula utilizadas para catequese, sendo ocupado por agentes penitenciários e outros funcionários da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) durante os três dias em que aconteceu o curso. Além do mais, os membros da diretoria e da chefia são também agentes penitenciários concursados, mas que tiveram, para a obtenção desses cargos mais altos, além

---

[75] *Pagar boia*: servir a refeição.
[76] *Pote*: sinônimo de castigo, cela de isolamento.

de indicações políticas, maior tempo de experiência de serviço no funcionalismo público. Dada a obrigatoriedade de possuir diploma de curso superior como requisito para integrar a direção de uma unidade prisional, os membros da diretoria possuem, na maioria das vezes, bacharelado em direito.

Durante um dos cursos oferecidos aos alunos/funcionários, o Diretor de Disciplina da Penitenciária II foi o ministrante de um deles. Durante sua fala, ele se utilizava de uma enorme gama de gírias e de termos que julguei, primeiramente, serem de uso exclusivo do interior de uma prisão. Entretanto, segundo alguns agentes/alunos, essa maneira de ministrar a aula facilitava o entendimento, pois todos já estavam habituados com as expressões características da *cadeia*. Em um primeiro momento, foi difícil entender qual era o assunto da aula, contando com o auxílio de um agente para o entendimento de algumas palavras para poder compreender o assunto desenvolvido pelo diretor. Todos na aula pareciam entender perfeitamente, faziam perguntas e interagiam uns com os outros e com o diretor através do uso de muitas gírias. O ambiente da sala de aula da paróquia da igreja havia se transformado num ambiente semelhante ao da *cadeia*, no que diz respeito ao conteúdo das conversas e uso cifrado de uma linguagem que talvez tenha muito de suas origens nos *raios* de uma penitenciária.

Os agentes penitenciários inscritos na reciclagem só poderiam cursar as aulas em seu período de folga. Portanto, os cursos foram planejados para atender os horários dos quatro plantões, para que houvesse a possibilidade de todos os interessados participarem. Nenhum agente presente nos cursos estava uniformizado; todos estavam com roupas comuns, de uso cotidiano. Interessante notar que mesmo durante este curso de reciclagem os agentes se portavam de maneira diferente, todos sempre muito atentos e vigilantes. Alguns verificavam as portas de entrada do centro de catequese, dando a impressão de que alguma coisa pudesse acontecer ou alguém pudesse entrar no recinto que não fosse um funcionário da SAP; outros sempre comentavam os acontecimentos de seu último plantão de trabalho, relatando situações envolvendo agentes e presos. Durante o intervalo entre as aulas, quando perguntados sobre o porquê deste comportamento, alguns afirmaram que uma das consequências para se portarem desta maneira era justamente resultado da longa permanência dentro da *cadeia*:

> A *cadeia* te deixa assim, você sempre tem que estar esperto e atento com qualquer coisa. Por mais que não tenha *ladrão* aqui no meio da gente, a gente também é treinado para sempre ficar esperto, nunca se sabe o que pode acontecer na rua (ASP).

O agente penitenciário, diante do clima de tensão e vigilância constantes durante 12 horas dentro dos limites da prisão, acaba reproduzindo muito do comportamento e das gírias praticados dentro dos limites da prisão para fora da *cadeia.* É durante a execução das diversas atribuições dos agentes em seu período de trabalho que a rotina da prisão, suas práticas e comportamentos atravessam a pessoa do agente penitenciário. Não obstante, as gírias também acabam por fazer parte da vida dos agentes, sendo levadas por eles até o convívio na cidade, entre amigos e familiares. As atividades de um Agente de Segurança Penitenciária do estado de São Paulo assemelham-se muito às atividades exercidas pelos ASPs do DESIPE do estado do Rio de Janeiro, conforme analisado por Barbosa:

> Estão divididos em quatro setores (ou turmas), trabalham em regime de plantão e se ocupam das atividades mais comezinhas: recebem o efetivo carcerário da turma anterior através das anotações no livro de ocorrências; coordenam o "confere" dos internos nos horários estipulados; devem manter os postos de vigilância cobertos durante o período de serviço; inspecionam os cubículos onde estejam os internos que cumprem sanção disciplinar; participam das revistas e exame das grades e paredes dos cubículos; fiscalizam a distribuição das refeições; fiscalizam o procedimento da revista corporal e de alimentos; registram as ocorrências diárias – em caso da necessidade de tomada de medidas urgentes devem comunicar-se imediatamente com as chefias de vigilância e segurança da unidade e com a Coordenação de Segurança (BARBOSA, 2005, p. 137).

Retornando ao cenário do curso de reciclagem dos agentes penitenciários de Itirapina, apesar de perceber um clima um pouco mais informal, os funcionários com cargos hierárquicos mais altos permaneciam em constante vigilância, mas desta vez para com seus próprios colegas de trabalho: proibiam, por exemplo, o uso de bonés e óculos escuros durante as aulas e exigiam o uso de calças, desaconselhando as roupas curtas. Um chefe de plantão passava de sala em sala para verificar se seus subordinados estavam presentes, prestando atenção na aula, pois o mesmo chefe queria, segundo alguns agentes, "mostrar serviço" para a direção da unidade prisional, talvez na tentativa de galgar um cargo mais alto.

Uma das aulas assistidas foi sobre o "gerenciamento de crises": os agentes estavam sendo instruídos a se portarem em situações classificadas por eles como críticas, e para negociar com os detentos em condições extremas, como por exemplo, durante o princípio de uma rebelião. Porém, vale lembrar, de acordo com o diretor de disciplina, que o gerenciamento de momentos críticos serve também para a rotina da prisão, considerando que a resolução de problemas com presos se baseia, principalmente, na maneira de como as partes se comunicariam e se entenderiam. Em outras palavras, não há comunicação com o preso, ou

melhor, a comunicação se daria em algumas poucas situações, exclusivamente: na negociação de problemas ou conflitos e na imposição de ordens que visem à manutenção do equilíbrio da prisão.

Segundo o ministrante do curso, era visível que tudo na prisão se resume a um jogo de disputas travado sob a pressão de se estar em um dos ambientes mais perigosos e estressantes que existem, segundo ele: o *raio*[77] de uma *cadeia*. Para tanto, o agente penitenciário tem que estar preparado para lidar com o detento, e para convencê-lo a não se rebelar, pois, nas palavras do diretor, uma das principais características do agente penitenciário é a de ser responsável por resolver qualquer tipo de crise que aconteça dentro da prisão. O agente precisa ser um bom negociador; sua intervenção em situações extremas deve causar medo ao detento, fazendo com que este desista de sua empreitada: a fuga ou a rebelião. Como representante direto do Estado frente ao preso, o primeiro responsável por manter uma *cadeia em pé*[78] é justamente o agente penitenciário, segundo o diretor de disciplina e ministrante do curso que presenciei.

> A vigilância exercida pelos agentes sobre os presos e a vigilância dos agentes pelos presos, configuram um campo de lutas, onde as ações de ambas as partes assumem um aspecto velado. "Um duelo de inteligência", no dizer de um agente penitenciário (BARBOSA, 2007, p. 149).

A frágil estabilidade da prisão cria um constante estado de alerta e desconfiança, ainda mais porque as relações e acordos entre agentes e presos não se dão, muitas vezes, baseados na lei, apesar de tangenciá-la. Contudo, indo adiante na análise, não é necessariamente a lei que surge como base para a regulação de conflitos ou o gerenciamento das relações entre ASPs e presos que mantém o funcionamento da prisão. O estabelecimento de regras paralelas para a manutenção da ordem na prisão é fundamental para que não haja rebelião, devido às diferenças entre o número de agentes e presos, segundo as palavras de um agente: "diariamente, somos uns 50 contra 2000, e a gente sempre torce para que nada dê errado no nosso plantão. O que existe, na realidade, é uma forma de convívio entre a gente e eles [os presos]".

Durante uma entrevista, ASP afirmou sobre seu esforço diário para impedir o uso das gírias do lado de fora da prisão. Segundo ele, "depois de ficar falando 12 horas, você esquece que tá usando gíria". Apesar de tentar se policiar, evitando falar as palavras utilizadas dentro

---

[77] Pavilhão onde se encontram as celas e uma quadra poliesportiva localizada ao centro.
[78] *Manter a cadeia em pé*: expressão utilizada para se referir à manutenção da ordem na unidade prisional.

da *cadeia*, ele mesmo percebe que vários de seus colegas de trabalho costumam usar das gírias mesmo em seu período de folga, não se preocupando com o uso destas palavras fora do convívio intramuros. Indo além, há outros colegas de ASP que gostam de utilizar as gírias do lado de fora da prisão, ou seja, de expor as palavras aprendidas durante seu horário de trabalho. Devido à heterogeneidade entre os próprios agentes, o uso ou não de gírias correspondem, de certo modo, a estratégias de inserção e de estabelecimento de relações que se dão de diferentes maneiras no convívio extramuros. Além do mais, a concepção dessas relações e suas estratégias modificam-se nos mais distintos espaços, sejam eles os espaços da *cadeia* ou da cidade.

A propósito de seu horário de trabalho, ASP inicia sua fala comentando as gírias, e de como não consegue encontrar uma maneira de escapar delas. Ele próprio afirma que o agente "vai pegando um jeito de preso". O convívio intramuros faz com que o agente penitenciário adquira cada vez mais as características do comportamento de um preso, tanto na maneira de falar quanto na maneira de se portar. Toda uma série de expressões corporais acabam se modificando, isto é, sofrendo a influência dos modos de comportamento dos detentos. O agente é contaminado pelo *veneno* presente na cadeia, segundo suas palavras[79].

> Outra consequência dessa convivência no microcosmo da prisão é que muitos guardas vão perdendo sua identidade. Além da incorporação da violência, já discutida, nota-se também a incorporação das gírias dos presos, ou seja, passam a partilhar de uma mesma linguagem. Essa linguagem, mais que reação criativa aos controles prisionais, torna-se um instrumento de exclusão, maior para os presos, mas importante também para os agentes. Eles tendem a relacionar-se apenas com os colegas de trabalho também nos dias de folga, com o quais partilham, além da rejeição a qualquer crítica à instituição, também uma forte necessidade de auto-justificação, que pode ser fruto da consciência de que há fortes contradições entre o que a sociedade espera que ele faça como agente prisional e o que ele realmente faz. Essa é uma das manifestações mais radicais dos efeitos da chamada *prisionalização* (GÓES & MAKINO, 2002 p. 174) [grifos originais].

Além de ferramenta de trabalho, conforme já citado anteriormente, as gírias também aparecem como instrumento de exclusão dos agentes para com os demais moradores de Itirapina em seu horário de folga, durante seu convívio no espaço urbano da cidade. Alguns exemplos desse conhecimento acerca da linguagem utilizada dentro da prisão servem como registro exclusivo aos funcionários do sistema prisional por ASP: *mestrão, jega, boia,*

[79] Este efeito de "prisionização" também foi discutido no capítulo 1.

marrocos[80]. Apesar de num primeiro momento estranhar esse novo tipo de comportamento, ASP afirmou que os mais de dez anos de trabalho dentro da prisão fizeram-no entrar no *ritmo da cadeia*[81], apreendendo as gírias necessárias para a execução de suas atividades profissionais. Como ele mesmo afirmou: "A gente cai", expressão utilizada por ASP para dizer que as gírias e o tipo de comportamento característico de seu horário de trabalho são utilizados em sua casa e no convívio extramuros sem que ele perceba.

> Qualquer grupo de pessoas que permanece por algum tempo num lugar desenvolve uma "linguagem especial", um dialeto ou jargão, que representa sua maneira de identificar aqueles objetos importantes para a ação do grupo. Os garçons classificam tipos de fregueses e outros trabalhadores nos restaurantes, dão apelidos aos alimentos e usam sinais e gestos especiais para designar atividades importantes. O mesmo fazem os criminosos; e mesmo os ministros não são imunes a essa necessidade de classificar sua clientela e os colegas, porque, de outro modo, como poderiam organizar sua atividade de maneira ordenada e sensível (STRAUSS, 1999, p. 40)?

Apesar de ASP afirmar ser capaz de separar a esfera de convivência intramuros da convivência extramuros, muitos de seus colegas de trabalho não conseguem fazer o mesmo; outros, além de não conseguirem separar os dois lados (dentro e fora), ainda por cima exaltam esse tipo de comportamento. Ele afirma que a *cadeia* não é isolada das relações e da influência com o exterior, e que os agentes são os grandes responsáveis por este processo de comunicação entre o dentro e o fora, mas não são os únicos a transmitir as coisas que acontecem dentro da prisão para fora dela, ou seja, para a cidade. Os detentos e seus familiares seriam os outros responsáveis, porém em menor escala, pela difusão de informações entre o universo intramuros e extramuros.

---

[80] *Mestrão*: palavra utilizada pelos detentos para se referir ao agente penitenciário. Utiliza-se também: "senhor", "chefe", "chefão". *Jega* é sinônimo de "cama"; *boia* é o termo usado para designar a comida servida na prisão. *Marrocos*: palavra usada como sinônimo de "pão"; é comum também o uso de "*marroquinho*", para se referir a "pãozinho".

[81] Assim como os detentos, os agentes penitenciários, para conseguir conviver no ambiente da cadeia, precisam conhecer as regras, sendo necessário o aprendizado das práticas que ocorrem no interior da prisão. Interessante notar como o mesmo procedimento de aprendizado é compartilhado entre agentes e presos. Para um aprofundamento do aprendizado dos detentos em meio ao cotidiano prisional, cf. Biondi, 2010.

Palavras da *cadeia* em meio à cidade

O espaço reduzido da cidade, assim como seu número de habitantes, proporciona interação mais próxima entre a maioria dos moradores. A circulação de informações, como por exemplo, os acontecimentos ou boatos envolvendo o cotidiano de seus habitantes circulam em grande velocidade. Estes números reduzidos, conforme acima relatado, são os principais fatores que propiciam a rapidez na comunicação entre todos. Não obstante, o mesmo acontece nas duas unidades prisionais, porém a diferença entre prisão e cidade é o confinamento dos detentos num espaço ainda menor. A circulação das informações de um espaço mais reduzido que o da cidade – as duas unidades prisionais – acaba por alcançar dimensões maiores, abrangendo o tecido urbano de Itirapina.

Segundo estudos de pequenas comunidades de produtores de café feitas por Comerford (MS, sem data), as pessoas destes agrupamentos costumam conversar tanto na roça, quanto na cidade quando encontram parentes e conhecidos, conversam também em casa, com parentes ou vizinhos, conversam esperando o ônibus ou dentro do ônibus, durante o trajeto para a cidade; conversam durante os deslocamentos cotidianos, mesmo que seja caminhando. Conversam nas festas, antes e depois das missas, conversam na fila do banco e no posto de saúde; conversam nas ruas e nos caminhos. Sobre os assuntos das conversas, Comerford cita vários exemplos: conversas sobre tempo, se vai chover ou não, sobre brigas entre as pessoas da comunidade ou entre pessoas da mesma família, acerca da condição das roças e o que foi plantado, conversas sobre os preços dos alimentos ou das roupas, sobre a última ida ao médico, como também a respeito da saúde e da política. A forma ou o estilo da conversa também varia, conforme com quem conversa: mulheres ou homens, garotos e garotas, velhos, parentes, vizinhos e conhecidos mais distantes. O que há em comum nestas conversas, face à variedade de assuntos e atores que estabelecem uma comunicação de todos entre todos, é principalmente o que se fala: as pessoas falam de si mesmas e das outras pessoas de seu círculo cotidiano.

Assim como nestas pequenas comunidades, o mesmo acontece em Itirapina: pessoas conversam no supermercado, na fila do banco, na lanchonete, no bar, na praça central, nos ônibus que circulam entre as cidades de São Carlos e Rio Claro. Como a maioria dos moradores se conhece, quando se encontra, começam a conversar sobre os outros e si mesmos. Entretanto, além dos assuntos já citados anteriormente, como por exemplo, o tempo, a política, os preços das roupas ou dos alimentos etc., as pessoas de Itirapina incluem mais um

assunto em seus diálogos: os acontecimentos das prisões, as notícias trazidas por parentes e amigos que trabalham como agentes penitenciários que se espalham e circulam rapidamente pelas pessoas de Itirapina. Falar de si mesmo e de outras pessoas que estão inseridas em seu cotidiano implica em falar também sobre a rotina das prisões, peças integrantes do cotidiano dos itirapinenses.

Misturam-se, portanto, assuntos corriqueiros do dia a dia que envolvem os habitantes de Itirapina com os assuntos sobre o que acontece nas *cadeias* acabaram se tornando também assuntos da cidade. A presença constante dos *bondes* e barulhos de tiros tornam-se assuntos que circulam com os demais pela cidade, assim como também situações envolvendo a rotina profissional dos agentes penitenciários (que também são habitantes da cidade e compartilham de todas as informações, tanto as que dizem respeito à cidade quanto as que estão intimamente ligadas à prisão) misturam-se com situações cotidianas de Itirapina. Exemplo disso são as notícias analisadas no capítulo 1, como por exemplo, do agente penitenciário que foi acusado de cárcere privado e consumo de drogas com menores.

Sobre estes acontecimentos veiculados pela mídia, escapam as informações mais capilarizadas, conhecidas principalmente pelas pessoas da cidade, como por exemplo: vínculo familiar das vítimas e do suposto réu; a índole dos envolvidos no crime etc. Estas informações envolvem também questões de ordem moral, sobre o que se fala e para quem se fala estes assuntos, e de como isso é percebido, regulando a forma como as pessoas de Itirapina interagem, julgam e até classificam umas às outras.

Novamente, estas informações atravessam os limites das muralhas das duas penitenciárias, circulando entre a cidade e a prisão, estabelecendo certa comunicação e fluidez sobre o que é feito ou dito dentro das *cadeias* chegando até a cidade, assim como também o que é feito no convívio extramuros chega até ao ambiente da *cadeia*. Juntamente com o trânsito destas informações, as gírias são transportadas e decifradas entre os moradores que não são agentes, mas que possuem acesso a estas informações por manterem uma relação próxima com os funcionários das prisões. Segundo Comerford, essa observação e controle do jeito de conversar a respeito dos outros é também uma (entre várias) das formas de identificar o estado das relações entre pessoas e famílias e as próprias identidades e alteridades que estão em jogo.

Além disso, para poder se comunicar diariamente com outra pessoa, deve-se ter algo ou algum assunto em comum, assim como os pequenos produtores de café possuem informações cotidianas partilhadas entre eles. Ademais, no caso de Itirapina, para se

comunicar com gírias é preciso que o conhecimento do significado delas seja algo compartilhado por várias pessoas. A conversa consiste em fragmentos que servem como meios cifrados de comunicação para quem está dentro: eles deixam o estranho longe da compreensão do que se está conversando. A gíria, neste caso, principalmente entre os agentes penitenciários, aparece como código particular em relação a este tipo de conversa que sai da prisão e toma a dimensão da cidade.

Se, por um lado, o contato diário com os detentos é uma das explicações para que os agentes penitenciários adquiram o vocabulário característico de uma prisão, por outro lado, a relação cotidiana dos agentes penitenciários em seus dias de folga com os demais moradores da cidade serve, então, como meio de transmissão de algumas palavras que chegam até as pessoas que não possuem contato direto com a massa carcerária, nem nunca adentraram o *raio* de uma penitenciária. Portanto, há a necessidade de saber não apenas o comportamento particular dos agentes penitenciários e seus fragmentos de conversas, mas também sobre quem fala e a quem esses diálogos chegam. Um comerciante da cidade afirmou se sentir constrangido quando há a presença de alguns agentes em seu estabelecimento, pois:

> Muitas vezes, eles [os agentes penitenciários] ficam falando só entre eles, esquecem que você está do lado deles conversando. É "fita", "mano", "parada", "guenta", "sumemo"[82] e mais um monte de palavras que eu não sei o que significa. Se tiver mais de um guarda no ambiente, o assunto é cadeia. É outra língua; o cara para de falar com você e vai falar com o outro guarda só usando gíria. Eles não separam cadeia e cidade, ficam só falando em gíria, aí a molecada pega esse papo e começa a falar também (comerciante).

Essa ferramenta de trabalho (Castro e Silva, *idem*) acaba se incorporando ao comportamento do agente em sua vida extramuros. São poucos os que conseguem usar as gírias apenas em ambiente de trabalho, segundo a maioria dos agentes. Andando pelas ruas, é comum perceber como as gírias usadas dentro da prisão estão presentes no cotidiano da vida social da cidade. Uma série de palavras é compartilhada do lado de fora da prisão praticamente como um código utilizado por aqueles que vivenciam as experiências obtidas na rotina da *cadeia*. As pessoas que não trabalham nas penitenciárias sentem-se curiosas e ao mesmo tempo incomodadas por estarem um pouco distantes do entendimento da conversa. Entretanto, aquelas que compartilham desta linguagem não se sentem integrantes de um grupo visto como privilegiado.

---

[82] *Mano*: significa amigo, camarada. *Parada* refere-se a alguma coisa ou negócio, por exemplo: "como é que está a *parada* aí" ou "tenho uma *parada* pra te dar". *Guenta* significa ajuda: "eu tive que dar um guenta para o meu camarada". *Sumemo* refere-se à expressão: "é isso mesmo".

> Ao longo do tempo, os novos funcionários foram sofrendo o efeito de contágio que a prisão exerce não apenas sobre os presos, mas também sobre os agentes que estão em contato constante com eles. Trata-se da chamada prisionalização, já abordada por especialistas com alcances diversos, percebida de forma bastante concreta no cheiro de cadeia que impregna presos e agentes, e na linguagem carcerária – a famosa gíria de cadeia – criada pelos presos, para não ser entendida pelos agentes, mas que acaba por ser incorporada por muitos deles, chegando inclusive às ruas (GÓES, 2004, p. 225).

Muitas pessoas da cidade costumam frequentar uma das mais tradicionais barbearias de Itirapina. Dentre elas, muitos agentes penitenciários são clientes e frequentemente vão fazer a barba e/ou cortar o cabelo, ou simplesmente, como acontece muito em estabelecimentos comerciais deste tipo, atualizar as informações sobre o que acontece em seu meio. Itirapina possui alguns poucos salões de barbeiro, e deste modo, a concentração de pessoas na barbearia além de ser grande, reúne na maioria das vezes, os mesmos clientes. Além disso, as relações de amizade estabelecidas no pequeno círculo social da cidade propicia a manutenção dos mesmos frequentadores do estabelecimento.

Diante disso, esse salão tornou-se ponto privilegiado na obtenção de dados tanto sobre o cotidiano da cidade quanto sobre a rotina das duas prisões, já que neste lugar conflui todo tipo de pessoa, principalmente agentes penitenciários. As conversas, quase sempre, envolvem política local, futebol e comentários relacionados com o cotidiano de Itirapina e de seus moradores. Assuntos envolvendo a rotina das duas penitenciárias, os acontecimentos relacionados à provável violência praticada no interior dos pavilhões, assim como o cotidiano pessoal e profissional de muitos agentes somam-se aos assuntos que são discutidos entre os frequentadores do local.

O trânsito de agentes durante o horário de funcionamento da barbearia propicia assuntos que envolvem algum acontecimento rotineiro do ambiente da cadeia. As gírias ganham mais evidência e intensidade na fala dos agentes presentes e as pessoas que não pertencem ao círculo profissional das penitenciárias sentem-se deslocadas de vários assuntos que envolvem a rotina do sistema prisional. Assim como observado por Silvestre (2011)[83], a expressão "*papo de cadeia"* é um tipo de diálogo estabelecido entre as pessoas da cidade – principalmente no âmbito dos agentes penitenciários – que remete a assuntos referentes ao que acontece nas duas unidades prisionais da cidade. É muito comum ouvir a expressão "*papo*

[83] Silvestre, Giane. Dissertação de Mestrado sobre o município de Itirapina, 2011.

de cadeia" entre os moradores, comerciantes, agentes penitenciários ou qualquer outro habitante de Itirapina quando o assunto é sobre algo relacionado com as penitenciárias.

Mesmo estando em um ambiente público, as falas dos agentes são permeadas de gírias, sobre histórias *cabulosas*[84] e *fitas de mil grau*[85] ocorridas dentro da prisão. Reclamações sobre a falta de funcionários, sobre a incompetência dos colegas de trabalho ou dos diretores, reivindicações por parte dos presos, boatos sobre alguma atividade durante o dia de trabalho, são constituintes do cotidiano do salão e da fala dos clientes.

Quando se reúnem, a maioria dos agentes penitenciários possui um rol extenso das mais variadas histórias sobre o que se passa dentro das penitenciárias, além das histórias particulares de cada um. São poucos os agentes que não falam sobre o que aconteceu durante seu horário de trabalho, ou que deixam seus assuntos intramuros somente do lado de dentro da prisão, apesar de muitos expressarem, nas entrevistas, um vão esforço na tentativa de se policiarem. Interessante foi o encontro entre um agente penitenciário que trabalha na Penitenciária I e outro que trabalha na Penitenciária II: ambos se cumprimentaram, um perguntando para o outro como estava o dia de serviço em seu respectivo local de trabalho:

> O guarda que trabalha na P II pergunta:
> – E lá embaixo, (apontando para a direção onde se localiza a Penitenciária I) como é que tá? Tá tudo em ordem?
> O guarda que trabalha na P I responde:
> – *É nóis que tá*[86]. Lá tá na paz (se referindo à P I). E lá em cima, (apontando para a direção da P II) como é que tá? Tá tudo beleza também?
> O guarda da PII responde:
> – Tudo daquele jeito, vamo levando[87].

Depois disso, os dois começaram a conversar sobre o último plantão de cada um e sobre alguns fatos corriqueiros, como o comportamento exaltado de um ou outro preso, sobre a entrada e saída de detentos e sobre boatos acerca de reivindicações salariais propostas pelo sindicato. A impressão que se tinha durante a conversa era o interesse no assunto de um pelo outro para saber como estão as condições da penitenciária de seu colega. Tudo indica, devido ao constante estado de alerta e vigilância, a necessidade de atenção permanente ao que acontece tanto em sua penitenciária (local de trabalho), como também na outra (local de trabalho de seu colega), com a preocupação em saber se a manutenção da custódia dos presos está sob controle. Resumindo, não basta estar preocupado somente com a rotina do seu lugar

---

[84] *Cabuloso* (a): que envolve perigo, que é arriscado ou ameaçador.
[85] *Fita*: um acontecimento, evento ou circunstância. *Mil grau*: intensidade e importância do acontecimento.
[86] *É nóis que tá* é uma expressão semelhante a: "está tudo sob controle".
[87] Este diálogo foi presenciado sem o uso de gravador, sendo prontamente anotado em meu caderno de campo após o ocorrido.

de trabalho; torna-se necessário estar a par dos acontecimentos da outra unidade prisional também, principalmente por meio das conversas com outros agentes que lá trabalham. Saber da situação em que se encontram as penitenciárias seria uma maneira pela qual os agentes poderiam medir os riscos (para eles, sempre iminentes) de que algum tipo de conflito possa tomar a dimensão da cidade.

Percebe-se ao longo de toda a conversa, os assuntos corriqueiros compartilhados entre estes dois agentes, e que o conteúdo do diálogo constituía-se de uma enorme quantidade de gírias, sendo por algumas vezes de difícil compreensão do assunto; apenas os dois agentes conversavam entre si. Os demais clientes não participavam da conversa, pois, apesar de nenhum dos dois agentes fazer questão de conversar de maneira reservada, as outras pessoas presentes sentiram-se isoladas pela incompreensão. Apesar da clareza com que eram ditas as palavras, elas pareciam não fazer sentido para quem não era agente penitenciário. Entretanto, esse ato de se comunicar através de códigos particulares a determinado grupo, coloca os agentes num contexto de classes, grupos, famílias, amigos etc. que se inter-relacionam. É muito comum, em Itirapina, os agentes andarem vestidos com o uniforme de trabalho pelo espaço urbano da cidade. Na barbearia não é diferente. Muitos, quando saem do trabalho, vão direto para lá sem ter a necessidade de trocar de roupa nos vestiários da unidade prisional. Não há necessidade, portanto, de esconder o uniforme de ASP, pois é muito comum ver agentes penitenciários uniformizados caminhando ou se locomovendo de bicicleta pelas ruas de Itirapina[88].

Um dos motivos pela qual os agentes penitenciários mantêm de maneira tão próxima a rotina da prisão com seu cotidiano na cidade está relacionado à demonstração de um saber das atividades da *cadeia* e, portanto, de uma posição social diferenciada. Em resumo, para muitos ASPs, não há motivo para constranger-se ao falar da prisão, pois evidenciar sua profissão de agente expõe também o prestígio de ser um funcionário público concursado, qualificado pelo conhecimento adquirido no interior da prisão, portanto restrito ao círculo dos agentes apenas.

> O agente, de tanto ter que usar gírias durante todo o período de trabalho, pega o jeito do preso e acaba se comportando fora da prisão dessa maneira. O maior problema de se usar gírias do lado de fora da *cadeia* é que se o agente conversar com estranhos se portando dessa maneira, pode sofrer com isso. Se a pessoa que estiver conversando com ele é um PM à paisana, pode achar que o *guarda* é um detento. Por outro lado, se o cara [agente penitenciário] conversar com algum desconhecido que é ligado ao crime, essa pessoa pode perceber que ele é um agente, e aí ele tá perdido, porque

[88] Esta exposição da imagem do agente será desenvolvida no capítulo 3.

> ele pode correr risco de vida. Se o cara não tomar cuidado, *os ladrão* que estão na rua pega muito fácil o seu jeito de falar (ASP).

Pode ocorrer de o agente ser confundido com um *ladrão*, caso esteja conversando com um policial à paisana e sofrer algum tipo de constrangimento, caso não esclareça o mal-entendido. Ou ainda, se um agente conversar com um provável criminoso sem que o saiba, ele pode correr perigo se confundido com um *polícia*[89]. Desta maneira, é curioso notar como o agente penitenciário, a depender com quem se relacione, pode ser considerado *polícia* ou *ladrão*. Deste modo, duas categorias opostas (*polícia* e *ladrão*) podem ter, em circunstâncias semelhantes, porém em perspectivas diferentes, origem na imagem do agente penitenciário.

Além da relatividade entre as conotações que podem ser adquiridas pelo agente penitenciário face às diferentes formas de interação, a diferença, neste caso, para que o agente não esconda sua profissão e não se policie em relação ao uso de gírias é justamente a dinâmica de uma cidade pequena como Itirapina. Os agentes penitenciários da cidade, capazes de reconhecer a maioria das pessoas, assim como identificam as diversas redes de relacionamento, amizade, parentesco, etc., conseguem ostentar a profissão graças a uma menor probabilidade de correr algum tipo de risco por estar menos exposto ao desconhecido. Já num grande centro urbano, como os laços de amizade e parentesco, o conhecimento e o pertencimento à dada esfera de convivência estão diluídos em meio à multidão de habitantes, há a necessidade de um maior policiamento para que não se exponha diante de um indivíduo que possa pertencer ao universo prisional.

Por muitas vezes, os agentes penitenciários e as pessoas de Itirapina costumam se referir às Penitenciárias como “lá em cima” (Penitenciária II) ou “lá embaixo” (Penitenciária I). Não há, aparentemente, qualquer tipo de relação hierárquica neste caso. Apesar de a cidade de ser plana, essa classificação dos lugares se dá espacialmente, e é comum haver uma espécie de mapeamento espacial compreendido em um conjunto de locais considerados como pertencentes à parte “alta” e outros à parte “baixa” da cidade. Assim, outros locais de Itirapina são também encaixados neste tipo de classificação: sobre o hospital municipal afirmam que se localiza na parte de baixo da cidade, e o ginásio municipal de esportes na parte de cima, por exemplo.

Dependendo do grau de intimidade entre os agentes, não há necessidade de se utilizar das referências “em cima” ou “embaixo”. Quando um agente conhece muito a vida do outro e

---

[89] Polícia: termo usado pelos detentos para classificar quem não é *ladrão*: agentes penitenciários, policiais civis e militares, agentes de escolta etc.

já sabe à qual penitenciária pertence e quais funções ele executa dentro da prisão, dispensam apresentações, e a partir de perguntas simples, um consegue entender a fala do outro. Ter conhecimento sobre a vida de outro agente muitas vezes diz respeito a situações anteriores da construção dos presídios ou da admissão de alguém como agente penitenciário, haja vistas que o conhecimento mútuo vem desde a infância por morarem na cidade desde o nascimento. Sendo assim, o início de uma conversa entre agentes pode se resumir desta maneira[90]:

> – E lá?
> – Lá tá tudo bão, e lá?
> – Bão tamém[91]

Após visitar durante vários dias a barbearia, prestando atenção nas conversas, gradativamente tornava-se claro que alguns comentários tendem a se sobrepor em relação a outros. Um assunto sempre trazido à tona pelos moradores diz respeito ao problema da segurança da cidade face à presença das penitenciárias e à insegurança vivida pelos moradores de forma velada. Esses diálogos acontecem, na maioria das vezes, longe da presença de um agente penitenciário, a não ser que haja intimidade suficiente para isso. Uma das conversas debatidas com mais intensidade deu-se a partir do questionamento da segurança e da privacidade de cada morador de Itirapina, já que alguns clientes da barbearia comentaram sobre ligações telefônicas que teriam recebido, ameaçados pelo chamado "golpe do sequestro". Neste golpe, a pessoa que efetuou a chamada diz ter sequestrado um parente, pedindo uma quantia em dinheiro para libertá-lo. Durante a conversa, alguns moradores afirmaram que o golpe é praticado dentro dos presídios, mas muitos acreditam que as ligações não se originam somente das penitenciárias de Itirapina, mas como também de outros presídios espalhados por outras cidades do interior.

Algumas pessoas se mostraram surpresas com a facilidade com que os golpistas imitavam a voz da pessoa supostamente sequestrada (tio, tia, filho ou filha etc.). Outros moradores insistiam em relacionar a aplicação do golpe com a presença das penitenciárias, e de como os presos devem conhecer muito a vida das pessoas de Itirapina. Alguns ficavam indignados com a presença dos presídios e afirmavam que eles são a causa do aparecimento de vários tipos de crime: tráfico e consumo de drogas, acerto de contas por dívida com drogas

---

[90] Este tipo de diálogo é comum em Itirapina, não sendo exclusivo apenas no círculo de agentes penitenciários. É importante deixar claro que este tipo de conversa descrito aqui ocorreu inúmeras vezes, tanto em relação à obtenção de informações entre um e outro agente, como também para apenas iniciar-se uma conversa que não dizia respeito à rotina das prisões.

[91] *Bão*: expressão comumente utilizada no interior para se referir à palavra *bom*. *Tamém* refere-se à palavra *também*.

ou com outra atividade ilícita (como roubo de carros, por exemplo). Além do mais, os clientes mais idosos e demais frequentadores do salão comentavam, em tom saudosista, como a cidade era mais calma e menos violenta na época em que não havia a instalação das penitenciárias.

Durante uma dentre as várias visitas à barbearia, havia três agentes que conversavam entre eles sobre o erro na contagem de presos entre o plantão anterior àquele em que os três trabalham, pois, a cada 12 horas a equipe de guardas é substituída por outra. Percebe-se como cada agente cria uma relação de pertencimento com o seu horário de trabalho e sua respectiva equipe. Por algumas vezes, um *plantão*[92] pode culpar o outro caso haja algum erro na vistoria dos presos porque durante a troca de plantões é realizada a contagem; isto é uma das regras estabelecidas na prisão e que faz parte do *confere*[93].

> A "turma de guarda" é a menor unidade operacional em uma unidade do Sistema. (...) O grau de autonomia decisória que a faz um "corpo coletivo" que irá variar continuamente, assim como a direção, entre o pertencimento e a inclusão; a relação de "a bandono" que a faz ora tomar o aspecto de um "bando" (imagem da matilha), ora de ponta-de-lança, raiz da árvore disciplinar plantada no solo rizomático do crime (operando a transformação da multiplicidade em massa - "massa prisional", como é costume se falar dentro das cadeias). (...) Por outro lado, "corporativismo" assinala, para quem trabalha na turma de guarda, o comprometimento da turma com ilegalismos que surgem do contato e da negociação com os presos; exprime a pressão exercida sobre aquele que não quer enxergar e se adequar a "realidade" da vida prisional. (...) Por fim, o corporativismo nos remete a uma certa esquizofrenia que está na base da administração da pena de prisão. Cada turma, ao ter sua própria "maneira de trabalhar", imprime um "ritmo" diferente na cadeia, ao mesmo tempo em que dificulta, em muito, o controle dos desvios (BARBOSA, 2005, p. 204-7).

No decorrer da conversa, os três agentes estavam irritados com a falta de competência do *plantão* anterior, que, segundo eles, errou a contagem de presos. A competência em vigiar e fazer a contagem dos detentos, além de contornar as situações ditas como extremas não se concentram apenas no *guarda* incumbido de tal tarefa. Grande parte da responsabilidade da prisão e dos problemas ocorridos durante seu horário converge na figura do *plantão*, ou seja, de toda a equipe plantonista, inclusive em seu chefe. Segundo vários agentes, cada um é responsável por seu *plantão*, tendo cada qual sua "maneira de trabalhar", imprimindo diferentes "ritmos", conforme apontado acima por Barbosa. É importante notar aqui que

[92] Plantão: turno de 12 horas de trabalho. Cada plantão possui um chefe e a turma de guardas responsável por seu respectivo plantão é fixa. Para trocar de plantão é necessário encontrar alguém disposto a fazer a permuta de horários.

[93] Confere: conjunto de práticas que envolvem conferir o fechamento das celas e a contagem dos presos.

nenhuma outra pessoa, além dos três agentes, conversava na barbearia. As demais pessoas que estavam presentes não eram agentes e ficaram apenas ouvindo a conversa:

> - Você acredita que tinha nove [presos] na cela 1 e contaram oito?
> - Sério? Cara, que cagada.
> - O [nome do agente] é mó forgado, fica lá no raio, na hora de bater tranca e fazer a contagem, só faz merda.
> - É nessas horas que a diretoria tinha que chegar junto.
> - A verdade é uma só, a gente não tem diretoria.
> - Sabe o que a gente não tem? É união.
> - O plantão do [nome de outro agente] tem hora que só faz *fita errada*, tem trabalhar direito, pô!
> - Pior é quando tem cara que falta e eu sou convocado no final de semana. Desse jeito, eu nunca tenho folga, vou começar a faltar pra ver o que vai acontecer naquele plantão.
> - Final de semana é foda, tem que ficar nas revistas, não aguento mais dar geral em *jumbo*[94].

Vale lembrar que um deles estava de férias, e reclamava por ter sido convocado para fazer uma blitz. Quando há uma ação surpresa para vasculhar o presídio em busca de drogas, telefones celulares e armas, todos os agentes são convocados, mesmo os que estão de folga ou em férias. Terminada a conversa e os cortes de cabelo, os três agentes deixaram o local. No momento em que os agentes saíram, só havia um único cliente na barbearia, além de mim e do barbeiro. Foi então que esse cliente comentou, por saber que eu estava fazendo minha pesquisa e ficava atento aos assuntos e comportamentos expressos pelos agentes ali no salão: "você percebeu?" Fiz sinal de negativo com a cabeça. O cliente continuou: "um deles estava armado, você não viu? Eles sempre andam armados, depois que o governo autorizou o porte de arma para os *guardas de presídio*[95]".

A discussão prosseguiu acerca do misto de segurança e medo que a figura dos próprios agentes pode trazer, na opinião desse morador. O cliente se perguntava qual era a necessidade para os agentes penitenciários estarem sempre armados numa cidade pequena e calma como Itirapina, ainda mais porque, para ele, não haveria sentido um agente portar arma dentro de

---

[94] Este diálogo foi anotado em caderno de campo posteriormente, por não ter sido possível gravá-lo.

[95] A concessão do porte de arma de fogo, de uso permitido fora do serviço, agora é de competência da SAP (secretaria da Administração Penitenciária). A competência da SAP para tratar sobre o assunto foi publicada no Diário de Oficial de 1° de junho de 2011, na Resolução SAP 124. Com isso, integrantes do quadro efetivo dos ASPs, dos AEVPs e dos motoristas dos veículos que transportam presos, desde que cumpram os requisitos estabelecidos pela Polícia Federal poderão portar armas de fogo fora do ambiente de trabalho.A Resolução SAP 124 , reeditou com alterações a Resolução SAP-235, de 05 de outubro de 2010, que "Reedita com alterações a Resolução SAP-99, de 29 de junho de 2007, que dispõe sobre o porte de arma de fogo, de uso permitido, aos ASPs e AEVPs. A Resolução também altera a Resolução SAP-239, de 09 de setembro de 2008, que muda as instruções normativas para da Resolução SAP-99, de 29 de junho de 2007. Informações retiradas do site do sindicato dos AEVPs do estado de São Paulo: http://www.sindaevpesp.com.br/modules/smartnoticias/item.php?itemid=261. Acesso em abril de 2012.

uma barbearia. Durante a conversa, outra pessoa chegou ao estabelecimento e, se inteirando do assunto, começou a dar sua opinião: “imagina se um bandido aparece aqui dentro do salão, tentando um assalto? Se o [nome do agente] desse uma de valentão e sacasse a arma, estaria todo mundo morto neste momento”.

Segundo vários agentes, portar uma arma é importante pelo fato da sensação de desconfiança ultrapassar os limites das muralhas e fazer com que todos se sintam ameaçados pelo medo de encontrar um bandido solto nas ruas, onde não há controle por parte dos agentes, por mais que a massa carcerária possua voz ativa dentro da prisão. O porte de arma é tido como sinônimo de segurança, pois a maioria dos agentes afirma que a rua é mais perigosa que a prisão: “eu sei que lá dentro [da prisão] eles estão presos, onde estão e o que fazem. Na rua, não se sabe, né?”. Além do mais, uma arma de fogo é objeto de ostentação entre agentes (tanto entre agentes como entre moradores da cidade, os guardas costumam ostentar suas armas, assim como seus carros). A arma não representa apenas demonstração de poder, mas também de um certo saber.

Na situação acima descrita, percebe-se que o agente penitenciário intenta ser o mediador vigilante da manutenção entre a ordem e a segurança, mesmo do lado de fora da prisão. Haveria, por parte dos agentes, demonstração do conhecimento adquirido através de anos de trabalho dentro de uma prisão, justificando, assim, seu comportamento no que diz respeito ao controle de um iminente risco que se transpõem para além dos limites de uma penitenciária. Há uma ideia de estabelecimento contínuo das práticas e dinâmicas operadas dentro do sistema prisional; entretanto, se dentro da prisão esta demonstração de poder é exercida em relação aos presos conhecedores do funcionamento do sistema, já no convívio extramuros, essa manifestação se dá, em sua maioria, entre moradores que desconhecem o trabalho rotineiro exercido numa *cadeia*. O sistema, portanto, não está compreendido apenas dentro do perímetro delimitado pelas muralhas e grades das unidades prisionais; ele se expande para a cidade, e a cidade insere-se, por sua vez, no sistema.

Como a cidade é pequena, os clientes que estavam conversando conheciam os três agentes pelo nome, sabiam a quais famílias pertenciam, além de conhecer as minúcias da vida de cada um. Justamente por alguns terem esse conhecimento tão detalhado da vida de outros na cidade, os moradores de Itirapina começaram a associar a índole de cada um dos agentes com a questão do porte de armas: “O [nome do agente] estava com arma porque ele sempre foi mal-encarado, sempre gostou de briga, já o [nome de outro agente] é mais calmo, aposto que esse nem tem arma em casa”. Portanto, por terem tantas informações sobre as pessoas de

Itirapina (e aí se incluem os agentes penitenciários), alguns moradores abrangem, em seus diálogos cotidianos, assuntos sobre quem potencialmente poderia estar portando ou não armas. É claro, vale lembrar, isso se dá em círculos restritos a conhecidos mais próximos, porém esses círculos vão se entrelaçando e formando uma rede que se cruza em diversos pontos: família, amigos, colegas de trabalho na prisão etc. Ou seja, uma totalidade de relações que ora se imbricam, ora se dissociam, ao mesmo tempo em que se movimentam multiplamente entre o que acontece na cidade – o lado de fora da prisão – e o que acontece dentro das unidades prisionais.

> Há como que um gênero ou registro próprio embutido em quase qualquer conversa através do qual se atualizam, com grande agilidade, informações sobre os outros e sobre os próprios conversantes, ao mesmo tempo em que se julgam as ações alheias e próprias. Essas conversas pressupõem, portanto, outras duas dimensões cruciais: estar atento ao que fazem os outros, e ter algo como um fundo de ações próprias (suas individualmente e/ou de um "nós" socialmente significativo e reconhecido) que possam ser contadas com orgulho (COMERFORD, MS, p. 1-2).

Um morador da cidade, que costuma frequentar a barbearia, e que não é agente penitenciário, admite ser afetado pela influência das penitenciárias:

> Esse tipo de coisa, essas conversas sobre cadeia o dia inteiro mudam o comportamento da gente; eu me sinto incomodado. Quando você escuta o pessoal [os ASPs] falando, você não entende tudo o que eles tão falando, mas sente que o clima fica carregado e daí você fica preocupado: 'nossa, acontece tanta coisa lá dentro que a gente nem imagina' (morador).

Apesar de haver um amálgama no embate de relações travado entre os diferentes estratos, algumas vezes é possível perceber que os agentes sofrem mais influência do comportamento dos presos que o contrário. Prova disto é a percepção da mudança do comportamento das pessoas no espaço urbano, onde agentes falam gírias e muitas vezes possuem "trejeitos de *ladrão*", segundo alguns moradores mais antigos da cidade. O dentro e o fora da prisão parecem estabelecer alguns pontos de contato permanente. Os limites da *cadeia* circunscrevem relações que estabelecem variados e diferentes tipos de comportamento, promovendo um transbordamento da prisão (GODOI, 2010), e, portanto, de suas relações para até outros elementos da cidade. Segundo o depoimento de um ASP: "O agente copia o preso, mas o preso não copia o agente. Você não escuta o preso falar dentro da cadeia: 'Oi, tudo bem'? Mas escuta o agente falar no meio da cidade: 'Firmeza? Qual é a *fita*?'".

Por outro lado, como afirmou outro agente penitenciário, não são todas as gírias que ultrapassam os limites das muralhas das penitenciárias e caem no uso cotidiano da vida dos moradores da cidade. Segundo esse agente, algumas gírias são fáceis de serem transpostas para o lado de fora da prisão. Outras, no entanto, têm seu uso quase que exclusivo dentro da *cadeia*, pois não haveria (até então) uma utilidade específica para ela fora do convívio intramuros (ou uma transformação durante o trânsito entre o dentro e o fora que mudasse seu significado). Nesse sentido, percebe-se que o uso de muitas gírias pelos agentes tem por finalidade, também, substituir algumas palavras usadas tanto no interior quanto no exterior da prisão. Sinônimo de objetos ou de ocasiões em que se torna impossível transpor esta similitude entre os mundos intramuros e extramuros, as gírias acabam tendo seu uso reduzido em um dos dois lados. Posto isto, a impressão é de que a comunicação entre esses mundos se rompe em determinados momentos, e a relação simbólica entre as palavras utilizadas na prisão e na cidade deixa de corresponder:

> Você não vai falar dentro da cadeia "vou abrir a porta", você fala: "vou *mixar* a porta". Mas também você não vai chegar em casa e dizer pra sua mulher: "vou *mixar* a porta para você entrar". Lá dentro [da prisão], só dá pra dizer de um jeito. Pra tudo eles [os presos] dão um nome. Mas isso você só aprende quando está lá dentro. *Mular* é uma palavra que a gente usa muito, e a gente usa também aqui fora. Às vezes a gente conversa sobre futebol e um fica enchendo o saco do outro, até que uma hora um solta: 'para de ficar me mulando'.Nunca você vai ouvir "castigo" dentro da prisão; você só vai escutar "*pote*". Para qualquer agente que você perguntar, todos vão saber o que é "*pote*". Acho que a gente usa mais gíria do lado de fora da *cadeia* do que as *visitas* [de preso]. Para eles, pega mal ficar falando que nem *ladrão* (ASP).

Nota-se, portanto, na afirmação desse agente, que os familiares de preso que utilizam da linguagem com gírias motivam preconceito. Entretanto, no círculo social de alguns agentes, as gírias tornam-se sinônimo de pertencimento ao grupo dos funcionários da cadeia. Percebe-se, assim sendo, como traços identitários relacionados às gírias podem ora aproximar presos e não presos, ora os afastarem. Segundo um comerciante da cidade, alguns de seus clientes são agentes penitenciários, assim como também há ASPs entre seus familiares. Diante da presença de alguns ASPs, esse comerciante diz sentir-se estranho às conversas tecidas por agentes em seu estabelecimento:

> Quem não trabalha nas penitenciárias se sente excluído da conversa, como eu. Eles [os agentes penitenciários] só conversam entre eles, só usando gíria. Na minha opinião, é a *cadeia* que deixou eles assim, com esse comportamento. Eu reprovo esse tipo de comportamento. O salário deles é

> bom, é muito bom para Itirapina. Só que tem uma coisa: o salário pode ser bom, mas pra mim, o emprego não é. Esse emprego é desgastante e degradante, o salário é bom, mas no final das contas, não compensa. É só ver de que maneira alguns andam por aí. Tem gente que eu conhecia antes de entrar na *cadeia* e era outra pessoa, agora parece um bandido, do jeito que fala. A maioria desses caras [agentes penitenciários] não consegue mais separar *cadeia* e cidade. Eles já estão inseridos num meio que não conseguem escapar (...) A molecada deles [os filhos dos agentes] acaba pegando alguma palavra que o pai fala em casa e aí sai falando na rua. Pra mim, isso é que nem contaminação; você fica doze horas escutando a mesma coisa de boca de *ladrão* e só pode dar nisso: ficar contaminado. Tem um amigo meu que é dono de bar, e um dia escreveu um cartaz pra provocar os caras: 'proibido *papo de cadeia*', porque ele não aguentava mais os *guardas* falando das penitenciárias o dia inteiro (comerciante).

Comunicação: gíria, celular, família e notícia

Um advogado da cidade, que trabalha muito em função das duas unidades prisionais de Itirapina, pois a maioria de seus clientes são detentos, fez alguns apontamentos acerca da situação da cidade. Ele também concorda que a gíria falada dentro das prisões ultrapassa os limites das muralhas e acaba "escapando" por toda a cidade. Não há como separar mais cadeia e cidade, na opinião desse profissional; para ele, as penitenciárias são parte do cotidiano e da própria história da cidade, completando: "olha, não sei te falar como seria Itirapina sem as *cadeias* hoje em dia; acho que a situação da cidade seria ainda pior".

Para esse advogado, tanto os agentes da P I quanto os agentes da P II são parecidos – ambos possuem o mesmo tipo de comportamento perante os presos, sendo que seus clientes costumam alertá-lo sobre os maus tratos que sofrem ASPs. Conforme já afirmado anteriormente, esse advogado afirmou ter conhecimento da existência de presos do CRBC na P I, assim como também de presos do PCC na P II. Apesar de não manter um contato tão próximo com as instituições prisionais, esse advogado afirmou possuir conhecimento sobre o uso de gírias, sendo que o desconhecimento destas palavras dificulta sua relação com seus clientes.

Entretanto, segundo um agente que já trabalhou em ambas as penitenciárias, há diferenças entre a P I e a P II, conforme já analisado: a presenças do CRBC na P I e do PCC na P II, além disso, a penitenciária I possui apenas um *raio*; já a P II conta com seis. Outro fator importante são as relações estabelecidas entre agentes:

> Na minha opinião, tem um pouco mais de união e de amizade entre os agentes da P II, do que entre os da P I. Eu acho que um dos motivos é porque o pessoal da P II tem um perfil mais jovem, são solteiros, gostam de se reunir, de fazer churrasco. Já o pessoal da P I é um pouco mais velho e mais fechado, cada um fica com sua família, pensa de maneira diferente da molecada. Eu até estranhei quando eu me transferi para a P I, porque o pessoal do plantão nunca tinha feito um churrasco para reunir a turma de serviço, coisa que acontecia direto quando eu estava na P I (ASP).

Durante as conversas com os presos, por muitas vezes o advogado disse que precisou interromper seu atendimento para poder perguntar o significado de algumas gírias. Por mais que ele aprenda algumas novas palavras e seus significados, o vocabulário é muito grande, além da constante frequência com que surgem novas palavras a cada ida às prisões. Exemplo disto foi sobre o termo *sumariando*: é um termo usado pelos operadores do direito, que significa, segundo o advogado, "ser ouvido em audiência no fórum", mas acabou tendo seu uso transformado pelos detentos para corresponder ao "ato de tirar satisfação". Durante sua fala, pude perceber que o advogado muitas vezes usou esta palavra. Tive que interrompê-lo para poder entender seu significado, pois ele utilizava-se da mesma expressão para designar situações diferentes. Segundo o advogado, os agentes também utilizam desse termo para "tirar satisfação" com algum preso.

Assim como os agentes, os detentos também possuem um conhecimento dos códigos jurídicos, da tramitação dos processos e seus procedimentos através do cotidiano da prisão: "Com o passar do tempo eu vou pegando mais do vocabulário de meus clientes. Eu vejo como eles [os presos] possuem um conhecimento maior sobre os artigos do código penal do que muito advogado que eu conheço por aí". Quando perguntado sobre sua relação sobre as prisões e seu trabalho, o advogado respondeu:

> No começo, eu tinha um ou outro cliente, da P I. Aí, depois que a gente vai fazendo o nosso trabalho, e ficando mais conhecido entre os presos, eles se comunicam entre eles mesmos, e os seus parentes foram passando meu nome para outros parentes, que vem me procurar. As recomendações vão passando de boca em boca, um preso fala pra outro, que fala para o parente e aí eu vou escolhendo meus clientes. Na verdade, eu tenho dois celulares: um para uso pessoal, e outro é um número que passo para os meus clientes presos. Como eles conseguem ligar lá de dentro, eu não sei, mas eu preciso ter um número só pra eles, porque toda hora eles vivem me ligando. Eu só não pego cliente que está envolvido com o PCC, é complicado mexer com eles. Não quero ser chamado de advogado do PCC (advogado).

Curioso notar o uso por parte de um advogado de um número de celular exclusivo para a comunicação com clientes presos, além do conhecimento acerca das facções presentes nas

unidades prisionais de Itirapina. Sua própria reputação pode ser colocada em jogo no círculo social da cidade caso ele fique rotulado como “advogado do PCC”. O advogado afirmou que costuma receber ligações quando seus clientes sofrem ou vem a sofrer algum tipo e abuso por funcionários da SAP. Por causa da distância reduzida entre seu escritório e as unidades prisionais de Itirapina, em poucos minutos ele consegue chegar à *cadeia* quando algum cliente solicita sua presença.

Conforme analisado do capítulo 1, a relação entre as penitenciárias, a cidade e as famílias de presos e de agentes se desenvolve de maneira constante; assim como muitos círculos familiares possuem mais de um ASP trabalhando nas penitenciárias da cidade. Uma professora entrevistada fez observações sobre a propagação das gírias, que se mesclam durante as conversas nas reuniões familiares, especialmente em feriados prolongados, por ter marido, irmão, tio e primos trabalhando como agente penitenciário. A professora afirmou sua curiosidade em relação aos assuntos e à maneira pela qual seus parentes agentes estabelecem diálogo quando em família. As gírias, de certa maneira, acabam incorporando-se ao contexto doméstico e ao vocabulário dos diferentes membros, sejam eles funcionários das penitenciárias ou não.

> Durante os finais de semana, ou feriado prolongado, minha família costuma se reunir para fazer churrasco. Os homens que trabalham na penitenciária acabam formando um grupinho separado do resto da família e ficam só falando sobre assuntos da *cadeia*. Às vezes eles ficam isolados do restante do pessoal. Eu percebo como as gírias são constantes na fala das pessoas da família que são funcionários das *cadeias*. Eles falam tanto em *cadeia* que chega uma hora que você aprende a falar com gírias (risos) (parente de ASPs).

Segundo a professora, a família é numerosa, cerca de quarenta pessoas se reúnem quase todo domingo ou feriado, mantendo estreita interação familiar, propiciada pela maior proximidade que umas pessoas têm das outras em uma pequena cidade do interior. É no momento de se reunir a família que se dá a aproximação com os diálogos e os assuntos sobre a rotina das *cadeias*, permeados pelas gírias.

Para além do âmbito familiar, as gírias podem chegar aos moradores da cidade tangenciando notícias divulgadas pelos órgãos de imprensa. Durante o ano de 2010, dois detentos da penitenciária II de Itirapina morreram nos meses de fevereiro e março devido a uma overdose forçada dentro da unidade prisional, resultado de conflitos entre os próprios detentos, segundo reportagem veiculada em 04 de março de 2010. Os dois presos envolvidos

nesse incidente foram mortos com uma mistura de estimulantes, cocaína e remédios para controle de impotência sexual. É de conhecimento dos detentos que a combinação destas substâncias provoca overdose, fazendo com que a vítima morra de ataque cardíaco. Como o detento é obrigado a ingerir essa combinação de drogas, dificulta-se a investigação na procura dos executores do crime e não há como incriminar alguém por homicídio:

> O defensor público criminal estadual de São Carlos (SP), [nome do defensor], suspeita que as mortes de três presos da Penitenciária 2 de Itirapina ocorreram por overdose forçada por outros detentos, devido a desentendimentos entre eles. Por isso, ele comunicou as denúncias recebidas à Promotoria e à Justiça de Rio Claro, além de dois núcleos da própria Defensoria Pública: a de Direitos Humanos e Cidadania e a de Situação Carcerária. Um preso morreu em setembro de 2008, de overdose já comprovada em laudo pericial. Os dois últimos casos, deste ano, estão sendo investigados pela Delegacia de Itirapina, segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP). Uma morte ocorreu em 15 de fevereiro e a outra, na terça-feira. [nome do defensor] diz que, se comprovadas as mortes por overdoses forçadas no presídio, o Estado deverá ser responsabilizado e indenizações às famílias das vítimas serão pedidas. [nome do detento], que tinha 33 anos, morreu em 2008. A SSP informou que o inquérito da morte de [nome do detento] foi encerrado e relatado à Justiça, onde corre sob segredo. [nome do detento], que tinha 30 anos, morreu em 15 de fevereiro deste ano, na Santa Casa de Rio Claro, com suspeitas de overdose por cocaína. E o caso mais recente é de [nome do detento], de 35 anos, que cumpria pena por furto e porte de arma, e morreu na terça-feira, também no hospital de Rio Claro. Ele teria sido obrigado a ingerir uma mistura de cocaína e Viagra. O Instituto de Criminalística de São Paulo está examinando os dois últimos casos e os laudos devem sair em um mês. [nome do coordenador], que é coordenador regional de execução penal da Defensoria Pública em São Carlos, também quer saber como as drogas entraram no presídio. E como os detentos mortos teriam sido forçados a engolir as drogas, além das agressões físicas sofridas durante esse ato, caso sejam comprovados pela perícia[96] (AGÊNCIA ESTADO 04/03/2010).

Durante esse acontecimento, circulou entre os habitantes da cidade, num primeiro momento, a possibilidade de tais presos terem se suicidado, consumindo enorme quantidade de drogas. Entretanto, com a divulgação dos acontecimentos pelos próprios agentes penitenciários, comentando o ocorrido em seus círculos de amizade e parentesco, sabendo que muitos estavam presentes no momento da crise de overdose, chegou-se à conclusão de que tinham sido obrigados a tomar esta mistura em razão de acertos de contas entre eles mesmos. Até esse ponto, as notícias trazidas pelos agentes coincidiam com as informações divulgadas pela mídia. Porém, curioso notar como esta notícia circulou por entre as pessoas da cidade de

[96] http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia/2010/03/04/overdose-forcada-pode-ter-matado-2-presidiarios-em-sp.jhtm. Acesso em março de 2012.

Itirapina: "os detentos morreram de *gatorade*[97]". *Gatorade* é uma gíria utilizada dentro das prisões para designar uma mistura de cocaína, estimulantes e medicamentos para impotência sexual, utilizada para matar.

O *gatorade* é utilizado na eliminação de presos rivais; seu consumo provoca overdose, deixando indícios de que a pessoa que utilizou o *gatorade* cometeu suicídio. De acordo com os agentes penitenciários, uma pessoa pode vir a morrer em menos de duas horas com a ingestão do *gatorade de cadeia*. Interessante notar a rapidez da circulação desta notícia e da assimilação do significado desta gíria, compartilhada em toda a cidade. É comum algum morador de Itirapina, após este acontecimento, ter noção do que é um *gatorade* feito dentro de uma prisão. A maioria dos entrevistados desta pesquisa já ouvir falar sobre o que é um *gatorade de cadeia*.

Esse último exemplo demonstra, mais uma vez, a permeabilidade entre a prisão e a cidade, e de como as gírias são elementos transmitidos para além do convívio intramuros contidos num conjunto de ilegalismos/informalidades circulantes. Se considerarmos as diferentes formas de se comunicar na prisão, seja através do corpo, com gestos ou "trejeitos de *ladrão*" ou através de palavras, codificadas nas gírias, há de se pensar nestes fluxos específicos de comunicação oral e corporal, que se realizam em qualquer lugar.

A disciplina e o controle não se encontram somente no espaço da prisão, proporcionando, assim, a falta de distinção dos espaços sociais. Cidade e prisão são atravessadas, uma pela outra, desterritorializando e reterritorializando (DELEUZE & GUATTARI, 1997, vol. 5) a prisão nos espaços da cidade, assim como o mesmo processo se aplica inversamente, mesmo que com nuances. Trânsito constante de práticas, palavras e valores, que fluem através de uma membrana que, cada vez mais, parece servir apenas para delimitar os cenários da cidade e da prisão e do estabelecimento das trocas incessantes entre o ambiente *cadeia* e o ambiente cidade.

> Todavia - e inaugurando um outro nível de análise - esses atravessamentos nos fornecem a chave para o entendimento da constituição dos processos de desterritorialização/reterritorialização que criam o cotidiano prisional. A cadeia se constitui na medida do seu atravessamento, daquilo que põe em movimento (BARBOSA, 2005, p. 317).

Através do projeto de instalação destas unidades prisionais por entre pequenas cidades do interior de São Paulo, no caso Itirapina, percebe-se a constituição da *cadeia* no

[97] *Gatorade* é o nome de uma bebida isotônica, utilizada para a reposição de líquidos e sais minerais, destinado principalmente aos praticantes de esporte. Como a bebida é associada muitas vezes à vitalidade e energia, faz-se alusão ao composto de estimulantes e cocaína preparado pelos detentos.

atravessamento da mesma em várias instâncias da vida e da dinâmica social destas cidades e de seus moradores. Focos do sistema, concentrados nas penitenciárias espalhadas pelo estado, espalham-se misturando *cadeia* e cidade em dimensões até então não encontradas. A comunicação, e mais especificamente, o trânsito destas gírias entre cidade e prisão é um dos exemplos, ilustrado de diversas maneiras neste capítulo, de como um espaço foi, e continua sendo, afetado pelo outro.

Capítulo III

Do estigma ao prestígio

A profissão de ASP na cidade grande

Inicialmente, tendo analisado um pouco da dinâmica da cidade de Itirapina, as relações entre presos, agentes e seus familiares, assim como também alguns pontos específicos de interação no espaço urbano que se relacionam com o que é transmitido pelas *cadeias*, passando posteriormente pela análise da circulação de informações, gestos e palavras entre os ambientes da cidade e da *prisão*, este capítulo tem como tem como objetivo lançar luzes sobre a figura do agente penitenciário a partir da perspectiva da cidade de Itirapina, com seus 15 mil habitantes apenas. As dinâmicas e fenômenos sociais apresentados nos capítulos 1 e 2 proporcionaram, até o momento, evidências que se relacionam com o estatuto social diferenciado do Agente de Segurança Penitenciária e com os demais atores sociais presentes nesse contexto.

Este capítulo discorre sobre as características específicas do lugar que começam a emergir quando da construção das unidades prisionais, fato que traz a figura do agente para aquele cenário tipicamente interiorano e o destaca socialmente. Em contrapartida, a comparação de estudos que abordam a profissão do agente penitenciário em grandes centros urbanos será importante para perceber diferenças e semelhanças próprias da atividade, porém sob dinâmicas sociais distintas.

Uma reportagem veiculada no jornal Folha de São Paulo em 15 de abril de 2002[98] ajuda a ilustrar um pouco as diferenças entre ser agente penitenciário em um grande centro urbano, como a cidade de São Paulo, e em uma pequena cidade do interior paulista como Osvaldo Cruz, localizada no oeste paulista, com cerca de 30 mil habitantes[99]:

> **Agente penitenciário diz estar "no céu".**
> Depois de 29 anos trabalhando em presídios com detentos de alta periculosidade, o agente penitenciário [nome do agente], 52, afirma sentir-se "no céu" em Osvaldo Cruz. Com as chaves na mão do portão de entrada

[98] http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u49359.shtml. Acesso em junho de 2011.
[99] Fonte: Fundação SEADE: http://www.seade.sp.gov.br/ . Acesso em março de 2012.

> onde está instalado o detector de metais, pelo qual todos têm de passar antes de entrar na ala onde ficam as celas, [nome do agente] se diz um homem sossegado. Há pouco mais de um mês ele e outros colegas foram transferidos da Casa de Detenção, na capital paulista, onde trabalhavam, para o novo presídio destinado a presos que cometeram crimes sexuais. Em São Paulo, [nome do agente] enfrentou rebeliões. Em uma delas, o agente penitenciário ficou 24 horas como refém, ameaçado o tempo todo por facas improvisadas e estiletes.
>
> **Interior**
>
> Quando surgiu a oportunidade de ir morar no interior, [nome do agente] não pensou duas vezes. A mulher, quatro dos cinco filhos e os dois netos preferiram ficar em Embu das Artes, na Grande São Paulo, onde tem uma casa. O agente e a filha mais nova, de 19 anos, mudaram-se para o interior do Estado. Em Osvaldo Cruz, [nome do agente] diz que tem a sensação de pertencer à classe média. "Aqui, quando entro numa loja e digo que sou agente penitenciário, sou recebido como rei e todos me respeitam." Ele conta que alugou uma casa ampla, com dois dormitórios, na rua principal da cidade, e paga um aluguel de R$ 180. "Não foi necessário nem fiador." Seus planos são simples: esperar a aposentadoria, que chegará daqui a dois anos e meio, e fazer a inscrição da filha no clube da cidade (FOLHA DE SÃO PAULO, 15/04/2002).

Diante desta “passagem para o céu”, em que o agente penitenciário da reportagem acima compara as diferenças entre ser ASP num grande centro urbano e num pequeno município do interior, a tentativa é situar o leitor, primeiramente, de modo a perceber a condição profissional de agentes penitenciários de outras localidades, como por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro para posteriormente, comparar com a situação vivida pelos agentes penitenciários de Itirapina. Através dos estudos de outros pesquisadores, que focaram sua análise em agentes de grandes centros urbanos, a comparação entre o modo de vida desses ASPs com o modo de vida dos agentes de Itirapina será de fundamental para que se compreenda quais os valores relacionados à profissão do agente penitenciário e como tais valores se redimensionam por conta do prestígio deste cargo numa cidade interiorana inscrita na política de interiorização de unidades prisionais de São Paulo.

O agente penitenciário é retratado em todas as obras utilizadas nesta pesquisa, como um funcionário mal remunerado, que habita bairros de periferia das grandes cidades, tendo que se proteger se o reconheçam, escondendo o uniforme e omitindo a profissão. O estigma (GOFFMAN, 1988) do agente penitenciário estabelece uma relação de diferença na identidade social do indivíduo, trata-se de um predicado que pode atribuir certo descrédito à pessoa do agente, assim como inferioriza seus valores de conduta em relação aos grupos com os quais se relaciona. O agente penitenciário estigmatizado fica à margem das demais pessoas, e os atributos do seu cotidiano se sujeitam ao julgamento depreciativo e à reprovação por parte das pessoas que não participam no universo intramuros.

Para Barbosa (2007), em seus estudos sobre agentes penitenciários da cidade do Rio de Janeiro, essa condição de estigma também é comumente percebida no cotidiano desses funcionários públicos. Ademais, a ligação dos agentes com o sistema prisional, com todos os atores e, principalmente, com os presos, torna vulnerável a posição dos guardas da cadeia, submetendo-os à desmoralização da atividade profissional e a um preconceito de ordem metonímica. Os agentes penitenciários, portanto, compartilhariam desse estigma "senão da mesma natureza ou gravidade daquela que os presos e egressos carregam, ao menos assemelhada - é algo que nos é constantemente assinalado" (BARBOSA, 2007, p.234). A sensação de se sentir discriminado pelas pessoas que não trabalham numa unidade prisional advém justamente do entendimento discriminatório que acaba por atingir a maioria dos funcionários da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP).

Além do preconceito com os agentes por serem o representante direto do Estado, ou seja, a extremidade oposta à massa carcerária, sua remuneração traduz o baixo nível instrucional desse funcionário, à margem dos demais: habita a periferia, sua origem se assemelha àquela dos detentos muitas vezes. e por isso acabam confundidos ou assemelhados aos seus vigiados.

A pesquisa de Castro e Silva (2008), igualmente realizada na cidade do Rio de Janeiro, analisa como há discriminação também entre os guardas por causa da profissão, havendo a necessidade de esconder muito bem sua identidade profissional para além dos limites da prisão:

> Em sociedade o Agente Penitenciário não tem o menor orgulho de revelar sua profissão. Quando por força das circunstâncias, é obrigado a fazê-lo, diz receber em troca olhares de desconfiança e acusação, como se ele fosse o responsável pelas mazelas do sistema penal. Quando perguntei a um guarda como ele achava que a sociedade o olhava, ele me respondeu o seguinte: 'a sociedade faz bico, agente penitenciário, hum, hum, hum'. O colega foi abrir um crediário na época que morreu um monte de preso em um incêndio lá em Água Santa. Ele disse que tava na loja, aí calhou de falar 'eu sou agente penitenciário'. Aí parou a loja, todo mundo parou (CASTRO E SILVA, 2008, p. 72).

Continuando com a análise da imagem negativa e estigmatizada do agente penitenciário, Harkot-de-La-Taille (2008), assim como Castro e Silva, também observou a distinção feita pela "sociedade" em relação à figura do agente. Se por um lado, o preso é quem sofre com a discriminação e maus tratos dentro dos limites das muralhas da prisão, por outro lado, essa carga de estigma antes imposta do agente para o preso, se voltaria contra o agente, já que ela estaria atrelada, de certa maneira, à identidade profissional do guarda

quando esse passa para o lado de fora da prisão, no convívio com outras pessoas. O trânsito compreendido do lado de dentro para o lado de fora da prisão propicia um rearranjo do estabelecimento de fronteiras na e para a figura do agente: de algoz, dentro da prisão, ele passa a ser vítima em relação aos olhares da "sociedade" quando está do lado de fora, seja para abrir um crediário ou preencher uma ficha de cadastro.

> A vulnerabilidade, dentro do presídio, parece ser inteiramente do preso, enquanto, em sociedade, passa a ser do agente, que mente sobre seu trabalho, para se proteger do possível julgamento social negativo de sua imagem (HARKOT-DE-LA-TAILLE, 2008, p. 488).

A mentira não é um recurso apenas para evitar sofrer uma carga de estigma imposta por outras pessoas, sendo julgado por pertencer ao sistema. Encobrir a verdade sobre a sua profissão é estratégia de sobrevivência para a vida do agente e de seus familiares. Além disso, o agente penitenciário dos grandes centros urbanos preza por sua segurança e pela de sua família, já que seus vencimentos comportam uma qualidade de vida simples, propiciando uma moradia modesta localizada muitas vezes em regiões mais vulneráveis ao crime e à exposição à violência. Ademais, há ainda um gasto extra com o deslocamento entre sua casa e seu local de trabalho, aumentando significativamente a despesa com transporte e alimentação, ocasionando a necessidade de transferência, como analisado por Barbosa:

> Existe o interesse, sempre presente, em diminuir o tempo gasto no trajeto da casa para o trabalho (e os custos financeiros associados – com transporte e alimentação) –, o que é motivo de inúmeros pedidos de transferência por parte dos servidores. Entretanto, uma outra consideração, que se torna cada vez mais premente, diz respeito à segurança do próprio funcionário e de seus familiares. Ser identificado como "desipe", em seu local de moradia, principalmente se este se encontra nas imediações de favelas e comunidades pobres da cidade, pode equivaler a uma sentença de morte (BARBOSA, 2005, p. 166).

Nesta estratégia de ocultar informações sobre sua profissão e seu local de trabalho, além da clientela com quem trabalha, esconder seu uniforme torna-se mais uma das inúmeras tentativas para assegurar sua integridade e a de seus familiares em cidades de grande porte, como São Paulo ou Rio e Janeiro, por exemplo. Os guardas destas grandes cidades precisam, por motivos de segurança, usarem seus uniformes somente no interior da prisão, tendo que trocar de roupa nos vestiários da instituição, quando chegam e quando saem de seu horário de trabalho.

> (...) eu não conto onde eu moro, em que bairro moro, ninguém sabe se eu tenho filhos, ninguém sabe seu eu sou casada, ninguém sabe se eu gosto de comer "não sei o quê". Eu procuro ao máximo nunca entrar em detalhes da minha vida pessoal. (funcionário entrevistado por Barbosa (2007, p. 147)).

> Nas ruas, os funcionários (especialmente os ASPs) procuram evitar o reconhecimento de sua pertença institucional. Alguns cuidados tomados passam a fazer parte de suas preocupações cotidianas, tais como: esquivar-se de comentar assuntos relacionados ao trabalho em locais públicos ou com sua vizinhança; orientar seus familiares para que também evitem falar de sua profissão; evitar frequentar alguns lugares de lazer (certos bares ou casas noturnas) e "locais de risco" (próximo de favelas onde exista o tráfico de drogas); evitar os transportes públicos e o trânsito por vias onde é costume a abordagem por bandidos (BARBOSA, 2005, p. 229).

O prolongamento do ambiente prisão para a vida pessoal e familiar se demonstra a partir de ações cotidianas como evitar comentar seu trabalho, ou que parentes comentem; sobre lugares de lazer que também são evitados, assim como há a necessidade de mapear os pontos da região compreendida entre o trânsito da *cadeia* até sua casa, de maneira a esquivar-se da abordagem por bandidos ou por outras pessoas que estejam de alguma maneira, ligadas ao crime. O sentimento de desconfiança e de vigilância prolonga-se para além dos muros da prisão e das doze horas do plantão, pois em um conglomerado urbano de grandes dimensões é impossível conhecer todos os rostos e índoles que circulam no espaço urbano: "procura-se, então, no caso dos ASPs, evitar expor publicamente seu pertencimento institucional (o que se coaduna as preocupações sobre a sua segurança pessoal e dos seus familiares)" (BARBOSA, 2005, p. 239).

> Até há algum tempo atrás a gente sabe que a polícia era bem vista e respeitada, hoje em dia por medida de segurança ela se esconde, porque do lado tem uma boca de fumo ou alguém viciado ou alguém que pode dedurar. Então as pessoas comentam pouco do trabalho. Diz: eu trabalho na Secretaria de Justiça, na área administrativa, eu não sou guarda. Por exemplo, dentro de um ônibus você pode ver duas enfermeiras falando do plantão, mas você nunca vai ver dois agentes falando do plantão, ele não sabe quem está dentro do ônibus. Pode morrer (ASP *apud* Barbosa 2005, p. 230).

Mesmo o simples hábito de tomar um ônibus e conversar sobre sua rotina de trabalho é motivo de preocupação para um agente penitenciário de uma grande cidade. Devido à necessidade de percorrer grandes distâncias em seu trajeto entre seu local de moradia e o trabalho, o agente penitenciário é praticamente compelido a utilizar o transporte público dentro de uma cidade como São Paulo ou Rio de Janeiro, por exemplo. A comparação com outras profissões torna-se inevitável, já que parece haver uma necessidade de ter sua profissão

desassociada ao estigma, desimpedida de tantas formas de disciplina e controle. Além disso, a multiplicidade de profissões em uma cidade grande permite a esse agente penitenciário estabelecer comparações com outras categorias profissionais usuárias, como ele, do ônibus ou do metrô.

Sentir-se constrangido ou envergonhado, evitando ao máximo expor seu vínculo com o sistema penitenciário, são atitudes tomadas principalmente quando os agentes não estão trabalhando, pois as situações e os valores partilhados entre os ASPs só dizem respeito a eles mesmos, e a maioria das pessoas não possui interesse em conhecer o que se passa dentro de uma prisão. O medo ou desinteresse de outras pessoas em saber o que acontece dentro dos limites das muralhas de uma unidade prisional os levam a classificar os agentes de maneira pejorativa, da mesma maneira como os presos e a instituição prisional também são vistos. O baixo salário – em relação ao custo de vida em uma região metropolitana – é lembrado como sinônimo de uma profissão pouco valorizada, associado ao baixo padrão de vida.

> (...) hoje em dia eu gosto do que eu faço. Mesmo ganhando mal, sendo mal visto na rua. Infelizmente, hoje em dia eu tenho vergonha de dizer que sou agente penitenciário. Se eu vou numa loja fazer um crediário, eu digo que eu trabalho na Secretaria de Justiça, aí perguntam: "Qual o seu cargo?" "Eu sou agente de segurança". Quando as pessoas dizem: "Você é o quê?" "Ah, sou agente penitenciário, eu sou carcereiro, sou policial militar". As pessoas já têm medo, infelizmente têm preconceito (ASP *apud* Barbosa, 2005, p. 238-39).

A desconfiança dos agentes penitenciários em relação aos presos e também aos criminosos soltos pelas ruas é percebida entre os próprios agentes. Em um ambiente cercado pela insegurança, onde o fantasma da corrupção assola qualquer um que trabalhe no sistema, a proximidade entre colegas de trabalho é diminuta, pois se torna perigoso confiar em alguém que pode estar "envolvido". As relações profissionais desses agentes, portanto, resumem-se às atividades cotidianas dentro da prisão, ligadas mais pela falta de confiança do que pela união entre eles mesmos.

> É o medo. Tem medo de morrer. Entendeu? Então ele não vai dizer onde mora. Ele não vai dizer. Ele esconde a família dele. Ele tem, ele esconde, às vezes esconde do próprio colega. Tem colega que nunca levou colega na casa do outro, nunca levou colega na casa dele e tem 20 anos de sistema. Com medo, né. Então tem esse, é o medo mesmo de morrer e do colega ser envolvido, que de vez em quando você escuta um colega que morreu, aí você descobre que ele era envolvido e nunca se presenciou nada, ninguém nunca suspeitou, porque todo envolvimento dele era na rua, não dentro da cadeia (ASP *apud* Barbosa 2005, p. 232).

Esta análise de vários excertos acerca da situação da profissão do agente penitenciário em locais que não a prisão, serve para demonstrar como a figura do ASP é vista de maneira pejorativa em grandes centros urbanos, e de como seu cotidiano, tanto profissional quanto pessoal, é atravessado pelo medo, desconfiança e discriminação. Vários foram os exemplos para ilustrar como a figura do agente penitenciário, numa cidade de grande porte, é comumente classificada de maneira preconceituosa e negativa. A necessidade em colocar as falas desses agentes nas citações acima possibilitou a comparação com os enunciados proferidos pelos agentes penitenciários de Itirapina, analisados mais adiante.

O trabalho de ASP em Itirapina

Devido à convergência de vários fatores já analisados, tais como a construção das penitenciárias na cidade a partir da política de interiorização de unidades prisionais, juntamente com os baixos custos[100] de vida em uma cidade carente de recursos[101], emerge uma nova classe social e econômica no município de Itirapina: o agente penitenciário. Vindo muitas vezes de camadas humildes tanto do meio urbano quanto do meio rural, a profissão de agente penitenciário se distingue dos demais empregos da cidade por ser um cargo público, cuja remuneração é superior à média salarial dos trabalhadores da cidade. Além disso, esse funcionário público concursado goza de estabilidade, não sendo assolado pelo desemprego – um dos fatores mais salientados pelos entrevistados. Os salários do funcionalismo público municipal são baixos, se comparados aos funcionários da SAP, com exceção de prefeito e vereadores.

Para os padrões de uma cidade como Itirapina, os agentes penitenciários destacam-se socialmente adquirindo um padrão de vida superior ao da média da população itirapinense que não possui um parente trabalhando nas penitenciárias. Esses agentes, por sua vez, possuem acesso mais fácil para a obtenção de crédito no comércio local, além de ter a oportunidade de efetuar empréstimos e de financiar seu automóvel e sua casa própria. Já no único supermercado da cidade, conforme descrito no capítulo 1, os funcionários das *cadeias* possuem maiores facilidades para efetuar seu cadastro no crediário do estabelecimento, assim

[100] Vale lembrar que o DIEESE calcula o Índice do Custo de Vida (ICV) apenas para a cidade de São Paulo, impossibilitando uma comparação, já que não existe este tipo de indicador para cidades pequenas como Itirapina.
[101] Conforme analisado no capítulo 1.

como também possuem cerca de cinco dias a mais nas compras a prazo em relação aos demais clientes.

Abaixo, informações extraídas do site da SAP[102] sobre os salários e gratificações de um agente penitenciário do estado de São Paulo.

Tabelas 2 e 3 – Vencimentos da Carreira de Agente de Segurança Penitenciária

Denominação	Salário Base	R.E.T.P. [103] 100%	Adicional de Local de Exercício I [104]	Salário
CLASSE I	R$ 626,98	R$ 626,98	R$ 740,00	**R$ 1.993,96**
CLASSE II	R$ 703,56	R$ 703,56	R$ 740,00	**R$ 2.147,12**
CLASSE III	R$ 749,19	R$ 749,19	R$ 740,00	**R$ 2.238,38**
CLASSE IV	R$ 794,85	R$ 794,85	R$ 740,00	**R$ 2.329,70**
CLASSE V	R$ 885,66	R$ 885,66	R$ 740,00	**R$ 2.511,32**
CLASSE VI	R$ 981,87	R$ 981,87	R$ 740,00	**R$ 2.703,74**
CLASSE VII	R$ 1.072,71	R$ 1.072,71	R$ 740,00	**R$ 2.885,42**
CLASSE VIII	R$ 1.172,62	R$ 1.172,62	R$ 740,00	**R$ 3.085,24**

Denominação	Salário Base	R.E.T.P. 100%	Adicional de Local de Exercício II	Salário
CLASSE I	R$ 626,98	R$ 626,98	R$ 815,00	**R$ 2.068,96**
CLASSE II	R$ 703,56	R$ 703,56	R$ 815,00	**R$ 2.222,12**
CLASSE III	R$ 749,19	R$ 749,19	R$ 815,00	**R$ 2.313,38**
CLASSE IV	R$ 794,85	R$ 794,85	R$ 815,00	**R$ 2.404,70**
CLASSE V	R$ 885,66	R$ 885,66	R$ 815,00	**R$ 2.586,32**
CLASSE VI	R$ 981,87	R$ 981,87	R$ 815,00	**R$ 2.778,74**
CLASSE VII	R$ 1.072,71	R$ 1.072,71	R$ 815,00	**R$ 2.960,42**
CLASSE VIII	R$ 1.172,62	R$ 1.172,62	R$ 815,00	**R$ 3.160,24**

Data Base: 02/12
Obs.:
1) Nas tabelas acima não foram computados vantagens pessoais.
2) Não estão computados aos vencimentos o valor R$ 436,00 referente ao Adicional de Insalubridade105.

[102] http://www.sap.sp.gov.br/common/drhu/drhu_vencimento_asp.html. Acesso em março de 2012.
[103] RETP: sigla para a gratificação de Regime Especial de Trabalho Policial
[104] Adicional de Local de Exercício: conforme Lei Complementar nº 693, de 11 de novembro de 1992, a bonificação se dá em relação à quantidade de detentos da Unidade Prisional. Local I – população carcerária de até 300 detentos; Local II – população carcerária de 301 a 500 detentos; Local III –população carcerária superior a 500 detentos. Fonte: Unidade Central de Recursos Humanos do Governo do Estado de São Paulo (entretanto, o mesmo site da SAP não dispunha de informações de salários para quem exerce a profissão no Local III, como população acima de 500 detentos): http://www.recursoshumanos.sp.gov.br/historico_gratificacoes/Adicional%20de%20Local%20de%20Exerc%C3%ADcio%20-%20ASP.pdf
[105] Fonte: Site da Secretaria da Administração Penitenciária – SAP. http://www.sap.sp.gov.br/. Acesso em março de 2012.

As classes (de I a VII) estão relacionadas com o tempo de serviço do funcionário público na Secretaria da Administração Penitenciária. Quanto maior o tempo de serviço, mais alta é a classe e, consequentemente, a bonificação. Os cursos de aperfeiçoamento ou reciclagem (conforme descrito no capítulo 2) também estão ligados com as classes salariais. Portanto, não é somente o tempo de serviço que determina um aumento de salário quando há a mudança de classe; torna-se necessário participar desses cursos também. Não há diferenças salariais entre os agentes da P I e da P II, pois o Adicional de Local de Serviço para ambas as unidades é o mesmo, posto que nelas se encontram mais de 500 detentos, por conta da superlotação que as atinge. Ou seja, esse adicional baseia-se no número atual da população carcerária, e não no número de sua capacidade oficial.

Durante a pesquisa de campo, a esposa de um ASP perguntou, no meio de uma conversa sobre os valores de salários de agentes penitenciários, qual o valor de uma bolsa de mestrado. Como bolsista CAPES, disse que recebia R$ 1.200,00 por mês, prontamente a mulher respondeu, baseando-se nas faixas salariais de agente: "Nossa! É um pouco menos do que ganhava o [nome do marido] quando começou a trabalhar na *cadeia*". Interessante notar que as faixas salariais oriundas do trabalho na prisão são usadas como padrão para estabelecer comparações. Características relacionadas com o cotidiano das unidades prisionais vão ganhando espaço entre os modos de percepção das pessoas envolvidas com o Sistema.

Percebe-se, nas afirmações dos agentes e de seus familiares, como também de outras pessoas da cidade, a importância da relação "custo/benefício" em "trabalhar pouco e ganhar bem", sendo que o diploma de ensino médio é a formação mínima exigida para ser nomeado no cargo, após ter sido aprovado em concurso, sendo que o salário inicial de um agente penitenciário pode chegar a R$ 2.400,00.

> Pra Itirapina é um salário excelente. Onde você vai ganhar o que se ganha no presídio? Quem não tem nível, ganha uns R$ 2.200. O pessoal mais antigo chega a ganhar R$ 3.000 por mês. Pra São Paulo, é um salário pequeno, o custo de vida lá é muito alto. Mas pra Itirapina... Que emprego vai pagar mais de R$ 2.000 só com o colegial[106]? Eu acho que a profissão de agente é bem vista pela maioria da população de Itirapina; eles não sabem o que a gente passa lá dentro, mas sabem que a gente ganha bem, ainda mais porque é difícil perder o emprego (ASP).

A maioria dos ASPs entrevistados afirma que a profissão de agente penitenciário é uma das mais bem remuneradas da cidade. Além disso, muitos se gabam por trabalhar

[106] Antiga designação para ensino médio.

“apenas quinze dias por mês”, já que a maioria trabalha num horário compreendido por uma alternância entre um turno de 12 horas de serviço por 36 horas de folga. São conhecidos como “plantonistas”, cujo seu turno de trabalho é chamado de *plantão*[107]. Alguns agentes penitenciários trabalham durante o período de segunda a sexta-feira, compreendido em um período de oito horas, usufruindo de folga aos finais de semana. Esses funcionários são conhecidos como “diaristas” [108], e trabalham principalmente no setor administrativo, alguns com desvio de função. Como o custo de vida da cidade é baixo, o salário de agente acaba se tornando uma boa remuneração para quem permanece morando na cidade e possui baixa escolaridade.

A profissão de agente penitenciário é o melhor emprego para Itirapina, nas palavras de outro ASP. Interessante notar como a maioria dos agentes da cidade costuma fazer comparações com a capital, São Paulo:

> Se alguém disser que ser agente penitenciário em São Paulo é bom emprego, é porque está mentindo, porque a opção de empregos lá é maior. E tem mais: é complicado ser agente numa cidade como São Paulo. É tudo muito caro e perigoso também. Graças a Deus que Itirapina é uma cidade pequena e tranquila, eu acho que isso ajuda na nossa profissão ser bem aceita por aqui (ASP).

Durante o trabalho de campo, a maioria das entrevistas feitas com os agentes penitenciários se deu em suas residências. Convidado a entrar em suas casas, havia vários eletrodomésticos novos, assim como também aparelhos eletroeletrônicos, tais como computador, notebook, televisão de tela plana, freezer, TV a cabo, internet de alta velocidade, e nas garagens, um carro novo ou seminovo. Mesmo as casas eram novas ou reformadas; a maioria possuía portões automáticos, com acionamento via controle remoto. Algumas casas eram próprias, enquanto outras eram alugadas, porém recém-construídas. Enfim, notam-se vários elementos distintivos de padrão de classe econômica (aplicados por fundações como o IBGE ou a Fundação SEADE), ou seja, a quantidade de TVs e geladeiras são indicadores do poder aquisitivo mais elevado dos agentes em relação às pessoas que não trabalham nas unidades prisionais de Itirapina.

Além desses dados, alguns agentes se diziam satisfeitos com seus ganhos salariais, orgulhosos por terem os filhos matriculados em colégios particulares nas cidades vizinhas, como Rio Claro e São Carlos, posto que as escolas de Itirapina são todas públicas, uma

---

[107] Faço uma pequena análise do *plantão* no capítulo 2.

[108] Agentes Penitenciários com desvio de função. Para maiores detalhes entre plantonistas, diaristas e funcionários com desvio de função, cf. Barbosa, 2005.

estadual (Ensino Fundamental e Médio) e outras duas municipais (Ensino Infantil e Fundamental). Para os filhos mais velhos, há a possibilidade de financiar um curso superior numa faculdade em outra cidade vizinha. Agentes mais jovens, que ainda não são chefes de família, costumam pagar seus estudos com o salário que recebem da SAP. Os filhos continuariam a morar em Itirapina, utilizando ônibus fretados ou os ônibus circulares intermunicipais analisados no capítulo 1 para viajar diariamente entre Itirapina e a cidade de estudos. A "boa aceitação" da profissão de agente penitenciário em Itirapina, como dizem alguns agentes, também é observada pelo comércio da cidade, segundo um casal de funcionários que trabalha nas penitenciárias:

> Quando a gente vai comprar alguma coisa, ou precisa parcelar, as portas se abrem mais facilmente, eu acho. O cara do comércio pensa assim: 'mesmo se eu fizer fiado, uma hora eu vou receber, porque esse cara [o agente] não vai ficar desempregado'. Isso quer dizer que a nossa estabilidade no emprego é garantia do pagamento a prazo pra eles [do comércio]. Lá no [nome do supermercado], você faz um cadastro, e se for 'cheque do presídio', a gente consegue uns dias a mais no cheque pré-datado (casal de ASPs).

Diante destas informações, percebe-se que o prestígio[109] do Agente de Segurança Penitenciária que trabalha em Itirapina repousaria, primeiramente, nos "privilégios" dos salários e na estabilidade financeira do cargo de funcionário público, já que a cidade mostra-se como um lugar com poucas ofertas e opções de ocupação e a média salarial é inferior à remuneração de um *guarda*. As vantagens financeiras proporcionadas pelo emprego e observadas pela maioria da população em relação aos ASPs os colocam numa posição privilegiada dentro das redes de sociabilidade de Itirapina. O crédito facilitado no comércio, a aquisição de bens como eletroeletrônicos e automóveis são atrativos almejados por quem ainda não é agente, ao mesmo tempo em que são ostentados pelos que já conseguiram o emprego, sendo, portanto, sinônimos de ascensão econômica, colocando o agente penitenciário numa posição social privilegiada.

Um outro comentário de um comerciante acerca do salário de um agente tratava de histórias que tratavam do interesse de algumas mulheres em se casarem com um agente por causa do padrão de vida, assim como relatou que outras engravidam de um ASP pela certeza do recebimento da pensão. Conforme o relato desse comerciante: "30% de uns dois e meio

[109] Sobre prestígio, cf. Clastres, 2010.

[R$ 2.500]? É um bom dinheiro como pensão. Se dizem espertos porque trabalham com os presos, mas são passados pra trás por causa de uma mulher".

O prestígio surge como perspectiva de carreira, portanto, motivada pelos privilégios financeiros alcançados pelo ASP, atrelando, desta maneira, sua imagem a uma posição de prestígio, muito mais do que a uma posição de poder. A busca por melhores condições de vida traz consigo esse estatuto diferenciado, o que seria um incentivo a mais na escolha da profissão de ASP. Entretanto, a vantagem em ser agente penitenciário numa cidade como Itirapina vai além dos vencimentos financeiros e melhores condições de vida – assunto que será discutido mais adiante.

O reconhecimento do valor da profissão de agente está ligado em um jogo de reputações entre esse funcionário público e os demais atores sociais da cidade. O reconhecimento e os olhares voltados para a figura do agente relacionam-se também com o processo de "adaptação" [110] feita pelos moradores da cidade, considerando que esse processo de interiorização de unidades prisionais tem provocado mudanças sutis na dinâmica social e valorativa dos moradores de Itirapina. Esse novo quadro valorativo do agente não se manifesta somente entre os habitantes, diante da figura do agente, mas também, e principalmente, entre os próprios agentes.

Os agentes penitenciários, em geral, nascidos no interior do estado de São Paulo têm origem social muito similar: ambos pertencem a classes mais humildes. Entretanto é a origem natal que os distinguem: uma grande parte dos agentes vem de pequenas cidades do interior paulista em que costumes característicos do meio rural ainda persistem, e que, aos poucos, recebem as influências e são substituídos por práticas urbanas ainda que alguns traços tradicionais resistam. Uma parcela dos detentos é originária de camadas pobres das periferias de grandes e médios centros urbanos, vivendo e assimilando, a partir da reclusão, uma realidade típica de cidade de interior. A sociabilidade encontrada nestas localidades difere muito uma da outra, assim como também a prática da violência.

Entretanto, apesar de compartilharem uma origem humilde, presos e agentes vivenciaram experiências distintas, adentrando no sistema prisional por maneiras também diversas, mas que desde a construção destas unidades pelo interior proporcionou o choque de mundos que até então pareciam distantes. Atualmente aproximam seus mundos compartilhando gestos e palavras, convivendo intramuros de maneira, muitas vezes,

[110] Conforme analisado no capítulo 1.

semelhante, mas que, ao mesmo tempo, despendem muito esforço para se afastarem e se diferenciarem.

Apesar de Goffman abordar principalmente um manicômio em seus estudos, o autor afirma que as relações em "instituições totais" são semelhantes, o que aproxima os fenômenos observados em um estabelecimento psiquiátrico semelhante àqueles encontrados numa prisão: "A mobilidade social entre os dois estratos [equipe dirigente e internos] é grosseiramente limitada; geralmente há uma grande distância social e esta é frequentemente prescrita" (GOFFMAN, 2010, p. 19). Diante disso, percebe-se, em Itirapina, que a "equipe dirigente" e os "internos" não possuem uma grande distância social. São inúmeros os casos de agentes e/ou parentes de agentes que foram presos e que permanecem nesta faixa da população vinculada ao sistema prisional, seja dentro ou fora das grades. A diferença em Itirapina reside no fato de que ambos os lados constitutivos da realidade carcerária, apesar de pertencerem às camadas mais humildes da sociedade, se distinguem acentuadamente quanto ao padrão de vida.

Apesar de compartilharem de gestos e palavras, que transpõem os muros em direção à cidade[111], revelando, assim, traços do comportamento próprios ao universo carcerário, a oposição entre "trabalhador" e "criminoso" aparece para os ASPs como argumento de sustentação para a separação desses estratos[112]. Se, por um lado, há a necessidade de apreender as "ferramentas de trabalho" para desenvolver suas atividades cotidianas profissionais, por outro lado, o trabalho classificado como difícil e estressante seria uma das recompensas que justificaria sua classificação em "trabalhador", afirmando a diferença entre um agente e um detento. Os casos deflagrados de corrupção entre agentes não os impedem de se perceberem como trabalhadores, opondo-se ao ócio dos detentos, ainda que o trabalho do agente consista, em grande parte, em longos períodos de inatividade quando da custódia dos presos.

> Até tem alguma união entre os agentes, mas o grupo dos presos é muito mais unido. Mesmo que eles [os presos] não quisessem ser unidos, eles são obrigados a ser. Os presos acabam ficando mais unidos até mesmo por uma razão de sobrevivência dentro da cadeia, né? E tem mais: o governo não dá aumento e nenhum tipo de incentivo; assim fica pior ainda pra trabalhar. Até polícia civil e militar são mais unidos do que a gente. Mas também, não é assim tão desunido, né? Se [algum preso] mexeu com um [agente], mexeu com todos (ASP).

---

[111] Conforme analisado no capítulo 2.
[112] Para um maior aprofundamento desta oposição entre "mundo do crime" e "trabalho", cf. Ramalho, 1979.

Interessante notar, durante todas as entrevistas, que as características de cunho pejorativo como corrupção, má vontade em trabalhar ou incompetência, eram sempre relacionadas a terceiros. A maioria dos entrevistados afirmou que já tinha ouvido falar sobre algum guarda corrupto ou sobre alguma situação que pudesse expor a imagem do ASP a algum tipo de reprovação moral. A atribuição de características do grupo é dada, na maioria das vezes, em relação aos outros do mesmo grupo, nunca ao enunciador da palavra:

> Quando menos se espera, você percebe que o cara [o agente] é corrupto. Às vezes, o agente tem cara de malandro, mas é o jeito dele, ele ficou assim por causa do sistema; ou então, o cara que você acha quieto e sossegado, esse sim é o corrupto, que faz tudo desta maneira para que ninguém perceba. Soube de um cara que foi preso em flagrante porque estava dando fuga para um detento. Todo grupo profissional tem sua maçã podre; seja agente, policial civil ou militar. Teve um caso de um delegado da PM que sempre criticava os agentes, principalmente na época da megarrebelião do PCC. O delegado colocava a culpa em todo mundo, acusando os guardas da corrupção que rolava. Seis meses depois de tudo isso [dos acontecimentos da megarrebelião], esse delegado foi preso por associação ao crime (ASP).

Entretanto, há outro lado no que diz respeito à estabilidade e situação financeira dos agentes. Apesar de sua posição de destaque, da facilidade de crédito e dos empréstimos concedidos a agentes penitenciários, essas vantagens podem revelar outros problemas, como o acúmulo de dívidas na tentativa de manter um padrão de vida diferenciado. Segundo um comerciante – que possui entre seus devedores agentes penitenciários – a maioria das pessoas que faz empréstimo está endividada nos bancos da cidade é de agentes; bastaria uma simples conversa com algum funcionário de banco para saber do endividamento desses clientes. A ostentação do carro ou de outros bens pode, muitas vezes, estar respaldada pelo acesso ao crédito facilitado, contraindo, assim uma dívida. Nas palavras do comerciante, “tem cara que passa aperto para mostrar carro para os outros, ao invés de ter uma vida mais simples”. Essa ostentação parece corroborar a afirmação de que o grupo dos agentes é desunido, se considerarmos que esta disputa em demonstrar certa ascensão social através da aquisição de bens pode vir a ser, em algumas vezes, reflexo desta falta de união: “se é uma coisa que eu não vejo é união entre eles, um querendo mostrar mais que o outro”, afirmou o comerciante.

Pelas facilidades de crédito e a estabilidade financeira, “eles compram de tudo”, tornando-se inadimplentes, segundo esse comerciante. “Eles [os agentes] gastam mais do que ganham”. De acordo com o mesmo comerciante, é comum ouvir de algum cliente ASP que gastou mais do que deveria, na tentativa de manter um padrão de vida acima do que sua renda

permite. Exemplos disso são a compra e a ostentação de automóveis e motocicletas, e mais recentemente, armas de fogo.

Limitado espaço de prestígio e reputação

O prestígio em ser agente penitenciário em Itirapina também está ligado a sua reputação, tanto no convívio intramuros quanto no convívio extramuros. Pequenas comunidades que possuem um grau maior de proximidade, conhecendo uns aos outros, permitem uma diferente configuração da interação social. Assim como discutido no capítulo 2, conversar sobre si mesmo e sobre os outros é visto como uma forma de perceber o estado das relações entre pessoas e famílias, amigos e colegas de trabalho. Nesse jogo social, segundo Bailey (1971), a participação dos indivíduos baseia-se em analisar e julgar o papel social desempenhado por cada um. Os valores compartilhados por uma comunidade são assim traduzidos no desempenho dos papéis sociais colocados em jogo. Os julgamentos podem, portanto, construir ou destruir a reputação de um indivíduo ou de um grupo de pessoas desse círculo social.

Ademais, esse jogo social está, na maioria das vezes, relacionado com a moral e a interação entre pessoas que compartilham de condições semelhantes, competindo pelos mesmos prêmios colocados como recompensas desse jogo. A diferença fortemente marcada entre pessoas de posições distantes tornaria a prática destas relações envolvendo reputação, moral e prestígio, praticamente impossível de acontecer, mas que tem no concurso público para Agente de Segurança Penitenciária uma das possibilidades para se adentrar nesta trama de relações. Porém, haveria a chance de se criar um intervalo social entre pessoas distintas desse meio para serem usadas para determinados fins dentro destas regras. Portanto, segundo Bailey, haveria uma competição nesse jogo social entre pessoas da mesma comunidade para se tornarem iguais, já que as pessoas que (ainda) não pertencem a esta situação esforçam-se para passar no concurso, e então serem reconhecidas igualitariamente entre seus colegas de trabalho (ou futuros colegas), além da consideração e do que esta profissão representa numa cidade pequena.

Esse destaque em relação ao estatuto social estabelecido em torno da profissão de agente está relacionado com a dinâmica cotidiana e social da cidade. Um agente que não se

envolve em conflitos ou em casos de corrupção, além de agregar características positivas em relação à sua imagem entre os demais cidadãos itirapinenses e colegas de trabalho, cria uma boa reputação entre os habitantes de Itirapina. Exemplo disto é o caso de um ASP, visto pela maioria dos moradores da cidade como um bom profissional e pai de família, que se tornou vereador da cidade, já tendo sido presidente da câmara dos vereadores. Figura pública em Itirapina, esse agente é conhecido pela maioria da população, sendo reeleito vereador desde que começou sua carreira política no ano de 2000.

Outro agente, por exemplo, exerce sua profissão de funcionário público durante o dia; à noite, ele possui uma lanchonete, atendendo toda a cidade diariamente, fazendo entregas em domicílio. . A clientela desse agente relaciona-se diretamente a seus colegas de trabalho, assim como com todos os outros moradores da cidade. O colega de trabalho telefona, encomenda um sanduíche, e caso esse esteja trabalhando, o motoboy entrega o pedido em seu posto na *cadeia*, como a portaria, por exemplo. Até os membros da diretoria costumam fazer pedidos, e o motoboy pode adentrar nas dependências da unidade prisional, levando o pedido até uma das casas dos diretores. Além disso, muitos colegas de trabalho têm "contas", ou seja, compram fiado e no início de cada mês saldam o valor do que consumiram, pois, conforme relatado, a cobrança da dívida pode ser feita durante o horário de trabalho.

Vindo de outra cidade do interior para trabalhar em uma das unidades prisionais de Itirapina, o dono dessa lanchonete acabou conhecendo sua esposa durante o período de trabalho, dentro da *cadeia*. Casados, eles continuaram a trabalhar na prisão, abriram o estabelecimento comercial e mantêm sua rotina: durante o dia, trabalham na *cadeia*; durante a noite, administram o próprio negócio preparando e vendendo diversos tipos de comida. A estratégia de trabalharem em *plantões* alternados surge da necessidade de alguém ficar em casa para cuidar dos filhos. Policiais Militares costumam visitar o local durante suas refeições, mantendo uma amizade próxima. Sendo assim, traçada esta relação entre PM e ASP, esse agente costuma salientar que goza de certa segurança em seu estabelecimento, afirmando que nunca foi assaltado ou teve sua lanchonete furtada.

Mas ainda assim, alguns guardas e/ou seus familiares são presos devido à corrupção ou ao tráfico de drogas, como é o caso de um rapaz, preso por tráfico, cuja mãe é agente penitenciária em Itirapina. A notícia desse fato circulou por entre a população da cidade, que conhecia a família, natural de Itirapina. De acordo com um agente, drogas e principalmente celulares são essenciais para um *ladrão*: "eles fazem de tudo para conseguir essas coisas". A

corrupção, portanto, assombra os agentes penitenciários, algo mais vulnerável ao assédio dos detentos:

> Eu já fui tentado por eles [os presos]. Um dia, um ladrão virou pra mim no *raio* e disse: 'vai pra casa no seu Audi A3, seu [nome do agente]? Eu respondi: 'não, eu não tenho um carrão desses'. Aí o preso respondeu: 'não tem porque não quer, a gente consegue um fácil'. Aí você já viu, né? Então, vai da cabeça de cada um (ASP).

Outro agente foi preso por estar envolvido com o tráfico de drogas; segundo alguns moradores, a casa desse agente era uma "boca de fumo bem organizada": havia instalações de câmeras para monitorar o movimento de consumidores e da polícia, como também foram encontrados no chão de um cômodo da casa pisos com fundo falso para armazenar drogas. De família natural da cidade, nascido e criado em Itirapina, sua prisão tornou-se uma das notícias mais comentadas entre os moradores da cidade na época do ocorrido. Segundo Bailey, o importante é preservar a reputação no seu meio social, seja boa ou má. Portanto, a reputação vista muitas vezes como má, tem implicações em outros círculos e redes de sociabilidade que não se restringem apenas à esfera dos "homens de bem" de Itirapina. Há, portanto, agentes que se relacionam com criminosos e traficantes, criando uma reputação ruim em relação aos moradores da cidade, mas compatível com a rede de ilegalidades, de certa maneira. Talvez a má reputação por estar ligado ao crime seja algo valorizado entre alguns ASPs.

Uma das características mais marcantes sobre o prestígio em ser agente penitenciário em Itirapina é que esse fenômeno se dá principalmente dentro dos limites do município. Em uma cidade como São Carlos (cerca de duzentos mil habitantes), a variedade de profissões e as diferenças salariais solapam o estatuto social diferenciado do agente. Médicos, advogados, professores universitários etc., além de possuírem maiores rendimentos que os agentes, não possuem como agravante toda a carga de estigma ligada ao sistema prisional e, portanto, à violência e ao "mundo do crime". Outro fator importante é que as dimensões da cidade influenciam esse processo: não existe a possibilidade de todos se conhecerem, justapondo todas as redes de sociabilidade presentes na cidade, como acontece em Itirapina.

> A profissão de agente só é bem vista em Itirapina porque as pessoas da cidade conhecem quem trabalha lá [nas penitenciárias] e quem é parente de preso. Pra mim, esse é o diferencial por trabalhar aqui. Como Itirapina é uma cidade pequena, dá para conhecer quem são as pessoas de bem (ASP).

Percebe-se, portanto, como esse novo contexto prisional em uma pequena cidade do interior paulista muitas vezes pode vir a inverter valores pré-estabelecidos. O prestígio do

agente se dá nos limites urbanos da pequena cidade, envolto num círculo de relações que permeiam desde o convívio intramuros, passando pelo convívio entre os moradores da cidade até chegar ao convívio familiar, em suas residências. O prestígio, portanto, pode desenvolver-se capilarmente, vindo a atingir toda pessoa que estabelece contato com esse contexto. Entretanto, quando pessoas que não vivenciam o cotidiano da cidade, desvinculadas nesta rede fluida, o estranhamento torna a acontecer:

> Teve um caso que aconteceu numa festa de família. Um primo meu brincou com a minha filha, falando assim: 'Toma cuidado com seu pai, porque ele só mexe com preso'. Para mim, foi uma coisa constrangedora, né? (...) Esse primo mora São Carlos (ASP).

A situação do ASP em Itirapina começa a se delinear mais claramente: se por um lado os agentes são afetados pelo estigma produzido por causa da sua relação com a instituição e com os detentos, por outro lado, esta estigmatização se dá por alguém não pertencente ao universo da prisão, um outro profissional melhor remunerado, de outra cidade, que goza de condições de trabalho menos insalubres. Como a maior parcela dos empregos da cidade é de funcionários das duas unidades prisionais, ao mesmo tempo em que a oferta de salários melhores ao de um ASP é bem mais limitada, a tendência é de que o agente se sinta numa posição privilegiada.

Comparações

Conforme exposto anteriormente, os agentes penitenciários de Itirapina não habitam bairros de periferia, nem possuem qualquer dificuldade em abrir um crediário ou financiamento para compra de carro ou imóvel. Além disso, os agentes de Itirapina moram em casas novas ou reformadas e conseguem manter um padrão de vida muito diferente dos agentes da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo. A sensação de discriminação é suplantada pela vontade que uma parcela da população da cidade tem em se tornar agente penitenciário quando há a divulgação de inscrições para o concurso de ASP.

Devido ao tamanho reduzido da cidade, a maioria das pessoas utilizam bicicletas para se locomoverem por Itirapina. Muitos agentes penitenciários costumam ir ao trabalho em suas bicicletas, já uniformizados, aparecendo estampado em suas camisas o brasão do governo do

estado de São Paulo juntamente com a inscrição: Agente Penitenciário. Como não existe um sistema de ônibus circulares em Itirapina, logo o gasto com transporte entre o local de trabalho e suas casas é insignificante. Alguns agentes costumam ir para o trabalho a pé; porém é necessário frisar que alguns agentes, por causa do prestígio adquirido em torno da profissão, costumam utilizar seus automóveis novos para se deslocarem até seu local de trabalho como sinal de ostentação e diferenciação.

Sobre o curso de reciclagem, conforme analisado no capítulo 2, muitos agentes costumavam ir às aulas em seus automóveis e motocicletas. Em frente ao centro de catequese, vários carros e motos estavam estacionados, sendo, em sua maioria, novos ou seminovos. A ostentação dos veículos por parte dos agentes era visível, além das conversas sobre diferentes modelos e equipamentos que diferenciavam os veículos. Além do mais, durante os intervalos entre uma aula e outra, um agente observava o carro do outro, enquanto ambos conversavam sobre as formas de financiamento, além dos comentários acerca da potência do motor e dos sistemas de som instalados. Andar pelas ruas da cidade com um som potente chama a atenção de outras pessoas, principalmente das mulheres, segundo o comentário de vários ASPs.

Aos sábados à noite é comum ver um carrossel de carros sendo exibidos circulando em torno da praça da igreja matriz, principal ponto de encontro entre os jovens da cidade, já que não existem casas noturnas ou bares para a população frequentar durante os finais de semana à noite. Agentes, muitas vezes jovens, costumam passear com suas esposas ou namoradas em seus carros em torno da praça, assim como também o fazem outras pessoas da cidade. Ao lado da praça, alguns quiosques vendem lanches, salgados e bebidas e costumam ficar cercados de carros abertos, com seus sistemas de som potentes à mostra de todos, numa disputa para superar o som do outro. Alguns agentes que possuem esses carros equipados costumam exibi-los desta forma, assim como outros moradores da cidade também o fazem. Outros agentes costumam ir para cidades vizinhas na busca de uma opção diferente de lazer, como um cinema, um shopping ou um restaurante.

Em Itirapina, a questão de mentir a respeito de sua profissão é muito diferente do que é encontrado em um grande centro urbano. Não há, entre os agentes da cidade, nenhuma necessidade em ocultar sua profissão ou esconder de seus vizinhos seu pertencimento à instituição prisional como funcionário público concursado; muito pelo contrário, a profissão de agente é vista por muitos como oportunidade para melhorar sua condição de vida. A cautela em revelar sua identidade profissional se dá com pessoas desconhecidas e/ou classificadas como suspeitas. Além do mais, por causa do tamanho da cidade e do reduzido

número de habitantes, é praticamente impossível uma pessoa não conhecer um agente penitenciário – ou alguém que conhece ou que seja parente de um[113]. Conforme assinalado anteriormente, a posição privilegiada obtida pelo agente penitenciário em Itirapina desaparece quando o mesmo está numa cidade diferente (e grande), sendo preciso continuar a manter um estado de desconfiança e vigilância no que diz respeito à sua identidade profissional.

De acordo com os relatos de agentes penitenciários extraídos das pesquisas feitas em grandes centros urbanos, por causa do medo e da insegurança de terem sua profissão revelada, é muito difícil encontrar guardas conversando sobre seu trabalho nas ruas da cidade ou até mesmo dentro de um ônibus, durante o trajeto para sua casa ou para o trabalho, conforme apresentado anteriormente. Como já analisado no capítulo 2, conversar sobre *a cadeia* e sobre sua rotina tornou-se prática comum entre os agentes penitenciários de Itirapina. Justamente por conhecerem as pessoas com quem convivem no espaço urbano, agentes penitenciários usam gírias, falam sobre os acontecimentos diários de seu local de trabalho, inclusive excluindo, mesmo sem perceberem, as demais pessoas que não compartilham das informações ocorridas dentro dos *raios* das duas penitenciárias.

Diferentemente do grau de desconfiança entre colegas de trabalho em unidades prisionais de grandes cidades, onde a insegurança restringe laços de amizade entre os próprios agentes que trabalham junto, é muito comum entre os agentes penitenciários de Itirapina uma maior proximidade e laços de amizade mais estreitos. Vale lembrar que muitos agentes são parentes entre si (pais, tios, primos) e mantêm suas relações de amizade e parentesco tanto dentro quanto fora da prisão. Se por um lado, em grandes centros, agentes que trabalham há mais de 20 anos nunca convidaram um colega para adentrar sua casa, em Itirapina, os laços de amizade parecem ser um pouco mais estreitos:

> Eu e meus amigos mais próximos de plantão, a gente costuma se reunir para fazer um churrasco no final de semana, pra jogar conversa fora. Isso aproxima a amizade. A gente até tenta se reunir pra esquecer um pouco da *cadeia*, pra desestressar daquele lugar, mas quando a gente menos percebe já tá falando de preso de novo (ASP).

Diante desses dados, é possível perceber algumas das diferenças entre o agente penitenciário morador de um grande centro urbano e do agente que habita uma pequena cidade do interior paulista. A valoração do emprego de ASP juntamente com a análise de outros fatores que começam a surgir nesse novo contexto será desenvolvida adiante.

---

[113] Conforme o questionário aplicado aos alunos da escola estadual de Itirapina (capítulo 2).

As várias percepções de ser agente

A revista SAP é uma publicação da Assessoria de Imprensa da Secretaria da Administração Penitenciária do estado de São Paulo, utilizada como informativo acerca dos acontecimentos decorrentes em todo o sistema prisional do estado de São Paulo. Em sua segunda edição, de julho de 2009, a reportagem de capa destaca o orgulho de ser agente penitenciário, seus "desafios e sonhos", conforme texto estampado na capa. O próprio governo do estado de São Paulo investe numa propaganda sobre seus funcionários da Secretaria da Administração Penitenciária, ressaltando os salários, o plano de carreira como funcionário público e a estabilidade financeira. A própria Secretaria, através da afirmação de oferecer subsídios para os agentes, tais como a Escola de Administração Penitenciária, para uma formação técnica e especializada e de um Núcleo de Saúde específico para amparar o servidor, se empenha em ressaltar a importância e os privilégios obtidos com a escolha da profissão.

> Durante os 365 dias do ano, nas 24 horas diárias, lá estão os trabalhadores do sistema prisional, distribuídos em 146 presídios, com a difícil missão de gerenciar a custódia de 148 mil presos. Uma profissão que durante décadas sofreu preconceitos e, muitas vezes, foi tratada de forma pejorativa tendo em vista o tipo de clientela que atende. Situação totalmente diferente da atualidade, em que o último concurso reuniu 75,5 mil inscritos – importante reforçar que, inicialmente, esse contingente todo disputa 208 vagas.
> O agente de segurança penitenciária (ASP) de hoje está inserido em uma categoria extremamente organizada, estruturada em um plano de carreira, com a formação técnica fornecida por uma Escola de Administração Penitenciária (EAP) e um Núcleo de Saúde específico para amparar o servidor. Os tempos são outros e os anseios da classe resultaram em importantes conquistas. No entanto, não há como negar que, desde o início o trabalho destes profissionais tem como essência a garra e a persistência.
> **O início da jornada**
> Aos 24 anos de idade, [nome do candidato] tem hoje um dia diferente. Parado em frente à sede da Secretaria da Administração Penitenciária, ele aguarda o relógio marcar 18h para que faça uma escolha importante, que deve ditar seus passos pelos próximos anos. Aprovado em um concurso público no ano de 2007, ele preencheu os requisitos para ocupar uma das vagas para ASP.
> Vindo da região Noroeste do Estado de São Paulo, [nome do candidato] deixa de lado o emprego como vendedor, profissão que exerce há quatro anos. "Fiz o concurso pela estabilidade, além de ser uma chance para poder estudar e fazer um curso superior", comenta o futuro funcionário. A decisão a ser feita vai mudar a vida do rapaz. Pelas informações que colheu, as vagas para novos funcionários seriam apenas em presídios na Capital, Grande São Paulo, Vale do Paraíba ou Litoral. Ou seja, de uma forma ou de outra, chegou o momento de ficar longe de casa.

> "Não me preocupo muito com isso. Ao menos é uma chance de estar em outro lugar, em um novo trabalho", afirma confiante. Boa sorte, colega! (REVISTA SAP, n. 02, julho de 2009, p. 11).

Entretanto, os próprios agentes penitenciários de Itirapina que têm conhecimento desta revista afirmam haver discrepâncias entre os dados da publicação com a realidade encontrada nos presídios paulistas: "Os caras [que escrevem a revista] vivem outra realidade. Porque eles não mostram o que de fato acontece nas *cadeias*? Esses caras é tudo *comédia*[114]" (ASP). Ainda assim, percebe-se a ênfase que o governo do estado faz para com seus funcionários da SAP, apesar do caráter dos dados superficiais e pouco condizentes com a realidade feitos pela publicação. A edição também ressalta outros cargos, como o Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (AEVP) e os membros do GIR – Grupo de Intervenção Rápida.

Porém, as poucas informações apresentadas na Revista SAP estão aquém da situação profissional desses agentes, principalmente daqueles que vivem em pequenas cidades como Itirapina. O "orgulho de ser agente" não está numa escola de treinamento e cursos de reciclagem, que pouco os prepara para o trabalho dentro de uma unidade prisional, ou em um Núcleo de Saúde raramente utilizado, principalmente pelos que não habitam a capital. O "vale coxinha", tratado de maneira irônica pelos agentes, em alusão ao valor do salgado, é a forma pela qual eles se referem ao vale alimentação, em torno de R$ 4,00 por dia[115].

Para além das observações feitas pela Revista da SAP, a figura do agente diverge sobre as mais variadas opiniões no município de Itirapina. Há a imagem do agente feita pelos moradores da cidade, assim como também pelos próprios ASPs e pelos outros atores sociais da cidade. Em meio a estas opiniões, mesmo as pessoas de grupos iguais dentro da cidade possuem juízos diferentes, assim como a heterogeneidade presente na classe dos agentes proporciona visões díspares sobre eles mesmos.

O desconhecimento acerca das atividades exercidas pelos agentes no interior da instituição prisional cria a ilusão para muitas pessoas que não têm acesso às informações vindas do interior da prisão de que o serviço é fácil e que é muito bem remunerado. A fama de bom emprego se dá, muitas vezes, em decorrência da falta de informação sobre o que se faz dentro dos limites da *cadeia* como agente penitenciário. Muitos jovens, na procura do primeiro emprego, tendo em vista o cotidiano vivenciado na cidade, se deixam atrair pela oportunidade que o concurso para agente penitenciário pode representar.

---

[114] *Comédia*: pessoa que não merece o respeito dos outros.

[115] Em 1° de maio de 2012, o valor do vale-alimentação passou de R$ 4,00 para R$ 8,00, segundo informações do site do sindicato dos agentes penitenciários do estado de São Paulo – SIFUSPESP: http://www.sifuspesp.org.br/index.php/materia-1/1469-270412vale.html. Acesso em maio de 2012.

A combinação da falta de expectativa de empregos com poucas informações sobre o que acontece de fato na prisão, aliadas à curiosidade em conhecer o que ocorre dentro de uma unidade prisional, são evidências de como o sistema penitenciário agregaria mais funcionários utilizando-se do contexto onde estas pessoas estão inseridas, segundo um morador, pois o cotidiano "violento" da cidade incentivaria as pessoas a trabalhar na prisão.

> Ter dinheiro para comprar uma arma para ostentar, dizer que está andando armado, isso é mais um incentivo aqui na cidade. O cara se sente respeitado quando tá armado. A garotada com seus 18 anos se empolga com a profissão, já que não que não tem outro emprego que pague dessa maneira. Eles acham que é polícia. Tem um rapazinho que mora aqui em frente, mas eu acho que ele não trabalha em Itirapina; ele tem uns 20 anos, eu conheço desde criança. Ele deve trabalhar na *cadeia*, mas em outra cidade. Se você vê as atitudes desse moleque agora, você assusta: cabeça raspada, coturno militar e sabe o que é pior? Ele anda com duas 380 pra cima e pra baixo. Detalhe, ele anda com as armas carregadas e com mais dois pentes de recarga no porta-luvas do carro. Pra quê tudo isso? Eles fazem questão de mostrar as armas, da mesma maneira que gostam de mostrar os seus carros. Eles se acham o "malandrão" como eles gostam de dizer. Pra mim, tem competição entre eles: quem tem o carro melhor, a casa maior, quem pega a mulher mais gostosa (morador).

Na visão deste morador, que afirma ter sido contra a construção da Penitenciária II e de não gostar dos assuntos das unidades prisionais envoltos entre os acontecimentos cotidianos da cidade, um agente penitenciário que anda armado agrega valores e respeito perante os outros agentes e perante a população da cidade. Talvez o agente armado cause mais temor do que respeito, como foi observado no capítulo 2, sobre um agente portando uma arma dentro do salão de barbeiro.

A impressão de outro morador sobre a maioria dos agentes é que eles são "metidos e arrogantes. Acham-se melhor do que as pessoas que não trabalham lá dentro, pois além de ganharem mais, possuem a malícia de viver lá dentro da prisão, se acham mais espertos que os outros". De acordo com esses relatos, fatores como os bons salários em relação à maioria da população da cidade, com a compra de objetos utilizados como marcos de diferenciação estariam ligados com o prestígio em ser agente penitenciário em uma cidade como Itirapina. Em outras palavras, a relação entre agentes penitenciários e as demais pessoas da cidade se estabeleceria através de certa arrogância dos primeiros em relação a estes últimos principalmente por causa do conhecimento do funcionamento de uma prisão e dos hábitos dos condenados, além é claro, da aquisição de bens como marcos de diferenciação de classe.

Ostentar um conhecimento pouco divulgado e restrito a um grupo de pessoas faz com que esse saber se torne valorizado.

Segundo o comentário de várias pessoas (moradores, comerciantes etc.) a maioria dos ASPs gosta de falar que é agente. A impressão que se tem é de que os agentes penitenciários querem passar a imagem de que são "os caras entendidos do assunto", segundo um morador. Curioso notar como alguns agentes sentem esta necessidade de exprimir sua identidade profissional: alguns agentes de Itirapina possuem, em seus perfis pessoais na rede social Facebook[116], fotos empunhando armas, vestindo uniformes e coletes à prova de balas. É comum encontrar álbuns com fotos de vestimentas e equipamentos como armas e bombas de gás, não havendo necessidade de esconder sua profissão, como outros agentes mais cautelosos costumam fazer.

Endossando as falas dos moradores e comerciantes de Itirapina, segundo uma advogada, a combinação de baixa escolaridade com altos salários em relação à média da cidade são fatores decisivos na escolha da profissão para agente. Segundo esta profissional, os agentes se sentem superiores em relação aos seus clientes presos quando estão dentro dos limites da prisão, impondo ordens. Quando estão nas dependências da cidade, os agentes também se consideram superiores, porém em relação à população da cidade: "o pessoal que é ASP só se dá bem em Itirapina por causa do baixo custo de vida da cidade" (advogada).

Apesar de as informações sobre os acontecimentos das duas unidades prisionais circularem por entre os comentários das pessoas de Itirapina, apenas as notícias que causaram um maior impacto são mais divulgadas por entre os moradores da cidade. Os fatos mais corriqueiros, que ocorrem diariamente e constantemente, são compartilhados mais entre os agentes. E o conhecimento dos meandros do sistema, e da experiência adquirida através de anos no emprego, sentindo o *veneno da cadeia* de perto, é parte de um saber exclusivo desses funcionários públicos do sistema penitenciário.

> Mas aqui vemos aparecer um novo elemento motivador – a vocação – e, no caso dos ASPs (diferente dos técnicos cuja predisposição profissional não é construída, obrigatoriamente, dentro dos muros do Sistema), uma "vocação tardia", resultante do aprendizado que conduz ao "gosto" pelo trabalho no universo prisional (BARBOSA, 2005, p. 157).

Essa "vocação tardia" que conduz ao "gosto" por trabalhar numa prisão se traduz na manutenção de um saber restrito, que se torna valioso. De acordo com um morador da cidade,

[116] http://www.facebook.com. Acesso em março e abril de 2012.

“ninguém é aconselhado a entrar na penitenciária. Não há um estímulo ou incentivo para que alguém ir trabalhar lá”. Porém, quando se entra, sejam pelos mais diferentes tipos de necessidade, torna-se difícil sair. “Os caras se acostumam com lá, por pior que seja. Ou então: ‘eu só vou entrar lá pra pagar a minha faculdade e depois saio’; é mentira, nunca mais sai de lá”, continuou o morador.

> Esse salário de dois mil e pouco condena o cara. O cara não sai mais por causa da estabilidade financeira e por causa do salário; onde ele vai ganhar isso em Itirapina? Esse sistema poda a vida das pessoas: meu primo é um ótimo construtor, um ótimo marceneiro. Mas como o salário do presídio é melhor, ele vai se aposentar na *cadeia*. Perde um cara que fazia aquilo que gostava – e fazia bem – para ficar lá dentro da *cadeia* o dia inteiro. O sistema acaba com o talento das pessoas; trabalhar como agente tira a oportunidade de você se realizar profissionalmente (morador da cidade).

A assimilação de fatos ocorridos dentro do espaço da prisão cria entre os agentes o domínio de um saber específico, presenciado e adquirido durante a revista de uma cela, ou da observação do comportamento de centenas de detentos que compartilham com os agentes suas conversas sobre crimes cometidos ou sobre episódios de sua vida pessoal. Pessoas que não vivenciam a rotina da prisão, podem até escutar e entender superficialmente do assunto, mas, segundo vários agentes, a lida diária com os presos legitimaria esse saber “prático” obtido cada vez mais de acordo com o tempo de serviço.

Durante uma conversa sem o uso de gravador ou anotações em papel, um agente comentou sobre seu aprendizado durante as conversas que o aproximava dos detentos durante o banho de sol no *raio*. ASP afirmou que alguns conversavam sobre como fazer cachaça utilizando arroz, casca de laranja ou de limão. Além disso, um detento conversava sobre como foi parar na prisão: tinha criado uma estratégia para furtar carros. Primeiramente, deslocava-se até uma cidade onde não era conhecido, comprava o jornal da cidade e procurava nos classificados alguém que estivesse vendendo um carro. Depois, dirigia-se até a casa da vítima, acompanhado de um parceiro, dizendo que era seu filho. Demonstrava seu interesse pelo carro e pedia autorização da vítima para o “filho” dar uma volta, para verificar se o carro estava em bom estado para comprar. Enquanto isso, esse detento ficava conversando com o dono do carro, para assegurar que não iriam roubar o automóvel, sempre demonstrando interesse em adquirir o bem, negociando inclusive as formas de pagamento. Enquanto dirigia o veículo, o comparsa aproveitava a situação para fazer uma cópia da chave. Após isso, o carro era devolvido a seu dono, com a promessa de que iriam estudar as propostas de compra. Tendo uma cópia da chave em mãos, esperavam por um momento de descuido do dono do carro,

como por exemplo, estacionar na rua, longe de sua casa. Nesse momento, furtavam o automóvel, sem precisar arrombar suas portas.

Independentemente da veracidade dos fatos e da maneira como esse detento roubava carros, interessante notar que através destas conversas e do convívio entre os presos, cria-se um saber das maneiras de atuação dos detentos, e, a partir disso, estratégias a serem utilizadas do lado de fora da prisão, no anseio a evitar ser surpreendido por assaltantes ou estelionatários, por exemplo. Conhecer estas informações coloca o agente penitenciário numa posição privilegiada, obtendo vantagem em relação aos golpes e modos de agir dos bandidos. Conhecer as estratégias do "inimigo" e utilizá-las como métodos de defesa, passando da posição de vítima para uma posição de igualdade ou até de superioridade, engendraria a valorização desse saber, pois ter noção sobre os acontecimentos da prisão significa dominar as estratégias do *ladrão*[117].

Por ser um universo restrito aos agentes penitenciários, uma hipótese a ser levantada é de que algumas dessas histórias possam ser alteradas ou até mesmo inventadas, dada a restrição que demais pessoas possuem em relação ao acesso dessas informações com os detentos. Entretanto, por mais absurdos que possam parecer alguns diálogos, é comum um agente corroborar o depoimento de outro colega sobre o mesmo assunto.

Durante as várias entrevistas feitas com agentes penitenciários, alguns deles se mostravam empolgados em falar sobre os acontecimentos cotidianos da prisão e de coisas que somente eles, como ASPs, conheciam. Muitas vezes, a impressão que se tinha era a da demonstração de um saber que apenas poucas pessoas obtiveram, e que esse conhecimento é muito valioso tanto entre eles quanto para outras pessoas. Sobre esta relação com o medo e a insegurança, e o conhecimento dos procedimentos que geram uma sensação de segurança e que ajudaria na prevenção da ação de criminosos, um comerciante da cidade afirmou que a identidade profissional de agente muitas vezes é confundida com a de um policial.

> Eles [os agentes] gostam de *pagar* de polícia; é como se eles se eles achassem que são a polícia. Eu tenho amizade com agente e com PM. Por causa desse jeito de uns agentes, tem PM que dá risada. É ridículo, porque eles não receberam o mesmo treinamento de um policial. Ficam comprando revólver, mas nem sabem segurar direito em um (comerciante).

[117] A palavra *ladrão* está no singular para manter a maneira como os agentes a utilizam para se referirem aos presos.

Entretanto, esse conhecimento sobre o que acontece dentro da prisão vai aos poucos sendo minado. De acordo com um agente, depois que parte da Penitenciária II de Itirapina foi transformada em CDP, a circulação de presos intensificou-se ainda mais, sendo que a maioria dos encarcerados é presa por consumo de drogas ou pequenos furtos. Dessa maneira, esse ASP diz sentir falta do *veneno* da *cadeia*, já que ultimamente só aparecem *noia*[118] e *ladrão de galinha*[119] ou de laranja. Diante de um detento, o agente, nesse caso, demonstrou o conhecimento que ele tinha sobre a rotina da prisão. Sabendo da ingenuidade do preso, o ASP não aplicou a sanção devida. O agente não chama o detento de *ladrão*, como costuma fazer; prefere chamá-lo de *moleque*, em alusão à ingenuidade, fazendo alusão ao comportamento de um preso que ainda não conhecesse as regras de comportamento do sistema:

> Hoje em dia só tem *moleque*; eles não sabem como é o ritmo da cadeia; têm cheiro de rua. Os presos que entram hoje no CDP não conhecem como funciona: não sabem nem o que é bater tranca. Teve um *moleque* que não sabia da rotina de bater tranca e ficou pra fora da cela. Era pra ele ter ido pro *pote*, como forma de castigo. Mas aí eu vi que era um *moleque* que não sabia nada do crime e dei um *boi*[120] pra ele (ASP).

Segundo outro ASP, o perfil dos detentos mudou muito: "antigamente, só tinha bandido barra pesada, cara com mais de 100 anos de cadeia pra tirar. Agora que virou CDP, estou trabalhando com um [detento] que roubou laranja. Tem muito cara preso hoje em dia que não é *ladrão*". Entretanto, esta mudança pode vir a piorar a situação dentro da *cadeia*. Segundo Barbosa (2007), detentos que não respeitam os códigos até então estabelecidos entre guardas e entre detentos, podem vir a colocar em risco a manutenção da disciplina dentro das unidades prisionais, sendo que os riscos de agressões, assim como também o aumento do estresse e de problema psicológicos entre os agentes podem se agravar.

Em relação a distúrbios psicológicos e à tensão vividos em seu horário de trabalho, muitos agentes afirmam conhecer colegas que sofrem com esses males. "Já vi muito colega que anda dopado para aguentar trabalhar lá", comenta um agente. Alguns agentes entendem sobre o grande risco em se trabalhar dentro de uma prisão, sendo esses problemas um preço a ser pago pela profissão. Curioso notar, entretanto, sobre outro lado que envolveria questões relacionadas a esse estresse de trabalhar na prisão, já que alguns agentes posicionam-se de

---

[118] *Nóia*: usuário de drogas
[119] *Ladrão de galinha*: preso que praticou algum furto leve, não sendo um bandido perigoso.
[120] *Deu um boi*: deu uma chance.

maneira completamente diferente em relação a esse problema, conseguindo *tirar cadeia*[121] sem maiores dificuldades.

Um comerciante, com familiares trabalhando dentro de uma das penitenciárias, desabafou sobre sua situação em relação a um parente, que não consegue adquirir esta "vocação tardia", além da dificuldade em encontrar outro emprego. Contrapondo o momento de apreensão vivido em sua família, deu como exemplo outros agentes que se envolvem profundamente com o sistema, a ponto de continuar seu trabalho mesmo após muitos anos de trabalho.

> Você quer um conselho? Vai embora dessa cidade. Morar aqui vai matando a pessoa. Eu conheço uma pessoa que estuda o dia inteiro, está louca pra prestar concurso em outro lugar e sair fora da *cadeia*. Não aguenta mais aquilo, vinte e quatro horas por dia só vivendo isso. Mas isso acontece porque ela não aderiu ao sistema, ela não gosta do sistema. Por isso, tá sofrendo muito. Se você não entra no sistema, não dança conforme a música, aí você chapa. Agora quem abraça o sistema de uma vez por todas, como uns agentes por aí, dá nisso que você tá vendo pela cidade. Os caras vivendo o dia inteiro a *cadeia*. Tem cara que não aguenta ficar longe da *cadeia*. Aposentou, mas tá lá trabalhando. Trinta anos dentro da *cadeia* e continua. A conversa dos caras é sobre incorporar não sei quantos anos de serviço, incorporar treinamento tal, incorporar malandragem de *ladrão*. Teve uma hora que eu não aguentei e disse: só falta incorporar o capeta, né (comerciante)?

Se alguns agentes sofrem com o comportamento de presos e sua rotina profissional, há também o contrário: o agente que *alopra*[122] preso, que vivencia o cotidiano da cadeia sem maiores problemas e não necessita de ajuda psicológica. Esse tipo de agente vai se moldando às regras de convivência na prisão que, além de não precisar de ajuda, nem de remédio e nem de licença, extrapola seu comportamento para além das muralhas das penitenciárias. Em resumo, trabalhar na prisão sem agregar maiores problemas faz com que o agente exalte ainda mais seu trabalho durante o período de folga. Mas, segundo relatos dos próprios agentes, são poucos os que *tiram a cadeia de boa*[123] e deixam o preso incomodado.

---

[121] *Tirar cadeia*: se para um detento, *tirar cadeia* é sinônimo de cumprir a pena, para um agente penitenciário é cumprir seu horário de trabalho.
[122] *Aloprar*: enlouquecer, incomodar.
[123] *Tirar a cadeia de boa*: para um agente, trabalhar sem se incomodar ou se estressar com o ambiente da prisão.

Morar na *cadeia*

Destinado à moradia dos membros da diretoria, tanto a Penitenciária I quanto a Penitenciária II de Itirapina possuem um pequeno condomínio. Nesse conglomerado de casas habitam os diretores da penitenciária, obrigados a se manterem próximos dos *raios*, caso ocorra alguma eventualidade, como uma rebelião, por exemplo. Além disso, estas casas foram construídas no intuito de manter a proximidade dos diretores, para que eles não habitem em outra cidade e tenham de viajar diariamente, demorando em resolver algum problema urgente. Esse é o argumento dado pelos próprios agentes que trabalham nas unidades, mas não ocupam estas casas, já que para habitar esse pequeno condomínio é necessário possuir um cargo de diretor.

Muitos agentes penitenciários almejam um cargo de diretor, pois além do prestígio de ser membro da diretoria e de ganhar um salário mais alto, o agente promovido a diretor tem a opção de morar dentro das dependências da penitenciária. Dentro dos muros da prisão, há como se fosse um pequeno condomínio de casas cedidas para esses membros da diretoria. Morar na *cadeia* significa receber uma série de regalias, tais como a isenção no pagamento de contas de água, energia elétrica, conta de telefone, além de receber gratuitamente acesso à internet que é provida pelo governo do Estado de São Paulo para o setor administrativo da unidade prisional.

Outro privilégio é chamado pelos agentes de *per capta*, o que significa que cada membro da família de um diretor receberá a mesma quantidade semanal de gêneros alimentícios que um detento. Parte dos alimentos que chegam à prisão para abastecer os presos são destinados aos familiares dos diretores que habitam as *residências*, como são chamadas as casas dos diretores pelos ASPs. Por exemplo: se um detento consome um quilo de carne vermelha na semana, cada membro da família receberá um quilo também. Se a família possuir cinco pessoas, ela receberá o equivalente a cinco quilos de carne na semana; esse cálculo é feito para todo tipo de alimento. De acordo com relatos, há um funcionário designado para abastecer semanalmente as casas dos diretores quando chegam os alimentos na penitenciária. Além disso, tudo o que é perecível e possui abastecimento diário, é entregue nas casas dos diretores, como acontece todas as manhãs: o funcionário responsável entrega leite e pães frescos nas *residências*, assim como também frutas e verduras no horário do almoço.

Abaixo, utilizando a tecnologia de fotos de satélite disponibilizada pelo site Google Maps[124], percebe-se que as moradias destinadas aos diretores estão localizadas dentro das dependências das unidades prisionais, sendo um total de cinco casas, uma para cada diretor. Na Penitenciária I, as casas são destinadas ao Diretor Geral, Diretor Administrativo, Diretor de Segurança e Disciplina, Diretor de Produção e o Diretor de Finanças. Entretanto, devido ao projeto arquitetônico mais antigo da P I (década de 1970), anteriormente só existiam três casas. Acompanhando esse processo de interiorização das unidades prisionais iniciado na década de 1990, foram construídas mais duas *residências*, totalizando cinco, para abrigar os demais diretores, pois antes, apenas o Diretor Geral, o Diretor Administrativo e o Diretor de Segurança e Disciplina possuíam esse privilégio. A penitenciária I ainda conta com o campo de futebol society, campo de dimensões reduzidas para a prática do esporte com até 7 jogadores para cada time. Esse campo é utilizado tanto pelos diretores e seus familiares quanto pelos demais funcionários da unidade.

Figura 15. Fonte: Google Maps. Acesso em maio de 2012.

Assim como encontradas na P I, as casas destinadas aos membros da diretoria da Penitenciária II situam-se também dentro dos limites da unidade. Entretanto, as cinco casas incluíam-se ao novo projeto arquitetônico, sendo desnecessária a construção de mais casas. Tanto em uma quanto em outra penitenciária as *residências* encontram-se localizadas perto do

[124] http://maps.google.com.br/ . Acessado em abril de 2012.

portão principal, separadas da área destinada aos detentos apenas pela via de acesso principal. A casa maior é destinada ao Diretor Geral, sendo a primeira de baixo para cima na imagem.

Figura 16. Fonte: Google Maps. Acesso em maio de 2012

Detentos que estão no regime semiaberto e que são recrutados para trabalhar nas dependências da prisão são acompanhados de um agente e/ou encarregado da manutenção da unidade prisional, realizando diversas tarefas de manutenção nas *residências*. Entre as diversas atividades, está a limpeza do terreno de todas as dependências, assim como também o reparo de instalações elétricas e hidráulicas. Alguns detentos costumam fazer o trabalho de jardinagem na frente das casas dos diretores. Segundo alguns agentes, quando há a necessidade de fazer algum reparo em alguma das *residências*, é possível solicitar que um funcionário, acompanhado de algum preso-ajudante, efetue os reparos. Segundo um agente, alguns presos participaram da reforma da casa do Diretor Geral, auxiliando principalmente na troca de pisos de sua *residência*.

É interessante notar que muitos agentes, quando indagados sobre a estranheza em se morar numa casa a quinhentos metros das muralhas dos pavilhões da penitenciária afirmam não temer a proximidade de um número expressivo de detentos. De acordo com um agente, “tudo é relativo; lá dentro é perigoso, mas você pode correr o risco de sofrer um acidente se trabalhar todo dia viajando de carro”. Esse agente complementa sua argumentação, afirmando que do lado de fora da prisão, onde os detentos não estão separados e delimitados em relação às demais pessoas na rua quanto no interior da *cadeia*, transformando assim, o convívio

extramuros em um lugar de constante vigilância e maior preocupação: “estando do lado de fora [da prisão], você pode ser assaltado; lá dentro, você sabe quem é o bandido, e sabe que ele não vai te roubar. Na rua, você não sabe quem pode te assaltar”. Para muitos agentes, não há lugar mais seguro do que as dependências de uma penitenciária:

> Você acha que o preso vai fugir e entrar na casa do diretor? Ele quer é fugir para a rua. E nenhum *ladrão* que tá na rua vai ser louco de entrar na *cadeia* pra roubar a casa de alguém de lá de dentro. Tudo o que a unidade recebe de comida, por exemplo, uma parte é destinada para as casas dos diretores. Não paga água, nem luz; o salário sai limpo. Vai leite, legumes, carne, arroz (ASP).

A comparação de seu ambiente de trabalho também se dá em relação à escola estadual da cidade:

> Como está a educação hoje? Na minha época, eu não ouvia falar de usar droga na escola. Hoje em dia, a molecada só fica usando droga. A escola está muito perigosa. Você pergunta se a minha profissão é perigosa? Acho que é muito mais perigoso ser professor. Pelo menos, lá na cadeia, o preso leva advertência, ou então entra a tropa de choque ou o GIR e resolve. E o professor? O que vai fazer? Se o aluno vem pra cima, ele não pode fazer nada. E se revidar, é capaz de ser preso, ainda por cima (ASP).

Além disso, os limites da unidade prisional são vigiados vinte e quatro horas por dia. Morar nas *residências* é sinônimo de estar um condomínio fechado, protegido por seguranças que controlam a entrada e saída de pessoas a cada momento. Há também uma quadra poliesportiva à disposição dos diretores e também dos funcionários, localizada em frente às casas da penitenciária II. Diante destas informações, há de se atentar para a quantidade de privilégios que um membro da diretoria possui, agregando ainda mais valores ao prestígio de estar ligado ao Sistema Prisional como funcionário público estadual numa cidade como Itirapina.

Para conseguir ser membro da diretoria, é necessário que o agente possua curso superior. Segundo o estatuto dos agentes penitenciários da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), recomenda-se o diploma do curso de Pedagogia ou Direito para poder conseguir uma vaga como diretor. Na busca por um diploma, muitos agentes penitenciários de Itirapina vão cursar Direito em faculdades particulares no município de São Carlos. Portanto, além da competência profissional, e dos anos de experiência no trabalho como ASP, é necessária a indicação política para a obtenção do cargo. Durante conversas com alguns agentes que participaram da pesquisa, a relação entre a maçonaria e a indicação para cargos

de diretor é muito estreita. Alguns agentes que almejam chegar a diretor tentam adentrar nesse grupo restrito.

> (...) outras informações indicam que a grande maioria dos atuais agentes frequenta (ou frequentou) pequenas faculdades particulares, abundantes no interior do Estado, e conhecidas pelas suas baixas mensalidades e, infelizmente, pela má qualidade da formação oferecida. Constatamos desse modo, que são pessoas que não tem a noção de cidadania, que veem como regalia o reconhecimento de direitos básicos dos presos, pobres como eles, porém pertencentes ao mundo do crime. Isso significa também que o acesso a cursos de nível superior ainda não contribuiu para ampliar, ou alterar, essa perspectiva. Mas têm conhecimento de como funciona uma cadeia (GÓES & MAKINO, 2002, p. 170-1).

Durante sua passagem por Itirapina, segundo um agente, havia um diretor que não era bem visto pela maioria da turma de guardas. Sua fama era a de uma pessoa truculenta e com pouca instrução, porém que mantinha boas relações políticas para ter conseguido o cargo: "O cara era caminhoneiro, virou ASP e fez faculdade em beira de estrada, aí virou diretor e só fazia cagada: um incompetente. Às vezes, o difícil aqui não é lidar com os presos, e sim com os guardas" (ASP).

A escalada na carreira de agente se dá, muitas das vezes, através do seguinte percurso: obtenção do diploma de ensino médio para poder prestar concurso para agente, para, após estar concursado e estabelecido financeiramente, ter condições de pagar um curso superior para tentar conquistar algum cargo na diretoria do presídio. Entretanto, não são todos os agentes que almejam um cargo de diretor, mas mesmo assim, essa posição não deixa de fortalecer a reputação do agente. A maioria dos membros da diretoria veio de outras cidades, sendo recebida, segundo alguns agentes, como autoridade na cidade.

Portanto, após comparar as características entre ser agente penitenciário em um grande centro urbano e numa pequena cidade do interior paulista, percebe-se como uma profissão, estigmatizada por pertencer ao sistema prisional, pode, num dado contexto, transformar-se em uma profissão desejada e ostentada por muitos. Diante do alto custo de vida numa grande cidade, envolvendo transporte, habitação etc., a profissão de agente penitenciário aparece apenas como mais um emprego. No entanto, passados mais de dez anos da instalação da segunda unidade prisional em Itirapina, a profissão que inicialmente foi encarada com certa desconfiança, agora é disseminada entre amigos e parentes de agentes penitenciários como sinônimo de ascensão econômica e social. Se por um lado, a remuneração e a estabilidade financeira, associados aos baixos custos de se viver numa pequena cidade do interior colocam a profissão de agente numa posição de destaque, outros fatores não econômicos, como o

conhecimento de um saber adquirido através do convívio diário com a massa carcerária, assim como também o porte de armas e uso de vestimentas militarizadas proporciona uma valorização da figura do agente. Antecipar-se às ações dos *ladrão*, conhecendo o funcionamento do “mundo do crime”, coloca o agente penitenciário numa posição de vantagem, pois um saber adquirido dentro dos *raios* de uma prisão é valorizado no convívio social com outros moradores

Considerações Finais

Durante o desenvolvimento deste trabalho, tentei apresentar um pouco da dinâmica do município de Itirapina e seus atores, além da relação entre o interior da prisão e seus desdobramentos para fora dela. Procurei mostrar como a prisão não é um espaço exclusivo de segregação e distanciamento das pessoas, constatando que, por mais que estabeleçam limites entre "dentro" e "fora" da prisão, as muralhas das penitenciárias não são as únicas presentes na cidade, nem tampouco intransponíveis em relação a seus códigos e simbologias. Há muros invisíveis que são erguidos, impondo fronteiras no lado de "fora". Nesse sentido, os familiares de preso aparecem como uma extensão em relação a seus parentes presos, e mesmo estando do lado de "fora", são considerados pelos moradores e agentes penitenciários da cidade como estando no domínio do espaço de "dentro" da *cadeia*. O medo cria muros tão ou mais segregadores que os da prisão.

Diversos foram os fenômenos observados durante o desenrolar desta pesquisa: placas que indicam os caminhos para as unidades prisionais, presos fazendo a limpeza das ruas, como também transitando por ônibus e pelo comércio local em meio a moradores "adaptados" a esse novo contexto. Talvez o maior desafio deste trabalho fora o de elaborar uma análise coerente ao relacionar os vários assuntos que dizem respeito ao sistema prisional, concomitantemente com assuntos que envolvem questões urbanas de uma cidade pequena, interiorana e não de um grande centro urbano. O foco está no movimento de saída da prisão para cidade, mais do que nas relações travadas dentro da *cadeia*. Além disso, uma combinação de fatores direcionou a pesquisa para agentes, seus familiares, comerciantes e demais moradores. Não posso negar que a imposição destas fronteiras entre presos e não presos atingiu de certa maneira o procedimento de abordagem dos atores neste trabalho, proporcionando vantagens e desvantagens, no que diz respeito à obtenção de informações, como em todo trabalho de campo. Conforme descrito na introdução, mesmo sendo um pesquisador, poderia ser classificado de *talarico*, tanto por presos como por não presos.

Gírias encontradas no interior da prisão, que se mesclam com o sotaque caipira do interior, são utilizadas como ferramenta de trabalho para os agentes, e ao mesmo tempo em que esse palavreado pode vir a isolar pessoas próximas no convívio extramuros, ele está associado ao prestígio e ao pertencimento a determinado grupo em um jogo de reputações. Ou seja, se esta linguagem afasta, ela também seduz outras pessoas a ingressarem nesse meio e a

utilizá-la. Desse modo, não são apenas os agentes penitenciários que usam de gírias ou sabem dos horários de funcionamento das duas unidades prisionais: comerciantes e demais moradores sentem a presença das *cadeias* e incorporam suas influências e reflexos de maneira gradativa.

Em comparação com o agente penitenciário de uma grande cidade, que muitas vezes habita bairros da periferia e precisa esconder seu uniforme, o ASP de Itirapina aparece como figura de prestígio, ostentando salário, armas, uniforme e, sobretudo, um saber valorizado a partir de seu convívio com o universo das prisões. A configuração espacial das unidades prisionais, que contam com um condomínio dentro de seus muros e, por isso, exigem que seus diretores morem dentro de seu local de trabalho, acaba sendo mais um fator de valorização da profissão, pois possuem alguns benefícios – água, energia, internet e uma grande quantidade de gêneros alimentícios – como salário indireto. A sensação de segurança por morar em um lugar monitorado vinte e quatro horas por dia também é outro fator que estimula de maneira positiva a profissão de agente penitenciário em uma pequena cidade como Itirapina, considerada como violenta por seus habitantes por abrigar presos e parentes de presos.

Valores de um universo muito particular, do interior da prisão, ganham outra dimensão: no contexto de Itirapina, tem-se a impressão de que o conjunto de práticas presentes na rotina da prisão vai aos poucos englobando a cidade, ao invés de os valores da "sociedade" "ressocializarem" o preso, partindo dos pressupostos do Estado. Logo, esta pesquisa não se propôs a sinalizar uma apreensão otimista ou pessimista dos reflexos do processo de interiorização das penitenciárias paulistas, mas sim a atentar para as ambiguidades e novos tipos de relações que merecem ser abordados com atenção, no que se referem às dinâmicas sociais entre os mais diversos atores presentes nesta trama de relações, e que podem, inclusive, colaborar na formulação e planejamento de políticas públicas para tais contextos.

As 117 unidades prisionais espalhadas pelo interior do estado oferecem, ainda, inúmeras possibilidades de estudo e de comparação, sendo este trabalho uma opção de abordagem que pode contribuir para o desenvolvimento de futuras pesquisas. Perceber como as interações ao redor de unidades prisionais se desenvolvem em localidades com um número maior ou menor de habitantes, com características ora semelhantes, ora diferentes, são motivos pelos quais esta pesquisa se mostra como incentivo à comparação com outros contextos, em um campo de pesquisas ainda pouco desenvolvido.

Em resumo, este trabalho visou apontar para novos tipos de relações em uma pequena cidade do interior paulista, tendo como pano de fundo uma recente política pública prisional, e pode suscitar outras questões a partir das pistas deixadas ao longo destas páginas. O sistema penitenciário, assim, alarga-se para estas pequenas localidades, abrangendo praticamente todo o território paulista. Não somente presos e agentes fazem parte do sistema, mas também os demais habitantes que acabam se envolvendo direta ou indiretamente com essa situação. A vida cotidiana da cidade é alterada pela prisão, ao mesmo tempo em que esta é influenciada por algumas características da cidade, sendo o papel do agente penitenciário e de suas relações estabelecidas um dos pontos centrais no desenvolvimento desta dinâmica.

Conversas e uma série de valores que poderiam ser considerados como práticas associadas exclusivamente com o “mundo do crime” são facilmente encontradas nas mesas de um bar, em conversas corriqueiras ou até mesmo durante encontros familiares. Como indicativo da fluidez de seus muros e fronteiras, padrões de conduta antes reprovados por estarem associados aos detentos, são exteriorizados e reproduzidos, reconfigurando espaços, relações, agrupamentos e indivíduos, o que demonstra a relevância do estudo desse tipo de contexto para as reflexões tanto relacionadas ao meio prisional quanto urbano.

Referências Bibliográficas

BAILEY, F. G. **Gifts and Poison**: The Politics of Reputation. New York: Schocken Books, 1971.

BARBOSA, Antônio Rafael. Um levantamento introdutório das práticas de violência física dentro das cadeias cariocas. In: MARQUES, Ana Claudia (org.). **Conflitos, política e relações pessoais**. Campinas: Pontes Editores, 2007. p. 129-172.

_____. **Prender e Dar Fuga**: Biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Tese de doutorado. PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2010.

CALDEIRA. Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CASTRO E SILVA, Anderson. **Nos braços da lei**: o uso da violência negociada no interior das prisões. Rio de Janeiro: e+a, 2008.

CHIES, Luiz Antônio Bogo, (coord.). A prisionalização do agente penitenciário: um estudo sobre encarcerados sem pena, **Cadernos de Direito**, Universidade Católica de Pelotas – Escola de Direito, Pelotas, EDUCAT, 2001.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac & Naify (2010).

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

_____. “Onde está a comunidade? Configurações sócio-morais e a redefinição dos limites do rural e do urbano” (MS) 14p.

CUNHA, Manuela Ivone Pereira da. (org.). **Aquém e além da prisão**: cruzamentos e perspectivas. Lisboa : 90º Editora, 2008.

_____. **Entre o bairro e a prisão**: tráfico e trajectos. Lisboa: Fim de Século, 2002.

_____. **Malhas que a reclusão tece**: questões de identidade numa prisão feminina. Lisboa : Cadernos do Centro de Estudos Judiciários, 1994.

DANTAS, Emanuel de Araújo; RODRIGUES, Eva Batista de Oliveira. Auxílio-reclusão: uma abordagem conceitual. **Informe de Previdência Social**. Ministério da Previdência Social, volume 21, número 06, Junho de 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia v. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

FONSECA, C. **Família, Fofoca e Honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GODOI, Rafael. **Ao redor e através da prisão**: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GÓES, Eda. Transição política e cotidiano penitenciário. **História**, São Paulo, 23 (1-2), p. 219-238, 2004.

GÓES, Eda; MAKINO, Rosa L. As unidades prisionais do Oeste Paulista: implicações do aprisionamento e do fracasso da tentativa da sociedade de isolar por completo parte de si mesma. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19. P 163-176. Jul./dez. 2002. p. 163-176.

GOFFMAN Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora; 1988.

_____. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

GOLDMAN, Marcio. Alteridade e experiência: Antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**, vol.10, n.1, p.161-173, maio 2006.

Harkot-de-La-Taille, Elizabeth, O discurso citado na construção do efeito de sentido de identidade em agentes de segurança penitenciária. **Discurso & Sociedad**, *Vol 2(3 475-502, 2*008.

LOURENÇO, Arlindo da Silva. **O espaço de vida do agente de segurança penitenciária no cárcere**: entre gaiolas, ratoeiras e aquários. Tese de Doutorado – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARQUES, Adalton. **Crime, proceder, convívio-seguro**: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. São Paulo: FFLCH-USP, 2009.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. **Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.). **Cidades brasileiras**: territorialidades, sustentabilidades e demandas sociais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viv**a. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do Crime**: A ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

RAUPP, Daniel. Auxílio-Reclusão: inconstitucionalidade do requisito baixa renda. **Revista CEJ**, Ano XIII, n. 46, p. 62-70, jul./set. 2009.

SABAINI, Raphael. **Hierarquia, Status e Troca**: os Agentes Penitenciários de Itirapina. Monografia de conclusão de curso. São Carlos: UFSCar, 2009.

SABAINI, Raphael. **Uma cidade entre presídios**: percepções acerca de um contínuo entre a prisão e o urbano. Sociedade e Território, Natal, Vol. 23 (2), p. 21-37, ago./dez. 2011.

SILVESTRE, Giane. **Dias de visita**: relações sociais e econômicas tecidas do lado de fora das penitenciárias em Itirapina-SP. Dissertação de Mestrado – Departamento de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

_____. **Prisões, sociedade e punição**: As penitenciárias e suas relações com o município de Itirapina. Monografia de conclusão de curso. Marília: UNESP, 2007.

SORIANO, Érico. **Os espaços do medo e os de castigo nas pequenas cidades do Estado de São Paulo**: o caso Itirapina. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP RIO CLARO, Rio Claro, 2007.

STRAUSS, Anselm L. **Espelhos e Máscaras**: A busca de identidade. São Paulo: EDUSP, 1999.

TAETS-SILVA, Adriana. **Abrindo e fechando celas**: narrativas, experiências e identidades de agentes de segurança penitenciária femininas. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. São Paulo: FFLCH-USP, 2012.

Referências veiculadas por meio eletrônico:

BRASIL. Lei de Execuções Penais – LEP. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em junho de 2011.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/>. Acesso em abril de 2012

EPTV: Emissoras Pioneiras de Televisão. Disponível em: <http://eptv.globo.com/noticias/NOT,3,51,381554,Homem+fica+ferido+com+golpes+de+faca+apos+tentativa+de+homicidio+em+Itirapina.aspx>

FOLHA DE SÃO PAULO. Agente penitenciário diz estar ‘no céu’. **Folha de São Paulo**. 15/04/2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u49359.shtml>. Acesso em abril de 2012.

Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" de Amparo ao Preso – FUNAP. Disponível em: <http://www.funap.sp.gov.br/>. Acesso em junho de 2011.

Fundação SEADE. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/>. Acesso em março de 2012.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <http://maps.google.com.br/>. Acesso em maio de 2012.

PADILLA, Ivan. As grades da vizinhança. **Revista Época**, n°. 102, de 01/05/2000, atualizada em 02/08/2010. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI159837-15228,00.html>. Acesso em abril de 2012.

REVISTA SAP, n. 02, julho de 2009. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/download_files/pdf_files/revista/1sem_2009.pdf>. Acesso em abril de 2012.

SABAINI, Raphael. Artigo em página eletrônica: Agentes Penitenciários de Itirapina, SP: identidade e hierarquia. Ponto Urbe: revista Digital do Núcleo de Pesquisa Urbana (NAU) da USP. São Paulo, ano 3, dezembro de 2009. Disponível em: <http://pontourbe.net/index.php?option=com_content&view=article&id=45:agentes-penitenciarios-de-itirapina-sp-identidade-e-hierarquia&catid=7:graduacao-em-campo&Itemid=12>. Acesso em março de 2012.

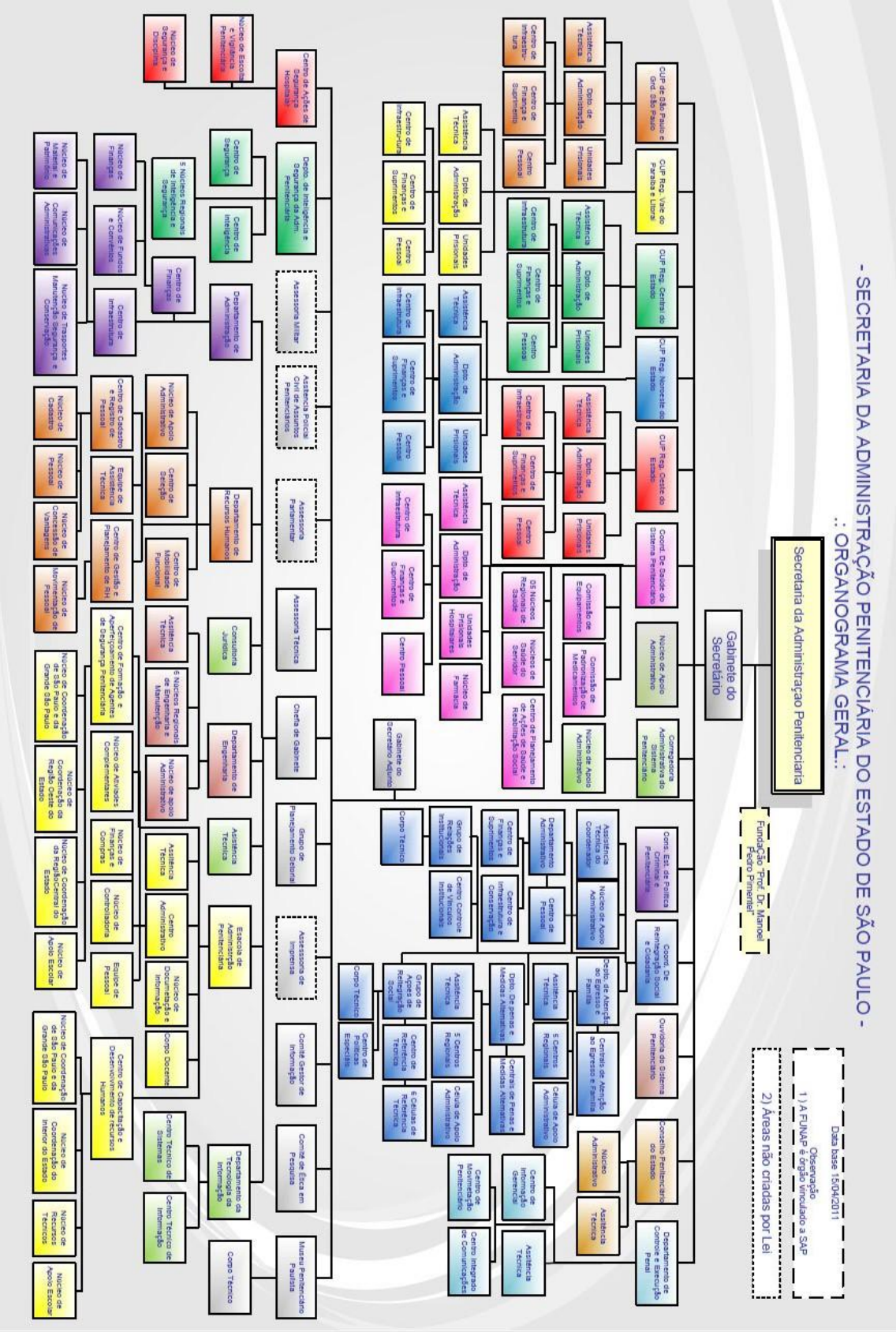
Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/>. Acesso em fevereiro de 2012.

SIFUSPESP: Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.sifuspesp.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1333&Itemid=97>. Acesso em março de 2012

Sindicato dos AEVPs do estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.sindaevpesp.com.br/modules/smartnoticias/item.php?itemid=261>

Anexo A

Organograma da SAP – Secretaria da Administração Penitenciária



Anexo B

Questionário aplicado na Escola Estadual Joaquim de Toledo Camargo

Questionário – Pesquisa sobre a Profissão dos Agentes Penitenciários

Sexo:
( ) Masculino ( ) Feminino

Idade:
_____ anos.

Cidade de origem: _____ Estado de Origem: _____

Conhece alguém que trabalha em uma das penitenciárias?
( ) Sim ( ) Não

Se sim, qual seu grau de proximidade?
( ) Parente ( ) Amigo ( ) Outro. _____

Há quanto tempo mora em Itirapina? _____ anos

Qual o motivo de ter se mudado para Itirapina?
_____

Você considera que Itirapina tem índices de criminalidade maiores que outras cidades?
( ) sim ( ) não

Como você vê Itirapina:
( ) cidade calma ( ) cidade perigosa ( ) neutra

Você já pensou em trabalhar em uma das penitenciárias da cidade?
( ) sim ( ) não

De 1 a 5, sendo 1 para "ruim" e 5 para "muito boa", a profissão de Agente Penitenciário para você é (marcar apenas uma alternativa):
( ) 1 ( )2 ( )3 ( )4 ( )5

De 1 a 5, sendo 1 para "ruim" e 5 para "muito bom", o salário de Agente Penitenciário para você é (marcar apenas uma alternativa):
( ) 1 ( )2 ( )3 ( )4 ( )5

O Governador do Estado de São Paulo – Geraldo Alckmin – autorizou a abertura de concurso público para Agente Penitenciário e Agente de Escolta. Como o requisito mínimo para a obtenção do cargo de Agente é o ensino médio, você pretende prestar concurso assim que estiver formado?
( ) sim ( )não

Se sim, porque pretende prestar concurso? (Responda esta questão apenas se respondeu "sim" na questão anterior)
_____

Se não, qual o motivo de não querer prestar concurso? (Responda esta questão apenas se respondeu "não" na questão anterior)
_____

Anexo C

Reportagem veiculada na Revista Época

As grades da vizinhança

Presídios geram empregos e impulsionam pequenas cidades no interior de São Paulo

IVAN PADILLA

Depois de viver anos do trabalho ocasional, às vezes como vendedor ambulante, outras como ajudante numa fábrica de cerâmica, [nome] conseguiu, finalmente, um emprego estável. Sem curso superior nem formação profissional, é agente penitenciário há 18 meses. Trabalha no presídio de segurança máxima de Casa Branca, sua cidade natal, a 230 quilômetros de São Paulo. [nome] responde pelo setor de controle - recebe os reeducandos, como os detentos são chamados, recolhe os pertences de cada um ao almoxarifado, distribui os uniformes cáqui e doutrina-os sobre as regras da vida na prisão. O salário de R$ 740 mensais, mais que o dobro do que recebe um professor do ensino fundamental da rede municipal, compensa o contato diário, e perigoso, com 900 homicidas, assaltantes e estupradores. "Já havia esquecido o que é ter um salário fixo", diz.

A remuneração esperada a cada 30 dias não mudou apenas a vida do agente penitenciário. Aos poucos, altera a rotina de pequenos municípios do interior paulista, até então dependentes da agricultura para sobreviver. Não é à toa que prefeitos de localidades menores costumam cercar o governador Mário Covas, ou percorrem gabinetes do Ministério da Justiça, em Brasília, na tentativa de convencer quem tem poder e dinheiro a incluir as cidades entre as selecionadas para abrigar novos presídios. Com a mesma intensidade com que resistem a receber unidades da Febem - nelas, o risco de fuga e rebeliões de menores infratores é permanente -, os administradores municipais brigam por penitenciárias. Consideram-nas fonte de dividendos, capazes de gerar empregos e ativar o comércio.

O filão é disputado, hoje, por 50 cidades, segundo a Secretaria Estadual da Administração Penitenciária. Outras 21 foram beneficiadas nos últimos 18 meses: abrigam de 800 a 900 presos cada uma. Entre os prefeitos dispostos a obter sua cota, o mais insistente é [nome], de Barão de Antonina, município com 4 mil habitantes. "Não temos do que viver", justifica. "A penitenciária criaria empregos e atrairia fábricas para as quais os presos poderiam trabalhar."

Nem sempre o afã dos políticos corresponde ao da sociedade local. A dona-de-casa [nome], de 59 anos, não gostou de saber que Casa Branca teria um presídio de segurança máxima. "Fiquei com medo", conta. Um ano e meio depois da inauguração, pensa diferente. Transformou sua casa, em frente à rodoviária, em pensão para acomodar esposas e filhos de detentos nos dias de visita. Hospeda cerca de 30 pessoas por fim de semana. "É gente muito sofrida", diz.

A 120 quilômetros dali, os 12 mil habitantes de Itirapina receberam a notícia da construção do presídio com a mesma desconfiança de Luzia. Até o prefeito[nome], ficou em dúvida. "Quem disser que não se importa de dormir com centenas de condenados ao lado de casa está mentindo", afirma. "As pessoas apenas relevam porque os salários são bons." É com a renda movimentada por esses salários que sonham os 20 mil habitantes de Itaí, a 290 quilômetros de

São Paulo, um dos três municípios a inaugurar a penitenciária até junho. A prefeitura montou um curso para preparar os 90 candidatos que enfrentarão o concurso público de seleção dos agentes penitenciários. Eles assimilam direitos e deveres dos presos e têm aulas de conhecimentos gerais. Os candidatos de Itaí querem repetir a história de [nome], o agente de Casa Branca. Ele providenciava a mudança para a capital quando foi aprovado no concurso. Agora, é a vez da mulher, [nome], enfrentar a prova. Ela quer trabalhar na penitenciária de Ribeirão Preto, em fase final de construção. Se aprovada, o casal ficará separado por 130 quilômetros, distância entre as duas cidades. "É o jeito. Agente penitenciário passou a ser o melhor emprego da região", conforma-se Riva.

Tem razão. Em Itirapina, essa nova casta de funcionários públicos convive em quatro repúblicas. São casas alugadas por grupos de agentes, com as despesas divididas. Solteiros, chamam a atenção das moças e costumam organizar churrascos concorridos. "Temos status, somos respeitados", orgulha-se [nome], de 23 anos, nascido em Presidente Alves. Os presos entram com sua cota no processo. De olho na remissão da pena - três dias de trabalho equivalem a um dia a menos na cela - e no salário, entre R$ 50 e R$ 70 por mês, parte deles fabrica blocos de concreto em Casa Branca. O material destina-se a um projeto municipal de casas populares. "É ótimo para mudar a imagem do presídio", observa o prefeito [nome]. A outra parcela presta serviços a empresas particulares. [nome], por exemplo, vendeu a fábrica de bicicletas e hoje produz cadeiras de alumínio. Emprega 14 presidiários. O comércio, por sua vez, lucra. [nome], dono do único supermercado de Itirapina, teve dor de cabeça logo após a instalação da penitenciária. Registrou entre oito e dez furtos por fim de semana, a maioria cometido por parentes dos presos. Para combatê-los, investiu cerca de R$ 60 mil em um sistema de segurança, com sete câmeras internas. Os roubos tornaram-se raros. Em compensação, Bianchini comemora os R$ 750 mil mensais de faturamento, 20% superior ao do início do ano passado, quando a penitenciária foi inaugurada. "Como os moradores ganham mais, agora têm renda para gastar", diz.

Ao contrário de Casa Branca, Itaí e Itirapina, municípios maiores, como Ribeirão Preto (460 mil habitantes) e Avaré (70 mil), não gostaram de abrigar presídios. Com um parque industrial ativo e potencial turístico, consideram ter mais a perder que a ganhar ao acolher condenados e conviver com seus familiares. Em Iperó, com 22 mil habitantes, a 120 quilômetros da capital, a população organizou passeatas de protesto. O coro dos contrários cresceu quando foram registradas duas fugas da penitenciária local. A cidade quer se tornar estância turística. "Foi um presente de grego", lamenta o prefeito [nome]. Entre prós e contras, o governo estadual leva adiante seu projeto. Planeja construir no interior outras 26 unidades, entre presídios femininos, cadeias de média segurança e centros de detenção provisórios.